



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA - PPGEM

MÔNICA ARAÚJO ANDRADE

**INTERAÇÃO NO RÁDIO: A PARTICIPAÇÃO DO OUVINTE NO
PROGRAMA DEBATES DO POVO**

NATAL – RN/ 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA - PPGEM

MÔNICA ARAÚJO ANDRADE

**INTERAÇÃO NO RÁDIO: A PARTICIPAÇÃO DO OUVINTE NO
PROGRAMA DEBATES DO POVO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Linha de Pesquisa: Estudos da Mídia e Produção de Sentido

Orientadora: Profa Dra Kênia Beatriz Ferreira Maia

NATAL – RN/ 2014

**INTERAÇÃO NO RÁDIO: A PARTICIPAÇÃO DO OUVINTE NO
PROGRAMA DEBATES DO POVO**

MÔNICA ARAÚJO ANDRADE

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Linha de Pesquisa: Estudos da Mídia e Produção de Sentido

Orientadora: Profa. Dra Kênia Beatriz Ferreira Maia

Aprovada em: 29 de abril de 2014.

Profa. Dra. Kênia Beatriz Ferreira Maia
(Orientadora - UFRN)

Profa. Dra. Débora Cristina Lopez
(Examinadora Externa – UFSM)

Profa. Dra. Valquíria Aparecida Passos Knneip
(Examinadora Interna – UFRN)

Se alguém falar, fale segundo as palavras de Deus; se alguém administrar, administre segundo o poder que Deus dá, para que em tudo Deus seja glorificado por Jesus Cristo, a quem pertence a glória e o poder para todo o sempre. Amém! (1PEDRO 4, 11)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por agir de forma maravilhosa a cada dia, por me guiar pelos caminhos da vida e mostrar sua presença constante ao meu redor.

À minha família, em particular meus pais e meus irmãos, pelo carinho, palavras de força, educação e valores durante todos esses anos vividos.

Ao meu esposo, Marinho, pelo incentivo, compreensão, companheirismo e encorajamento em meio à distância durante alguns meses de pesquisa.

Agradeço a minha orientadora, professora Dra Kênia Maia, pela amizade, disponibilidade, atenção, paciência, confiança ... um Muito Obrigada!

Aos meus amigos, que de forma direta e indireta me ajudaram a seguir em frente através de palavras, gestos, conversas pelo facebook e horas ao telefone.

Aos professores, funcionários e colegas do programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia – PPGem (UFRN), não vou citar nomes para não esquecer de ninguém. Mas, agradeço imensamente pelas palavras de incentivo, aulas, dicas e lições durante o processo de aprendizagem.

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
Figura 01 – Transmissão ao vivo da programação Rádio Globo.....	17
Figura 02 - imagem do site da Rádio O Povo CBN.....	46
Figura 03 - imagem dos contatos no site da rádio O Povo CBN.....	47

LISTA DE TABELA

	Pág.
Tabela 01 – Dados da participação do ouvinte no programa <i>Debates do Povo</i> de autoria própria.....	61
Tabela 02 – Participação do ouvinte em 08 de abril de 2013.....	62
Tabela 03 – Participação do ouvinte em 09 de abril de 2013.....	64
Tabela 04 – Participação do ouvinte em 10 de abril de 2013.....	65
Tabela 05 – Participação do ouvinte em 11 de abril de 2013.....	67
Tabela 06 – Participação do ouvinte em 12 de abril de 2013.....	68

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO.....	10
1 – COMUNICAÇÃO RADIOFÔNICA.....	13
1.1 – Rádio e suas características.....	13
1.2 – As estratégias de comunicação.....	20
1.3 - Formas de intervenção do ouvinte.....	24
2 – INTERAÇÃO NO RÁDIO.....	30
2.1 – Participação e Interação.....	30
2.2 - Radiojornalismo: convencional e participativo.....	37
2.3 – Programa: formato debate e mesa-redonda.....	42
3 – PROGRAMA DEBATES DO POVO.....	46
3.1 – Definição do objeto.....	46
3.2 – Processo metodológico.....	50
3.3 – A participação do ouvinte.....	52
3.3.1– Formas e ferramentas de interação.....	52
3.3.2 – O papel do mediador e debatedores.....	55
3.3.3 – Aproximação com o tema: pergunta e opinião do ouvinte.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	74
ANEXOS.....	78

RESUMO

O Rádio não é considerado apenas como transmissor de informação, mas uma mídia capaz de estabelecer formas que geram determinado sentido. Percebemos uma inclusão do ouvinte na construção dos programas, seja expondo suas histórias de vida, comentando fatos, tirando dúvidas, escolhendo temas e participando de alguma forma da programação radiofônica. Essa inserção do ouvinte nos programas de rádio geralmente é pensada como um elemento constituinte da mensagem. Este trabalho tem como objetivo, analisar a participação do ouvinte e as formas de interação no programa “Debates do Povo” que há trinta e dois anos está na programação da CBN Fortaleza. A investigação foi realizada através da observação no estúdio, entrevista, transcrição, análise de conteúdo e análise associativa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa ao mesmo tempo. Identificamos que os ouvintes do programa não tiveram aceitação de ferramentas interativas como a Internet e as redes sociais para realizar suas participações. No recorte analisado, notamos que a participação do ouvinte foi selecionada de acordo com sua relação e proximidade com o tema debatido. Detectamos ainda que a opinião é superior às perguntas do ouvinte sobre o tema. O apresentador tem a função de inserir as questões do ouvinte no programa. Entre os comentários do público estão perguntas e opiniões a respeito do tema e da fala dos debatedores. Entre os autores, utilizamos Barbosa (2009), Ferraretto (2007), Lopez (2010), Ortriwano (2001), Peruzzo (2004), Prata (2009), Primo (2006), Thompson (2009), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Rádio; Interação; Participação do ouvinte

ABSTRACT

The radio is just not seen as conveying information, but a media able to establish ways that generate certain direction. We see an inclusion of the listener in the construction of programs, is exposing their life stories, commenting on facts, answering questions, choosing subjects and participating in some form of radio programming. This insertion of the listener in radio programs is generally thought of as a constituent element of the message. This study aims to analyze the participation of the listener and the forms of interaction in the " Debates of the People" that thirty- past two years is the schedule for CBN Fortaleza. The investigation was conducted through observation in studio, interview, transcription, content analysis and association analysis. This is a qualitative and quantitative research while. We found that the listeners of the program had no acceptance of interactive tools such as the Internet and social networks to make their holdings. In clipping analyzed, we noted that the participation of the listener was selected according to their relationship and proximity to the topic discussed. Also detected that the opinion is superior to the listener questions on the topic. The presenter has the function to put the questions in the listener program. Among the public comments are questions and opinions on the subject and speaks of the debaters. Among the authors, use Barbosa (2009), Ferraretto (2007), Lopez (2010), Ortriwano (2001), Peruzzo (2004), Prata (2009), Primo (2006), Thompson (2009), among others.

KEYWORDS: Communication; Radio; Interaction; Participation of the listener.

INTRODUÇÃO

A troca de mensagem, a relação entre emissor e receptor e a inclusão do público nos programas midiáticos são fatores que merecem atenção e reflexão nos estudos da comunicação. O avanço das tecnologias possibilitou novas formas de interação entre mídia e sociedade, emissor e receptor, rádio e ouvinte. Mas, não se sabe como os programas midiáticos estão agindo diante das possíveis ferramentas como o facebook, twitter e demais redes sociais e realizando as formas de interação no rádio.

Na internet, a mídia radiofônica, assim como os outros meios de comunicação, encontrou formas de interagir com a audiência e de fazer o público participar de seus produtos midiáticos. A mídia trabalha com o imaginário das pessoas deixando-as pensar que tudo flui naturalmente e que não há estratégias de produção. Com isso, muitas especulações geram em torno da participação do ouvinte no rádio.

Uma delas é de que o ouvinte está cada vez mais inserido nos programas radiofônicos através das ferramentas de interação. Seja expondo suas histórias de vida, comentando fatos relevantes do dia-a-dia, tirando dúvidas, escolhendo temas e participando de alguma forma da programação radiofônica. No estudo, participação está direcionada a inserção do ouvinte no programa sem que haja a colaboração deste com a produção de notícias ou na seleção de qualquer outro elemento da mensagem.

Dessa forma, o ouvinte não é considerado produtor do programa. Mas, um usuário de uma mensagem elaborada com regras e critérios da emissora de rádio. O ouvinte é inserido em um jogo do qual sua participação, muitas vezes, é limitada. Assim, segue nossa problemática de pesquisa: diante de novas ferramentas e formas de interação no rádio, como ocorre a participação do ouvinte no programa Debates do Povo? Ele faz parte da programação da Rádio O Povo, que em 2005 se aliou a CBN (Central Brasileira de Notícias), desde 25 de março de 1982.

A emissora está localizada em Fortaleza, capital do Ceará. Pertence ao Grupo de Comunicação O Povo, assim como a TV O Povo, Jornal O Povo e o portal O Povo online. O programa em estudo é o único a permanecer na grade de programação à tanto tempo, desde 1982, ano da inauguração da emissora. O objetivo foi de analisar a participação do ouvinte e as formas de interação presentes no programa.

Entre os objetivos específicos, buscamos identificar as formas e ferramentas de interação para a participação do ouvinte; verificar o papel do mediador na inserção da participação do ouvinte na discussão do tema proposto no programa; investigar se há relação do comentário do ouvinte com o tema do programa e observar se os debatedores se manifestam, discutem, respondem ou não o comentário do ouvinte.

A investigação foi realizada através da observação no estúdio, entrevista, transcrição, análise de conteúdo e análise associativa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa ao mesmo tempo. Houve a necessidade de verificar a relação da participação do ouvinte com o tema do programa. Para contabilizá-las, construímos uma tabela em que representa não só a porcentagem de participação do ouvinte que tem relação com o tema, mas as que são perguntas e opiniões. Além de detectar a relação entre as participações femininas e masculinas na semana de estudo.

O primeiro capítulo tem como proposta discutir as características do rádio e algumas mudanças com o uso da Internet. Abordamos elementos como a fugacidade, linguagem e posicionamento do locutor no comando de um programa. Verificamos as estratégias utilizadas no rádio para construir e manter o vínculo com sua audiência, além das possibilidades existentes de intervenção do ouvinte na programação. Utilizamos o pensamento de autores como Ferraretto (2007), Marchamalo e Ortiz (2005), Ortriwano (2001), Lopez (2010), Prata (2009), Silverstone (2002), entre outros.

No segundo capítulo a discussão está direcionada ao conceito de interação no rádio. Para isso, foi necessário esclarecer os conceitos de interação e participação. Ambos, muitas vezes, utilizados como sinônimos. Tivemos como base o pensamento de Pedro Demo (1985). O autor revela que participar pode ser um ato centrado nos próprios interesses.

Utilizamos a classificação de Peruzzo (2004) ao tratar de participação limitada, manipulada e passiva. Além de Thompsom (2009) e Prata (2009), com suas formas de interação, Primo (2006), Fonseca e Lindemann (2007). Na terceira seção desse capítulo, analisamos as características dos formatos debate e mesa-redonda no rádio. Isso ocorreu através de Barbosa (2009), Ferraretto (2007), Mcleish (2001).

A análise foi destaque do terceiro capítulo. Iniciamos apresentando o programa “Debates do Povo”, bem como sua proposta, dinâmica e formato. Descrevemos o

processo metodológico, apontando os métodos e técnicas utilizadas na investigação. A terceira seção desse capítulo foi dividida em: 1) *formas e ferramentas de interação*. Foi possível identificar esses elementos de acordo com a classificação de Peruzzo (2004), Prata (2009), Primo (2006) e Thompsom (2009). Isso ocorreu através dos dados obtidos nas entrevistas realizadas.

2) *o papel do mediador e debatedores*. Através da entrevista e da transcrição do áudio conseguimos analisar essa questão, detectando o posicionamento do mediador ao inserir a participação do ouvinte no debate e compreendendo a diferenciação realizada pela produção a respeito de debatedor e convidados. 3) aproximação com o tema: pergunta e opinião do ouvinte. Apresentamos nessa seção dados da transcrição, como a quantidade de participação dos ouvintes (nos dias 08, 09, 10, 11 e 12 de abril de 2013), sua relação com o tema, porcentagens que apontam a participação masculina e feminina e quais dessas são opiniões e perguntas desse público.

CAPÍTULO I

1. COMUNICAÇÃO RADIOFÔNICA

O presente capítulo tem como objetivo analisar a mídia radiofônica e suas características, estratégias de comunicação e as possíveis formas de intervenção do ouvinte no decorrer das mudanças que vem ocorrendo no rádio. Questões como a linguagem, informação, fugacidade e o avanço das tecnologias são apontadas ao fazer referência do consumo e modo de fazer dos programas radiofônicos.

1.1 Rádio e suas características

O rádio é considerado um veículo ágil em que a transmissão de um acontecimento de seu palco de ação depende, geralmente, de uma linha telefônica, o rádio é capaz de noticiar rapidamente o fato, podendo narrá-lo em paralelo à sua ocorrência (FERRARETTO, 2007, p. 33). Sua mensagem pode ser transmitida facilmente do local dos acontecimentos, basta que o repórter possua um aparelho celular para transmitir as informações.

Também não se pode deixar de lado a fugacidade do rádio, pois ela é uma das características fundamentais da mídia radiofônica. Conforme Marchamalo e Ortiz (2005), a fugacidade das mensagens exigirá maior atenção do ouvinte, principalmente se levar em consideração que em muitas ocasiões o rádio não passa do fato de constituir um simples ruído de fundo, simultâneo a outra atividade.

A busca pela informação nos programas radiofônicos requer uma atenção diferenciada dos demais meios de comunicação. É tudo muito rápido e passageiro. Se o ouvinte durante o radiojornal, boletim ou qualquer noticiário se distrair por alguns segundos, é capaz de não ter de volta a informação transmitida. Atualmente, algumas emissoras já trabalham com a gravação de áudio em arquivos e disponibilizam nos sites.

Temos como exemplo, a emissora de rádio *Tribuna BandNews FM*, que pertence ao Sistema Jangadeiro de Comunicação na capital do Ceará. Ela foi inaugurada no dia 11 de março de 2013. No site: <http://tribunadoceara.uol.com.br/tribuna-band-news-fm/radio/> estão localizados o áudio e a reportagem escrita. A linguagem sonora e se complementa com o texto. O ouvinte que por algum motivo não acompanhou as

informações pela emissora de rádio ou busca rever os dados, há a possibilidade de resgatar o material.

As características do rádio foram se modificando com o passar do tempo. A chegada da Internet foi responsável por grande parte dessas mudanças. A possibilidade de resgatar a informação no rádio, através de arquivos, não excluiu a fugacidade do rádio. Mas, abriu novas possibilidades de contato do público com a mensagem dos programas radiofônicos.

Por este novo sistema de rádio, será possível usar as funções de *store* e *replay*, ou seja, de dar pausa e recomeçar uma programação já transmitida, o que proporciona uma grande mudança na forma atual de se fazer e ouvir rádio. Hoje, é preciso repetir a informação no ar para que os ouvintes que sintonizam no meio de uma programação entendam do que se trata, ou quem é o entrevistado, etc. Com a nova opção, o próprio 'ouvinte' poderá buscar as informações conforme lhe interesse, causando uma diferença crucial no discurso fugaz da transmissão por ondas eletromagnéticas (NEUBERGER, 2012, p. 143).

Repetir a informação para que o ouvinte possa não só ouvir, mas compreender sobre o que estão falando e quem são os entrevistados do programa não será necessário. O ouvinte poderá buscar aquilo de seu interesse. A facilidade de captar determinado conteúdo após o programa ter ido ao ar se torna possível diante das mudanças no ouvir rádio. Sendo assim, através não só de áudio, mas imagens, vídeos, links e outros.

Dessa forma, a mensagem é acessada em tempo real e em qualquer tempo. Isso vai depender da necessidade do público. O jornal impresso, por exemplo, dá ao leitor a possibilidade de reler a informação de acordo com o seu tempo. Se a mensagem não é compreendida, o leitor pode retornar a informação transmitida no jornal, pois o material está impresso e acessível para qualquer momento.

Para o ouvinte dos programas radiofônicos, o retorno a informação nem sempre é possível. Muitas vezes o resgate se dá através das gravações disponibilizadas no site da emissora ou nas gravações realizadas pelo próprio ouvinte. Por isso, na hora de elaborar qualquer mensagem radiofônica, deverão ser levadas em conta não apenas as possibilidades expressivas de cada um dos recursos utilizados pelo meio radiofônico, mas também as próprias características do meio (MARCHAMALO; ORTIZ, 2005, p. 22).

A fala no rádio é direcionada aos diversos públicos e deve ser entendida pelos receptores independentemente do grau de estudo dos mesmos. O ouvinte deve compreender a mensagem no momento em que ele ouve ou escuta a transmissão. Não pode gerar dúvida na captação de informação. Logo, a forma com que se emite o conteúdo é fundamental no processo de comunicação. As pausas durante a fala devem ser respeitadas, o ritmo, a tonalidade e a clareza do texto durante a locução.

Para Costa Filho (2008), a oralidade é caracterizada pelo fácil acesso para todos que participam de uma comunidade linguística, pois não é necessário um conhecimento prévio, como alfabetização. No rádio, a base da transmissão é a fala, e esta deve ser simples e objetiva para o entendimento de todos.

Se com a TV temos a possibilidade de acompanhar a programação e ao mesmo tempo realizar outras tarefas. Com o rádio não é diferente. O fato de ouvir a transmissão radiofônica não impede de executá-las. Pois, dirigir um carro, passear de bicicleta, patinar no parque, escrever e fazer as atividades de casa se torna possível mesmo com o acompanhamento dos programas de rádio.

Também podemos afirmar que há a possibilidade de ouvir e buscar informações em mais de um meio simultaneamente. Pesquisa do IBOPE MEDIA¹ aponta que 18% dos brasileiros consomem rádio e internet ao mesmo tempo. Mostra ainda que o uso do rádio com o jornal e o rádio com a revista foi de 11%. O consumo da TV com o jornal foi de 22%, da TV com a revista (17%) e TV com rádio (15%). No Brasil, 55% da população utilizam dois ou mais meios simultaneamente.

Entre eles, o que apresenta maior consumo simultâneo no Brasil é a televisão com a internet (30%). Nota-se uma necessidade de consumir cada vez mais informação através dos meios de comunicação. As pessoas fazem várias coisas ao mesmo tempo. Não podemos excluir o uso dos meios na rotina diária dos consumidores. O rádio, assim como os demais citados acima, vem sendo utilizado junto com a internet, revista, jornal e TV. No momento, podemos dizer que o rádio, que é considerado um meio tradicional, está sobrevivendo diante das outras mídias.

¹ Pesquisa IBOPE MEDIA <http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/artigospapers/Paginas/Overdose-de-informacoes-.aspx> acessado em 07/03/2014.

Pois a mídia é, se nada mais, cotidiana, uma presença constante em nossa vida diária, enquanto ligamos e desligamos, indo de um espaço, de uma conexão midiática, para outro. Do rádio para o jornal, para o telefone. Da televisão para o aparelho de som, para a Internet. Em público e privadamente, sozinhos e com os outros (SILVERSTONE, 2002, p. 20).

As formas de consumo estão se modificando. O estudo do IBOPE MEDIA ainda revela que o consumo ocorre de três formas: exclusivamente tradicional, exclusivamente digital (online) e tradicional e digital (online). No rádio, por exemplo, detectaram que 67% o consumo ocorre de forma tradicional, 6% tradicional e digital e 1% digital, nos dados avaliados no ano de 2012.

No rádio, alguns ouvintes têm objetivos de ouvir música, obter informação, acompanhar o trabalho do locutor, se divertir, verificar as entrevistas, etc. A forma com que nos relacionamos com a mídia, independentemente de ser o rádio ou não, vai depender das nossas próprias intenções (como ouvinte, telespectadores, e leitores) com ela. Isso vai depender da intenção do receptor em relação ao que está sendo emitido.

As mensagens envolvem agilidade, rapidez e informações passageiras. Ou seja, o fato do aparelho (rádio) estar ligado nem sempre significa que o receptor está atento as transmissões. Para o ouvinte, o rádio pode significar companhia e nem sempre algo relacionado à busca de informação. A mídia radiofônica vem despertando sentimentos no público desde o ano de 1930 com as radionovelas.

A linguagem da radionovela tinha que ser simples, e a temática deveria ser abordada de forma a sensibilizar o ouvinte, gerando o consumo do universo imaginário. Como hoje com as telenovelas, as radionovelas entravam no cotidiano das pessoas despertando sentimentos diversos, provocando debates e até manifestações extremadas da parte dos ouvintes. Aguardando o episódio seguinte, o público comentava os fatos ocorridos, concordava ou censurava as atitudes tomadas pelos personagens, criando com estes laços de admiração ou de aversão. Existem vários registros de cartas de ouvintes indignados ou apoiando as ações de determinados personagens (CALABRE, 2004, p. 37)

O uso da linguagem própria para a mídia radiofônica carregada de intenções para com o ouvinte vem ocorrendo desde a década de 1930. As pessoas já despertavam diferentes sentimentos com as produções radiofônicas. A linguagem é um dos elementos utilizados para construir a mensagem.

Ela pode aproximar o ouvinte e contribuir para uma relação de vínculo entre mídia e público. Para Vicchiatti (2005, p.52), a linguagem é o meio que o jornalista emprega para informar a sociedade em que está inserido, utilizando-a das mais variadas formas, verbais ou não verbais. Ou seja, através do uso das palavras, da escrita, expressões, gestos, imagens e símbolos.

A voz humana e os elementos sonoros (efeitos, música e o próprio silêncio) compõem características fundamentais da linguagem radiofônica. Esses elementos podem provocar diversos sentimentos no público. Uma narração excessivamente lenta poderá transmitir uma sensação de angústia; um silêncio prolongado provocará inquietação no receptor, e assim por diante (MARCHAMALO; ORTIZ, 2005, p.21).

Os autores ainda se referem ao rádio como um meio cego em que as mensagens só podem ser percebidas pela via auditiva. A audição é o principal sentido utilizado para estabelecer relação de receptores com os programas radiofônicos. Atualmente, um dos desafios do meio é trazer a imagem como elemento complementar do áudio.

Algumas emissoras brasileiras já transmitem imagens, com o uso de câmeras no estúdio, dos programas de rádio. Como exemplo, temos a Rádio Globo² que na página da Internet dá a possibilidade do público acompanhar a programação de duas formas: ouvir e assistir. A imagem abaixo representa a transmissão ao vivo no modo assistir. Mesmo durante os intervalos é possível acompanhar o que acontece no estúdio da emissora.



Figura 01 – Transmissão ao vivo da programação Rádio Globo

² Programação da Rádio Globo através do site:

<http://radioglobo.globoradio.globo.com/estudiorg/estudiorg-wide.htm?praca=SP&id=0>

No caso da Internet, podemos observar uma convergência que une elementos como o uso de áudio, texto, imagem e vídeo. Para Neuberger (2012, p. 142), o conteúdo precisa ser revisto, já que não basta oferecer a mesma programação analógica em formato digital, uma vez que os ouvintes não buscam apenas qualidade de som, mas um serviço multimídia, interativo, mais adequado com os padrões tecnológicos atuais. A Internet veio para unir os meios de comunicação.

Mas, cada mídia possui uma especialidade na linguagem e recursos para se comunicar. Diferente do rádio, por exemplo, a televisão utiliza principalmente das imagens para complementar a construção das mensagens. Como podemos perceber a transmissão da informação além de seguir determinados critérios de abordagem, também é trabalhada de forma diferenciada em cada meio de comunicação.

No rádio, a informação vai apresentar características próprias, sem, contudo perder sua identificação com o conteúdo a ser informado. A diferenciação deve ser entendida unicamente em função do meio específico e da técnica mais adequada a ele e não como se existisse uma parcela específica de informação para cada meio. O que pode ocorrer é a aparição eventual de acontecimentos que melhor se adaptam para serem transmitidos por um ou por outro meio (ORTRIWANO, 2001, p. 91)

Compreende-se, através do pensamento da autora, que a estrutura da notícia seja no rádio, na televisão ou em qualquer outro meio de comunicação é semelhante. A notícia não muda. O que vai mudar é a linguagem específica de cada meio. Para Mcleish (2001), o rádio é um meio cego, mas que pode estimular a imaginação de modo que, ao ouvir a voz do locutor o ouvinte visualiza o que ouve, criando na mente a figura do dono da voz.

Os ouvintes se identificam com o apresentador através da fala. Uma voz pode transmitir tranquilidade, desespero, humor, precisão e muito mais. Eles reconhecem essas sensações de acordo com a voz do locutor. A utilização de determinada vinheta também complementa o sentido da mensagem, assim como a música de fundo. Stuart Hall (2003, p. 389) chama essas produções de forma-mensagem.

São habilidades técnicas definidas que envolvem o conhecimento institucional, definições e pressupostos sobre a audiência. Entende-se que há consciência da estrutura do programa sobre as intenções em cada regra estabelecida. Considerando o texto

jornalístico, uma informação da área econômica pode ter um tipo de tratamento menos coloquial em uma emissora e em outra não.

O rádio também forma imagens, só que flui na imaginação dos ouvintes, apesar de uma característica da televisão. Faz parte da linguagem radiofônica essa questão da aproximação com o ouvinte. Essa característica faz com que o emissor possa falar para toda a sua audiência como se estivesse falando para cada um em particular, dirigindo-se diretamente aquele ouvinte específico. A mensagem oral se presta muito bem para a comunicação intimista (ORTRIWANO, 2001, p. 81).

Assim, o rádio é até hoje considerado um meio “caloroso” por buscar proximidade com o público através da linguagem e das transmissões em tempo real. O apresentador, muitas vezes, em vez de usar palavras como público e audiência, ele utiliza: *você que está me ouvindo e/ou você em casa, no trabalho, no trânsito*. O direcionamento é particular, específico e direto. Tudo isso, para que o ouvinte possa se sentir único da mensagem transmitida pelo programa.

O rádio é um meio muito pessoal. O locutor fala diretamente para o ouvinte. É muito importante considerar cada ouvinte como se fosse uma única pessoa. Quando você fala no rádio, você não está falando para as massas por meio de um gigantesco sistema de transmissão de mensagens. Você está falando para uma pessoa, como se estivesse conversando com ela, bebendo junto uma xícara de café ou um copo de cerveja. O rádio permite, também, que se ouça toda a emoção da voz humana, da gargalhada ao choro, da dor à compaixão. Esses sons podem transmitir sensações mais fortes do que a leitura de um texto sobre o mesmo acontecimento. Isso porque o modo de dizer é mais importante do que o que é dito (CHANTLER; HARRIS, 1998, p. 21)

Os discursos são os mais variados possíveis com objetivos de conquistar mais e mais ouvintes. Manter uma audiência não é fácil, mesmo quando estamos refletindo o meio radiofônico que busca sua sobrevivência diante de outras mídias e de muitas evoluções tecnológicas. Modificam as formas de consumo, as estratégias e as formas de produção.

O rádio foi o primeiro meio de comunicação a falar individualmente com as pessoas. Cada ouvinte era tocado de forma particular por mensagens que eram recebidas simultaneamente por milhões de pessoas. O novo meio de comunicação revolucionou a relação cotidiana do indivíduo com a notícia, imprimindo uma nova velocidade e significação aos acontecimentos (CALABRE, 2004, p. 09).

As propostas variam de programação. Isso envolve a temática que será trabalhada, o estilo e o público que pretendem captar. Em geral, o discurso no rádio deve ser preciso, objetivo e claro, além de fazer uma relação de proximidade com seu público alvo. Vai depender do objetivo e intenção que determinado programa se propõe.

Para Ferraretto (2007, p.27), o nível socioeconômico e cultural do ouvinte determina como vai ser a estrutura da mensagem. Ou seja, vai envolver o gênero, a faixa etária, o sexo, profissão, etc. É fundamental considerar o público como um todo, mas com adaptações específicas da audiência. A seguir, discutiremos as estratégias de comunicação realizada pelo rádio. Veremos que os objetivos que acompanham os programas radiofônicos dependem principalmente dos interesses institucionais.

1.2 As estratégias de comunicação

A busca por manter a fidelidade do público faz a equipe de produção realizar estratégias para aproximar o ouvinte cada vez mais da programação. Captar a atenção dos receptores, propor a participação do ouvinte no programa e manter cada vez mais a audiência são alguns dos objetivos. Essa aproximação vai além da possibilidade do público manifestar suas opiniões e estabelecer contato com os programas midiáticos.

Na tentativa de reconquistar e/ou ampliar o seu público, empresários da comunicação olham com mais seriedade as mudanças em seu entorno, buscando adaptar e até criar algumas ideias que atraiam o usuário/ leitor/ telespectador/ ouvinte (QUADROS, 2005, p.05). A mídia está presente na vida cotidiana do público, fornecendo as mais diversas produções carregadas de significados.

O poder dessas instituições, o poder de controlar as dimensões produtivas e distributivas da mídia contemporânea e a debilitação correlativa e progressiva de governos nacionais em controlar o fluxo de palavras, imagens e dados dentro de suas fronteiras nacionais são profundamente significantes e indiscutíveis (SILVERSTONE, 2002, p. 18).

A proposta de abrir espaço para a participação do ouvinte no rádio vai além da inserção de opiniões, pensamentos, sugestões e críticas no programa. A emissora busca fidelidade do ouvinte para atingir suas metas e lucros. O público é tocado pela

programação de diversas formas, seja pela identificação com o apresentador, com o tema exposto, com a linguagem utilizada, etc.

A mídia se articula para gerar contato com o receptor. O que se percebe é a criação de enquetes que tocam no estilo de vida do público, além de propor que este mesmo público faça parte da construção dos programas. Sentir-se parte do programa é diferente de realmente fazer parte.

Para Ortriwano (2001, p. 80), o rádio envolve o ouvinte, fazendo-o participar por meio da criação de um diálogo mental com o emissor. O apresentador fala como se estivesse conversando com o ouvinte. Ao mesmo tempo, desperta a imaginação através da emocionalidade das palavras e dos recursos de sonoplastia, permitindo que as mensagens tenham nuances individuais, de acordo com as expectativas de cada ouvinte.

Em busca desses ouvintes, as emissoras se empenhavam em produzir programas cada vez mais populares, criando uma “via de mão dupla” na relação rádio/sociedade, em que a opinião pública (o gosto popular) adquiriu um peso fundamental. Os modelos de programas eram lançados e as emissoras avaliavam sua audiência. A forma mais comum pra isso era a promoção de concursos com distribuição de brindes, seguida pela análise da correspondência recebida. Caso a reação do público fosse negativa, o programa era reformulado ou retirado do ar. Quanto mais crescia o número de emissoras, mais exigentes ficavam os ouvintes (CALABRE, 2004, p. 25)

A participação do ouvinte no programa é estabelecida conforme os critérios para atingir os objetivos da produção. Ela ocorre de forma pensada e sob os critérios da emissora. O sucesso de manter essa relação requer o conhecimento do público para conseguir o que se pretende. O conhecimento da audiência e o estudo do receptor da mensagem constituem-se em algo de suma importância no processo de comunicação radiofônica (MARCHAMALO; ORTIZ, 2005, p. 16).

Para cada programa, um perfil de audiência. Isso envolve não só estilo e a proposta do programa, mas o dia e o horário de sua transmissão. Para Marchamalo e Ortiz (2005), é na linguagem coloquial e no jargão profissional que se define a audiência de rádio. Ou seja, esses dois fatores são planejados e direcionados para determinado perfil de público ou ouvinte.

Há programas direcionados ao público jovem, adultos, homens e mulheres. Além daqueles específicos para as donas de casa e para o público que gosta de assuntos

como culinária, esporte, informação, entretenimento, saúde, beleza, música e diversos outros. Pra cada segmento de audiência há uma proposta de programa.

Sandra de Deus (2000) afirma que o rádio descobriu, nos últimos anos, que abrir seus microfones para os ouvintes e dar espaço para as reivindicações é um grande negócio. Ou seja, uma estratégia para captar a atenção do público cada vez mais para determinado programa. Ela considera ainda que a relação rádio e ouvinte é marcada pela reciprocidade própria do veículo e pela disputa de poderes.

O fato de que o rádio depende de seus ouvintes e que estes procuram o veículo para obter auxílio seja para ter espaço ou para fazer valer direitos, transforma o rádio num local privilegiado para as disputas de poderes. O ouvinte quer uma oportunidade de expor sua opinião e a emissora quer manter a audiência do seu público.

Estes espaços que se oferecem ao público são de grande importância porque se constituem em oportunidades de pressão e expressão. É uma forma do ouvinte expressar sua opinião, questionar e participar de questões de interesse público. Os programas são espécies de espaços importantes para as trocas de mensagem entre produção e público.

Ambos exercem o papel de emissor e receptor da informação no rádio, isso quando identificamos programas com participação do público em que o ouvinte tem seu momento para manifestar seu posicionamento a respeito de determinado tema, responder questões e informar alguma situação. Mas, isso não é novidade.

Durante a década de 1930, o rádio despertou sentimentos que variavam do fascínio à rejeição. O universo radiofônico estava impregnado de todo tipo de estereótipo: era o lugar da fama e da ascensão social, e ao mesmo tempo o ambiente da marginalidade e dos marginais, proibido às pessoas de “boa família”. A curiosidade e o desejo das camadas populares de possuírem aparelhos de rádio cresciam, e, quando as famílias ainda não podiam ter seus próprios rádios, lançavam mão de uma prática que se tornou muito corriqueira: a de ser um “rádio-vizinho”. Era comum que as famílias que tinham aparelhos de rádio os partilhassem com os vizinhos, permitindo que acompanhassem parte da programação (CALABRE, 2004, p. 25)

É durante o processo de produção do programa que os produtores devem levar em consideração não apenas a linha editorial da empresa da qual trabalha, mas, o exercício de informar os acontecimentos importantes e presentes na sociedade. A rotina produtiva descreve a formação de um programa, seja radiofônico ou não.

Isso está presente na seleção de notícias, a linguagem que será utilizada, a abordagem dos assuntos, a escolha dos debatedores e entrevistados, a escolha do apresentador, as questões de interatividade e outros, pois cada elemento se une para construir o sentido da mensagem.

Assim também podemos dizer que a colocação de determinada trilha sonora, a construção do roteiro, a distribuição dos blocos do programa, o posicionamento do apresentador diante das informações, a colocação de opinião, a entonação de voz, até a escolha do nome do programa e suas vinhetas vão depender do objetivo estabelecido.

A equipe de produção elabora o discurso estruturando suas ideias no roteiro do programa com base em seu formato e nas possibilidades que podem ser realizadas em cada meio de comunicação. Sendo que cada mídia tem sua característica, com formas específicas de produção. Para Richard (2008), o comunicador é amigo do ouvinte, ele ouve suas reclamações e suas angústias. Ela ainda informa que quando o comunicador dá voz ao ouvinte, ele torna este fiel ao programa, pois sabe que o espaço está garantido para suas reclamações e colocações.

Não podemos esquecer que essa atitude do apresentador pode, muitas vezes, representar algo estratégico e parecer natural. Esse discurso do locutor de envolver o ouvinte pode ser o resultado de planejamento. Para Silverstone (2002), vivemos nossas vidas em espaços simbólicos e autorreferenciais que nos oferecem nada mais que generalidades e que nos proporcionam apenas a reprodução e nunca o original.

Ou seja, o fato de um programa midiático abrir espaço para a participação do público não significa que essa inclusão do ouvinte venha ocorrer. É fundamental estarmos cientes de que atrás de uma fala do locutor há várias possibilidades e estratégias com intuições próprias da emissora. A circulação do produto requer, do lado da produção, seus instrumentos materiais e formas de trabalho.

Nesse jogo de sedução, em que o jornalista exerce o papel de conquistador, os elementos não-verbais devem ser desenvolvidos com o mesmo apuro que dedicamos à construção do texto. Esses componentes estão relacionados às características da voz, assim como à postura do corpo e aos gestos (JUNG, 2009, p. 122). Todos esses elementos estão inseridos na mensagem.

A produção constrói a mensagem a partir dessas estruturas, em que a proposta do programa é planejada, organizada e enquadrada para conseguir seus objetivos. É fundamental que haja redes de produção, estruturas institucionais, estruturas técnica e organização nas relações.

É difícil pensar os meios de comunicação e identificá-los como espaço transparente e de livre acesso para a participação das pessoas. Isso porque há um planejamento na produção dos programas com determinado enquadramento, recorte e tempo. O rádio não é considerado apenas como transmissor de informação, mas uma mídia capaz de estabelecer formas que geram determinado sentido.

O processo de produção não é isento de seu aspecto discursivo: ele também se constitui dentro de um referencial de sentidos e ideias: conhecimento útil sobre rotinas de produção, habilidades técnicas historicamente definidas, ideologias profissionais, conhecimento institucional, definições e pressupostos, suposições sobre a audiência e assim por diante delimitam a constituição do programa através de tal estrutura de produção (HALL, 2003 p. 389).

Entende-se que a realidade é reconstruída e assim a deixa de ser realidade, ou pelo menos parte dela. Isso por conta da seleção de informação e demais estratégias situadas na programação radiofônica. Os dispositivos aqui mencionados se referem às estratégias de produção, ou seja, critérios utilizados pela mídia para transmitir uma ideia, passar determinada mensagem.

Há um sujeito mediador da realidade primária – neste caso, o jornalista – que é elemento constituinte da segunda realidade. A realidade midiática, no entanto, não é constituída somente por este (SPONHOLZ, 2009, p. 88). A autora considera como realidade primária, um fato que acontece na vida social ou não de uma pessoa. Já a realidade midiática é a representação simbólica desse fato, através da inserção do jornalista. Aqui, ocorre a produção de sentido, em que os elementos da mensagem são posicionados conforme o que a emissora deseja.

1.3 Formas de intervenção do ouvinte

A chegada da Internet e o avanço das tecnologias possibilitaram a criação de novas ferramentas e formas de interação entre mídia e sociedade. Sendo assim, entre

emissor e receptor, rádio e ouvinte. O uso do celular e das redes sociais entre as pessoas também se tornou possível no âmbito dos meios de comunicação.

Lopez (2010, p. 40) nos informa que essa potencialização da presença do ouvinte ocorreu devido à popularização do telefone e permitiu uma aproximação do rádio com seu público. Acrescenta ainda que, além da interação telefônica, os comunicadores têm outras pontes de contato com os ouvintes, como serviços de mensagem instantâneas, mensagens via telefone celular, fóruns, chats, redes sociais, etc.

Essa inclusão e adesão dessas possíveis formas de interação fizeram com que o público tivesse uma aproximação maior com os programas midiáticos. Isso mudou e continua mudando a relação entre essas esferas no decorrer das transformações tecnológicas. Nota-se não só uma aproximação entre emissora e público, mas também uma interação entre o público através das redes sociais, por exemplo.

Para Linhares (2006), o papel das novas tecnologias de comunicação, produção e divulgação da informação tem proporcionado modificações nas relações de poder e produzido novas formas de organização social e de participação política dos indivíduos. Com os avanços tecnológicos já é possível produzir e divulgar informação mesmo sem uma ligação direta com os meios de comunicação de massa.

As pessoas criam seus próprios vídeos, produzem textos e fazem as divulgações. Por outro lado, equipes de produção estão atentas a essas tecnologias na busca por pautas e informações. As redes sociais fazem parte do dia a dia da sociedade. Logo, são espaços de histórias de vida e fatos que, muitas vezes, merecem destaques em programas midiáticos.

Na internet, o rádio, assim como os outros meios de comunicação, encontrou novas ferramentas de interagir com a audiência e de fazer o público participar. Seja por correio eletrônico, através de salas de conversação, comentários nos blogs e dos fóruns de discussão, a audiência pode participar de forma escrita ou de forma mais direta via telefone ou através do microfone instalado no computador.

Na mídia radiofônica, as manifestações dos ouvintes se concentravam pelas cartas e tempo depois pelo telefone e redes sociais como o facebook, twitter e e-mails. Os ouvintes, assim como os telespectadores e leitores estão cada vez mais inseridos,

através dessas possibilidades, em participar da grade de programação na discussão de seus produtos.

Hoje eles compartilham os mesmos espaços e ambientes, muitas vezes no mesmo círculo de relações, através de redes sociais. Desta forma, o ouvinte, que antes glorificava, idealizava e mitificava o comunicador, tem a oportunidade de passar a vê-lo de maneira mais próxima, já que lhe permite o diálogo, a interação. Orkut, Facebook, Flickr, Twitter, entre outros, se estabelecem como ambientes de troca, em que o espaço de fala é permitido a ambos, aproximando-os de certa maneira (LOPEZ, 2010, p. 115).

A essas ferramentas que envolvem participação não é exclusividade do ambiente digital, pois já acontecia mesmo antes da chegada da Internet. No que concerne à possibilidades de trocas concretas entre os sujeitos integrados na produção de mensagens midiáticas, todos os veículos tradicionais sempre mantiveram meios de estabelecer contato direto com seu público, no mínimo através dos já citados telefone e correspondência (MACIEL, 2009 p. 15).

Ela ainda esclarece que além das ferramentas tradicionais (carta e telefone), os endereços eletrônicos servem, à princípio, para a manifestação do público, que pode participar com críticas, sugestões, comentários e, em alguns casos, se envolver no processo de construção da mensagem. Os exemplos se referem as “perguntas do internauta”, a “seleção do ouvinte” e o “ouvinte repórter” que envia informação sobre o trânsito e os problemas sociais do bairro, como a violência, saúde, educação, desemprego e outros.

O advento da internet, porém, faz surgir uma nova forma de radiofonia, onde o usuário não apenas ouve as mensagens transmitidas, mas também as encontra em textos, vídeos, fotografias, desenhos, hipertextos (PRATA, 2009, p. 43). A autora ainda diz que não é possível afirmar que o produto jornalístico seja melhor agora, depois da internet, mas que é incontestável que a web proporcionou transformações profundas nas redações e no trabalho. Mudanças estas, que estão presentes no acesso à informação, no envolvimento com a sociedade e a produção e realização de programas.

O rádio, interativo de nascença, fortalece a relação com o público. O âncora apresenta o programa diante do correio eletrônico, aberto às mensagens e interferências do ouvinte, quase que imediatas. A entrevista mal começa e já chega a primeira pergunta do ouvinte. O entrevistado escorrega, e vem a crítica. O apresentador se engana, e a

correção aparece. E assim, internauta e ouvinte, conectado à Internet, transforma-se em protagonista (JUNG, 2009, p. 68).

Essas novas maneiras de agir, participar e interagir nos meios de comunicação estão relacionadas com o surgimento de uma nova visibilidade midiática. Visibilidade apontada e defendida por Thompson (2008) como um espaço moldado não somente pela mudança constante das tecnologias, que permitem que palavras e imagens sejam gravadas e transmitidas para outros que estejam distantes, mas também pelas instituições e organizações que têm interesse em transmitir esse conteúdo.

Para esclarecer essa visibilidade na mídia, tomamos como exemplo o espaço do público construído nos programas midiáticos. Aqui podemos fazer referência aos vídeos que os receptores fazem de uma determinada situação e enviam para o endereço eletrônico da emissora. Geralmente, esses vídeos devem ser elaborados conforme um tema predeterminado pela produção. Geralmente isso ocorre em emissoras de rádio que buscam interação com o ouvinte através de página na internet.

A utilização de sites com espaço para o público produzir vídeo apresentando as dificuldades da cidade (como problemas no trânsito, na educação, na saúde, etc.) são destaques no jornalismo online. Mesmo que as empresas sejam direcionadas aos produtos impressos, de televisão ou rádio, o uso de portais são espaços para interação. Os programas de TV trabalham de forma significativa quanto à questão de troca de mensagem. Percebe-se a inclusão das redes sociais, a construção dos vídeos pelos receptores, o envio de cartas, os telefonemas.

E a respeito dessas novas formas de comunicação, Júnior (2010) diz que em nenhum momento da história dos veículos de comunicação de massa tivemos tantas ferramentas disponíveis para esta interação. Podemos pensar também na visibilidade não só dos comentários do público, mas na visibilidade da emissora e de seus produtos. Inserir o ouvinte na programação pode significar uma instituição aberta ao público e democrática. “A Internet, age, desta maneira, como uma potencialização da interação no rádio, abrindo novos canais para a participação” (LOPEZ, 2010, p. 52).

A utilização de sites com espaço para o público produzir vídeo apresentando as dificuldades da cidade (como problemas no trânsito, na educação, na saúde, etc.) são destaques no jornalismo online. Mesmo que as empresas sejam direcionadas aos produtos impressos, de televisão ou rádio, o uso de portais são espaços para interação.

Baseado no teórico Habermas, Linhares (2006) esclarece que o espaço público se constrói no mundo da vida e se concretiza no ato comunicativo, dinâmico e mutável, do qual depende das interações produzidas pelos indivíduos.

Segundo esse teórico, entende-se por espaço público ‘a esfera de pessoas privadas reunidas em público’, o ‘lugar’, na acepção geográfica da palavra, onde se desenvolve o exercício de tornar público, ‘publicar’ ideias, conceitos e vontades, até então privadas, de grupos, diante de problemas e situações comuns a todos, principalmente no que se refere aos assuntos de poder e da gerência da coisa pública (LINHARES, 2006, p. 166)

A opinião do ouvinte, muitas vezes, se torna pública através da mídia radiofônica. Ao abrir espaço para a participação do ouvinte, a emissora está propondo a manifestação do seu pensamento. Lembrando que essa proposta será executada conforme os planejamentos da emissora. Quando se trata de interação nos meios de comunicação, não podemos fugir do conceito de mediação que a princípio nos remete à ideia de algo que vai mediar, fazer uma ligação entre duas partes.

Mas, os pensadores vão além. Implica a constante transformação de significados, em grande e pequena escala, importante e desimportante, à medida que textos da mídia e textos sobre a mídia circulam (SILVERSTONE, 2002, p. 33). Entende-se que a representação de textos, sejam eles no jornal impresso, no rádio e na televisão, é modificada de acordo com a sua circulação. Na participação do ouvinte, por exemplo, as mediações estão presentes. Sejam através do aparelho de rádio, do telefone, da internet, o e-mail, o apresentador e a equipe de produção dos programas.

Os textos são construídos para representar algo, logo, esses significados são reconstruídos e transformados em novos significados. Um novo sentido ao texto vai depender não só de quem está construindo, mas também de seu receptor. Pois este pode dar um novo sentido e uma nova representação ao texto. Tomamos como exemplo um locutor de rádio que busca através de seu discurso emitir uma mensagem carregada de significados. A circulação desse discurso gera novos significados, vai depender da forma, dos meios utilizados e do seu público.

A ideia de mediação corresponde à percepção de que não temos um conhecimento direto dessa realidade – nosso relacionamento com o “real” é sempre interditado por um “estar na realidade” em modo situado, por um ponto de vista – que é social, cultural e

psicológico. O ser humano ver o mundo pelas lentes de sua inserção histórico-cultural, por seu “momento (BRAGA, 2010 p. 32).

Seguindo o pensamento de Braga, a reflexão que se faz da mediação na comunicação complementa o que vem sendo discutido. O acesso ao texto ou discurso vai obter significados diversos entre as pessoas. Pois cada uma vive um momento diferente da outra, além de estarem inseridas em contextos diferentes. Ou seja, o texto vai circular e ser representado de várias formas. O autor ainda vai além e diz que não temos contato com o real. Entende-se que as mediações estão em tudo o que se produz, emite e recebe. Assim também acontece na comunicação midiática.

Muito se fala que a mídia e a realidade virtual têm provocado mudanças na sociedade. As pessoas passaram a se conhecer, conversar, obter informações e trabalhar com e através das redes sociais. “Novos padrões, seletivos, de relações sociais substituem as formas de interação humana territorialmente limitada” (CASTELLS, 2003, p. 98). A troca de informação existe através das mediações tecnológicas e com pessoas localizadas a quilômetros de distância e em tempos diferentes. Considera-se assim que a comunicação é realizada através de mediações, e a tecnológica é uma delas.

No caso da correspondência ou telefonemas, dados para as equipes de produção dos programas de rádio e televisão ou jornais e revistas, o dizer do ouvinte/leitor/telespectador não vai direto ao ar ou para a página impressa. É necessário primeiramente que haja uma mediação, no mínimo, para a adequação da mensagem aos parâmetros formais do veículo (MACIEL, 2009, p.16).

As participações do público, muitas vezes, são selecionadas e enquadradas na proposta da empresa com a dinâmica do programa. Logo, as participações são mediadas para que juntamente com outras ações do planejamento se construa uma mensagem. Esta, baseada em interesses institucionais e nem sempre em interesses sociais. Assim, não podemos fugir do conceito de mediação que a princípio nos remete à ideia de algo que vai mediar, fazer uma ligação entre duas partes.

CAPÍTULO II

2. INTERAÇÃO NO RÁDIO

A busca por compreender o conceito e a classificação de interação no rádio é uma das principais propostas desse capítulo. Outra questão que levamos em consideração foi a semelhança entre interação e participação. Na segunda seção, procuramos estabelecer o que seria convencional e participativo no radiojornalismo, já que a pesquisa tem direcionamento para a participação do ouvinte. Entender as características do programa no formato debate e mesa-redonda foi destaque da terceira seção. Com essa discussão foi possível identificar algumas situações no “Debates do Povo”.

2.1 Participação e Interação

Esses dois conceitos, participação e interação, geram bastante discussão entre os pesquisadores. Será que podemos utilizá-los como sinônimos? O conceito de participação é analisado por Demo (1985) em “Participação é conquista”. Ele discute e faz referência aos aspectos políticos, sociais e econômicos. Diz que a participação é algo que se conquista e que não podemos entendê-la como dádiva nem como algo preexistente.

Entende-se que a participação é um processo em que as pessoas buscam fazer parte e se envolver na construção e organização de uma comunidade. Podemos pensar esse conceito no rádio. A importância da participação do público nos meios de comunicação é reafirmada muitas vezes por Cicília Peruzzo (2004). Mas, ela declara que devemos ter cuidado com alguns tipos de participação.

Para essa relação, consideramos o envolvimento e inserção do ouvinte nos programas radiofônicos. Conforme Peruzzo (2004), a participação ocorre com o simples fato do ouvinte seguir a programação no rádio. Para ela, na participação passiva a pessoa assume a postura de espectador e de conformismo em relação aos meios de comunicação.

O ouvinte apenas acompanha os programas, mas não busca contato com a emissora para manifestar suas opiniões, fazer perguntas, pedir músicas ou até mesmo

reclamar de algo. Nem sempre a participação é de forma ativa em que os ouvintes ligam e manifestam sua opinião nos programas sem que haja cortes ou uso que gera sentido oposto conforme os pensamentos de Peruzzo (2004).

Existe também a participação controlada que pode ser identificada sob duas formas: a limitada e a manipulada. A participação controlada e limitada, é possível somente nos aspectos ou até o ponto em que as instâncias detentoras do poder permitirem. Nela, há regras estabelecidas pela emissora em relação à inserção do público nos programas.

Na prática, isso significa sua concretização em fragmentos secundários ou parciais da tomada de decisões (PERUZZO, 2004, p. 79). Aqui, o comentário do ouvinte é controlado por produtores e avaliado segundo os critérios estabelecidos pela equipe. Diferente da controlada limitada, há a controlada manipulada. Essa, envolve a distorção da participação do público.

Manipular a comunidade denota a tentativa de, via de regra, de forma velada, adequar suas demandas aos interesses de quem detém o poder. Quando isso se torna difícil, é comum o processo participativo ser interrompido. Nestas circunstâncias, a participação pode ser uma farsa, usando-se o grupo social como massa de manobra para angariar popularidade (PERUZZO, 2004, p. 80).

Há emissoras que estipulam critérios a respeito dessa participação. Como por exemplo, o comentário do ouvinte deve ter relação com o conteúdo abordado no programa. Outros critérios envolvem as formas e tipos de participação, como impor comentários somente por telefone, ou apenas através da Internet e de determinada forma como o e-mail.

Além de estabelecer tempo ao ouvinte quando a participação é direta e ao vivo por telefone; elimina a possibilidade do público manifestar sua opinião ao vivo no programa; exige dados como nome, sobrenome, bairro, telefone e profissão; estipula participação apenas com comentários que sejam perguntas ou somente respostas, perguntas e respostas, opiniões.

Alguns critérios são essenciais, principalmente quando se trata de programas ao vivo. Porém, outros demonstram total poder da produção sobre a participação do público. O que também pode acontecer é a distorção da opinião que gera conflito na

relação entre rádio e ouvinte. A participação do ouvinte vai ao ar diferente da que ele emitiu.

Para Demo (1985), muitos objetivos podem envolver o processo da participação, o exercício da democracia é um deles. Da mesma forma, ocorre nos programas de rádio. Fica difícil estabelecer uma relação democrática quando ligamos os interesses institucionais à construção da mensagem, ao fazer jornalismo e a comunicação com a sociedade.

O desenvolvimento dos meios de comunicação cria novas formas de ação e de interação e novos tipos de relacionamentos sociais – formas que são bastante diferentes das que tinham prevalecido durante a maior parte da história humana. Ele faz surgir uma complexa reorganização de padrões de interação humana através do espaço e do tempo. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, a interação se dissocia do ambiente físico, de tal maneira que os indivíduos podem interagir uns com os outros ainda que não partilhem de mesmo ambiente espaço-temporal (THOMPSON, 2009, p. 77).

Já não falamos mais da troca de mensagem através de cartas. Sobre a teoria interacional da mídia, Thompson (2009) diz que as formas de interação que a mídia proporciona são diversas e que já não existe mais apenas a “interação face a face”, mas a “quase-interação mediada” e a “mediada”.

As características apontadas na interação face a face se referem a um caráter dialógico, um contexto de co-presença e uma multiplicidade de deixas simbólicas. Aqui a comunicação entre as pessoas tem o complemento dos sinais visuais, dos gestos, das expressões de quem interage.

Como o próprio nome já diz, os participantes se encontram face a face e presentes no mesmo tempo e espaço. É de caráter dialógico, há um diálogo entre as pessoas. Podemos considerar uma entrevista em que o repórter está face a face com o entrevistado, por exemplo. Nessa comunicação, as deixas simbólicas são os gestos (sorrisos, piscar os olhos, sobrancelhas franzidas e outras mais) das pessoas que estão interagindo durante a conversa.

Thompson (2009) caracteriza a interação mediada como aquela que ocorre através de do uso de um meio técnico, seja o papel, fios elétricos, ondas eletromagnéticas. Aqui, a transmissão de informação pode se estender no tempo e

espaço, bem diferente da interação anterior. A mediada corre o risco da informação não ser compreendida no mesmo momento pelo receptor, pois é mediada, tem interferência de algo.

Muitas vezes, notamos a dificuldade do apresentador em captar detalhes da informação através de uma entrevista realizada por telefone. Para o entrevistado, erros técnicos como a queda da ligação e má qualidade do som podem fazer parte de suas desculpas para fugir de determinadas perguntas e assuntos.

Na entrevista face a face, por exemplo, isso não iria ocorrer. Não dessa forma e com essas desculpas, caso o entrevistado quisesse fugir dos dados da entrevista. Pois o contato visual proporciona ao entrevistador buscar não só a fala do entrevistado, mas, os elementos gestuais. As expressões e algumas deixas simbólicas não podem ser identificadas no caso da comunicação via telefone.

Pois as pessoas envolvidas nessa interação usam as deixas orais, logo, ficam impossibilitadas de usar os gestos visuais. No caso da carta, os gestos que complementam a interação face a face não são possíveis na mediada. Logo, outros símbolos são associados na escrita da carta. A transmissão de conteúdo é reforçada com a identificação, os dados que indicam o receptor, localização e a própria forma da escrita.

A terceira interação é classificada de quase-interação mediada. Pois é “uma situação estruturada na qual alguns indivíduos se ocupam principalmente na produção de formas simbólicas para outros que não estão fisicamente presentes” (THOMPSON, 2009 p. 80).

Essa interação diverge das anteriores tanto na questão do tempo e espaço quanto na transmissão de informação. Ela se refere o que geralmente acontece na relação entre mídia e público. Aqui, os ouvintes apenas recebem os produtos e as informações construídos da mídia radiofônica. Não é possível interferir e nem dialogar no momento da transmissão do conteúdo.

Thompson (2009) classifica a interação face a face, mediada e quase mediada, como novas formas de se comunicar e de se relacionar, ocorrendo não só entre as pessoas como também entre o público e a mídia. Para ele, o conceito de interação se

refere a um diálogo, uma troca de mensagem, uma ação entre os sujeitos. Podendo ocorrer no mesmo espaço e tempo ou não.

Ferraretto (2007) faz uma comparação da comunicação que ocorre no rádio com a comunicação realizada em uma palestra. Ele começa descrevendo um auditório a escura e um palestrante que fala usando um sistema de transmissão com microfones. No auditório, centenas de pessoas não conseguem ver o palestrante por conta da escuridão.

Logo, essas pessoas começam a criar imagens em suas mentes daquela voz sem rosto. Seguimos a comparação do autor fazendo a seguinte relação: o palestrante é o locutor de rádio e as pessoas são os públicos que apenas ouvem o locutor e dá asas a imaginação sobre a mensagem transmitida.

À medida que o discurso prossegue, surgem dúvidas e questionamentos entre a platéia, que aguarda o final da palestra para externá-los. Quando isto ocorre, a participação do público já se dá fora do âmbito de um debate ou de um acréscimo de ideias. Muitos não terão a oportunidade desta participação pós-discurso. Assim, comporta-se o rádio: sem o contato face a face entre os interlocutores e com um deles – o ouvinte – não possuindo a opção da resposta imediata (FERRARETTO, 2007, p. 25).

Assim, é a interação quase-mediada. Nela há fios elétricos que dão a possibilidade do público captar os programas. Ou seja, há uma mediação na transmissão da mensagem. A produção das formas simbólicas tem um sentido único, nessa interação não há diálogo. Não se pede ou exige uma resposta imediata do receptor nessa transmissão de conteúdo. Isso ocorre na maioria dos programas midiáticos.

Mas, há casos específicos como os programas que trabalham com a participação do público. Esses buscam uma resposta da audiência no decorrer do programa, seja através de enquetes, debates e pesquisas de opinião. No caso do rádio, mesmo que não ocorra o retorno do ouvinte através da participação, a mensagem é construída. O programa acontece independente do ouvinte participar ou não. Como já falamos anteriormente, nem sempre essa participação é ativa, pois temos em volta os interesses e objetivos das emissoras.

Gisela Ortriwano (2001) diz que a participação do ouvinte é limitada, seja por telefone ou de qualquer outra forma. Nos estudos realizados sobre o rádio, a autora deixa entender que as possibilidades de interação existentes nos programas radiofônicos

com a introdução da informática não modificam o controle da mídia a respeito do público. Ela diz que o controle é sempre do emissor, nunca do receptor.

O encontro de ideias e opiniões dos sujeitos, de forma direta ou não, faz parte do conceito de interação. Assim, analisa Prata (2008), em que interação quer dizer ação recíproca entre dois ou mais atores onde ocorre a intersubjetividade, isto é, encontro de dois sujeitos. Para exemplificar, isso ocorre quando o ouvinte liga para a emissora e participa ao vivo, dialogando com o apresentador.

Prata (2009, p.109) configura as formas de interação no rádio baseada na nomenclatura de Xavier (1998). Ela nos informa que as seguintes formas fazem referência ao locutor de rádio – presente no estúdio – e ao outro sujeito do qual irá interagir, este pode está presente ou não no estúdio, podendo ocorrer através do telefone.

1. Conversação formal ou semi-formal (interactantes: o locutor e um ouvinte)
2. Conversação formal ou semi-formal (interactantes: locutor e vários ouvintes simultaneamente);
3. Entrevista (interactantes: locutor e um convidado)
4. Entrevista (interactantes: locutor e vários convidados)
5. Debate (interactantes: locutor e dois ou mais convidados)
6. Troca de cartas (interactantes: ouvinte envia carta para rádio e/ou locutor)
7. Troca de e-mails (interactantes: ouvinte envia e-mail para rádio e/ou locutor)

A autora exemplifica o conceito de interação no rádio hertziano (rádio por ondas eletromagnéticas), em que se dá fundamentalmente pela voz. A voz do locutor interage com as vozes dos ouvintes e com as vozes das pessoas que participam da programação como entrevistados, visitantes, debatedores, etc. Outra possibilidade é a troca de mensagem que o rádio na internet tem proporcionado a esse público. Já é possível identificar uma nova modalidade de interação no webrádio.

O rádio na internet deixa de ter muitas características que poderíamos chamar de tradicionais, mas adquire outras que passam, principalmente, pelas formas de interação. No webrádio há uma inversão que coloca o público numa postura ativa, gerando uma quebra paradigmática que transforma o receptor em produtor de conteúdo (PRATA, 2009, p. 119). No caso da webrádio, o público pode, por exemplo, sugerir músicas, postar recados, direcionar partes da programação da emissora.

Numa emissora hertziana, não há a possibilidade desse tipo de interação, uma novidade que só a digitalização pode proporcionar. Esse novo rádio que se desenha na web nos permite afirmar que estamos diante, sem sombra de dúvidas, de um novo modelo de radiofonia (PRATA, 2008, p. 14). Lembrando que para autora, webrádios são emissoras de rádio com existência exclusiva na internet. Ela faz uma diferenciação entre as possíveis emissoras de rádio.

Pelo viés da tecnologia, dois modelos de radiofonia são nomeados: 1. Radiofonia analógica: emissoras que realizam transmissões analógicas através de irradiação e modulação das ondas eletromagnéticas, também chamadas de rádios hertzianas; 2. Radiofonia digital: a) emissoras de rádio hertzianas com transmissão digital e b) emissoras de rádio com existência na internet ou webrádios (PRATA, 2008, p. 02). Nota-se que o conceito de interação da autora, da qual há um diálogo entre os sujeitos, está ligado às webrádios.

A webrádio tem uma homepage na internet por meio da qual podem ser acessadas as outras páginas da emissora. Na homepage aparecem o nome da emissora, geralmente um slogan que resume o tipo de programação e vários hiperlinks para os outros sites que abrigam as diversas atividades desenvolvidas pela rádio. Várias novidades são oferecidas pelas webrádios, como chats, podcast, biografias de artistas, receitas culinárias, fóruns de discussão, letras cifradas de músicas, etc. Há também fotografias na homepage e nas outras páginas, tanto imagens publicitárias, quanto fotos de artistas e de funcionários da emissora. Há também vídeos e infografia. Um detalhe, porém, difere o site da webrádio de tantas outras páginas na internet: um botão para a escuta sonora da rádio. Ao clicar nesse ícone, o usuário poderá ouvir a transmissão radiofônica. Mas, para entender a mensagem transmitida, não é preciso o auxílio visual da página, que pode ser minimizada (PRATA, 2008, p 04).

Thompson (2009) entende que a interação pode ocorrer mesmo sem diálogo, havendo troca de mensagem ou não. Ou seja, há interação do ouvinte com o programa de rádio sem a sua interferência no debate. Primo e Träsel (2006) também compartilham da ideia de que a interação ocorre mesmo que não exista uma conversação entre os produtores e público.

Diante dessa discussão, não utilizaremos os termos participação e interação como sinônimos, pois entendemos que há semelhanças entre eles. Assim, consideramos que a participação do ouvinte no rádio ocorre através da interação e suas formas. Logo, se não ocorre interação, não há participação.

O posicionamento da emissora e a ação em torno de inserir a opinião do ouvinte se referem à participação, podendo ser ativa, passiva e controlada de acordo com Peruzzo (2004). Já a interação, envolve o tempo e espaço em que o ouvinte mantém contato com a mensagem no rádio, que segundo Thompson (2009), pode ser face a face, mediada ou quase-mediada. Além de ocorrer por conversação, troca de cartas, e-mails, entrevista e debate, como aponta Nair Prata (2009).

2.2 Radiojornalismo: convencional e participativo

No Brasil, pela década de 1930, emissoras de rádio passaram a receber o público em seus estúdios. Com o crescimento da popularidade das rádios os ouvintes passaram a não querer somente ouvir seus artistas favoritos. Eles desejavam vê-los (CALABRE, 2004, p.26). O público passou a frequentar cada vez mais os auditórios das rádios, interagir e se aproximar da realização do programa.

Assim, as emissoras de rádio começaram a arrecadar verbas com as cobranças de ingressos. O lucro dessas emissoras eram frutos dessas estratégias de aproximar o público dos programas. Percebemos nesse período que o público tinha a necessidade de alcançar tanto dos artistas quanto dos produtos radiofônicos.

Havia ali uma identificação do público com o que estava sendo planejado pela equipe de produção. Para propor que o ouvinte participe da programação é necessário verificar e conhecer a audiência. Conquistar a fidelidade do público e/ou manter

audiência é uma preocupação constante para as empresas. Os desafios são diários. Em cada programa, os objetivos são os mais diversos possíveis.

As histórias contadas pelos receptores em diferentes momentos de interação, propostos pelos meios de comunicação, aliado à forma como o campo da produção se apropria e faz uso das narrativas que recebe, se constitui um espaço capaz de desencadear uma prática significativa, em que o meio não é pensado como um canal através do qual se transmitem conteúdos, mas como espaço no qual diferentes atores desempenham diferentes papéis, produzindo o sentido em conjunto (KROTH, 2010, p. 149).

Muitos espaços que dizem ser “do povo, do público ou do ouvinte” nos programas radiofônicos, muitas vezes, são espaços mascarados e que na realidade não existem. Fazem parte de mais uma estratégia para iludir e fazer com que o público acredite que há um espaço direcionado e feito pra ele na programação de rádio.

Há uma construção de sentido na mensagem com escolhas de determinado tema, trilha sonora, efeito, entrevistados, etc. Logo, os programas midiáticos utilizam de muitas formas a participação do público. Formas essas que se adequem aos seus objetivos e que não fujam da proposta dos programas midiáticos.

O público pode participar de um determinado programa com interesses próprios como ouvir seu nome na rádio, falar com o locutor, ouvir sua opinião no ar, etc a fim de sentir-se parte de uma informação ou debate. Assim como os programas de rádio, que também tem seus interesses em abrir espaços para a participação do ouvinte.

Participar e/ou fazer participar pode ser um instrumento de autopromoção relata Demo (1985). Ou seja, a participação é centrada nos próprios interesses buscando a satisfação da própria necessidade. Podemos fazer essa relação de interesse próprio em ambos os lados, tanto por parte da emissora, quanto por parte do ouvinte.

Para Lopes (2010), convidar o ouvinte a interagir não é retirar os profissionais de suas cadeiras de trabalho e substituí-los por pessoas que podem não estar preparadas para assumir essas responsabilidades. Mas, aceitar que o diálogo radiojornalístico não é um monólogo e essa via de mão dupla, que permite o emissor a ser receptor e conhecer os ouvintes, é fundamental para a democratização do rádio.

A produção da informação se descentralizou, os limites se tornaram mais tênues e o perfil do público se alterou. O rádio não fala para um ouvinte passivo, mas para alguém que deseja participar, contribuir – mais do que o fazia até então. O ouvinte – agora também ouvinte-internauta – busca outras fontes de informação, cruza, contesta, discute, corrige, atualiza, conversa com o jornalista que está no ar. Mais que nunca, o ouvinte participa (LOPEZ, 2010, p. 115).

O ouvinte não se desloca até o estúdio para dialogar com o apresentador sobre o conteúdo explorado no programa. Até a presença de entrevistados e convidados no estúdio de rádio está cada vez mais rara. Geralmente as entrevistas acontecem por telefone devido à quantidade de compromissos e da facilidade proporcionada pelos aparelhos tecnológicos. Dessa forma, os ruídos e as falhas na ligação podem interferir na qualidade da conversa.

Certamente que todas essas mudanças vão determinar uma nova maneira de se fazer rádio, bastante diferente das atuais formas. Hoje o conteúdo que é produzido pelo rádio é feito por profissionais que até conhecem e se relacionam com os novos meios, mas poderiam ser chamados de imigrantes digitais (PRATA, 2008, p. 08). Atualmente, o jornalista que trabalha na emissora de rádio está diretamente ligado nas outras mídias, principalmente na Internet. Isso vem ocorrendo com o jornal impresso e a televisão.

Nesta troca de instâncias, o papel de produtor passa a ser assumido pelo receptor. Por meio de dois olhares, essa inversão merece ser avaliada. Vamos, inicialmente, pensar esta questão do ponto de vista do produtor. O profissional de mídia, na maioria dos casos, prepara-se e tem uma formação teórica e prática para atuar na comunicação. Aos poucos, porém, no caso da web, vê-se que, hoje em dia, qualquer pessoa pode publicar (PRATA, 2009, p. 119).

As informações são atualizadas a cada segundo na página de sites. O acesso aos dados da notícia facilitou bastante com a chegada da Internet. Isso modificou não só o modo de produção, mas a forma de inserir o público na mídia. A possibilidade do público participar ativamente na produção de conteúdo de sites jornalísticos, ou mesmo de meios de comunicação não digitais tais como rádio, jornal e televisão é a base do “jornalismo cidadão”, ou jornalismo participativo (RIBEIRO; MEDITSCH 2006, p. 04).

Ainda segundo os autores, sem dúvida é a internet e não o rádio, enquanto meio de comunicação, que realiza de forma mais completa a utopia de Brecht neste início de Século XXI. Esse sonho e teoria envolviam o rádio como um meio

democrático e interativo. Mas, propor a participação do ouvinte no debate de temas, realizar enquetes e inserir a opinião do ouvinte na mensagem não significa que a produção de notícia seja atribuída ao jornalista e ao público da mesma forma.

Algumas questões devem ser levadas em consideração ao abordar o termo jornalismo participativo. Há dez anos, o jornalismo digital trouxe uma esperança em tornar os meios de comunicação mais democráticos com a proliferação dos diários na web, pois era prometida uma interação plena do internauta que o transformaria em produtor de notícia (QUADROS, 2005). Há quem pense que o jornalismo deixou de ser convencional e está vivendo um momento aberto às opiniões, principalmente em relação ao público.

A principal característica dessa nova modalidade de produção e circulação é a superação do modelo emissor-meio-mensagem-receptor, típico do modelo convencional, uma vez que o receptor torna-se o agente produtor (FONSECA; LINDEMANN, 2007, p. 88). Elas analisam o webjornalismo participativo e destacam que são os próprios internautas que definem o que se publica e o que é destaque. Isso ocorre através da ação conjunta com os jornalistas do site.

No radiojornalismo participativo, por exemplo, o ouvinte participaria ativamente da construção da notícia. Ele exerceria o papel do jornalista com a captação, edição e decisão do que iria não ou ser noticiado. Ocorre assim, uma colaboração na produção, selecionando junto com a equipe, temas e assuntos a serem informados. Essa postura elimina com a questão do jornalista ser um mediador da mensagem. Elimina ainda o jornalismo convencional (emissor-mensagem-receptor).

Já foi considerado opinativo, mediado pelos jornalistas (convencional) e surge o participativo com destaque no webjornalismo, que “parece estar-se vivenciando um retorno ao jornalismo opinativo, uma vez que qualquer pessoa com acesso à Internet tem a possibilidade de exercer o papel de jornalista, articulista, analista dos fatos do dia” (FONSECA; LINDEMANN, 2007, p. 92).

No noticiário online fechados à intervenção, o internauta não pode transformar o conteúdo, deixar suas marcas. É um processo interativo, mas cuja as trocas encontram-se pré-determinadas no par ação-reação. No que toca no registro de opinião, o recurso de enquete oferece uma das formas mais básicas de participação do público, ainda que as perguntas e alternativas de respostas tenham sido definidas por outrem.

Por outro lado, novas formas de participação vem sendo oferecidas no webjornalismo, chegando ao limite de ampla e irrestrita redação e edição por parte de qualquer pessoa com acesso à rede. Abre-se assim, espaço para a interação mútua (PRIMO; TRASEL, 2006, p.09).

Ao inserir essa discussão no rádio, entende-se que a interação reativa ocorre quando o ouvinte interage com o programa sem modificar o que está estabelecido. Ou seja, ele apenas reage ao chamado do apresentador para participar de enquetes e/ou deixar sua opinião a respeito de um tema já selecionado. Conforme o conceito de Primo (2006), isso ocorre de outra forma na interação mútua.

Nesse contexto, o ouvinte não é somente inserido na mensagem que está organizada, mas, contribui e negocia durante o processo de construção do programa. Essa interação mútua está ligada ao jornalismo participativo, na ideia de que o público colabora com a produção da notícia. O objetivo é descentralizar a emissão, abrindo a possibilidade de mais vozes na construção da mensagem.

Entende-se que o jornalismo convencional não foi excluído, sua prática continua. Jornalistas continuam mediadores de mensagem e emitindo informação aos receptores. Como podemos perceber, através de Primo (2006), o jornalismo participativo na web não significa a colaboração direta do público com a produção de notícia. O que vai depender, nesse jornalismo, é a forma de interação que se estabelece. Classificada acima por reativa ou mútua.

A possibilidade de comunicação bilateral no rádio dependeu até o presente do desenvolvimento de tecnologias externas ao meio para se realizar. No início, a convergência se deu com o auditório e as cartas de ouvintes. Num segundo momento, foi com o telefone, o que criou um novo gênero de programas, o popular phone-in, e até um novo formato de programação, o talk radio. No radiojornalismo brasileiro, de público elitizado, a comunicação passou a privilegiar a convergência com o fax, e mais recentemente com o e-mail (RIBEIRO; MEDITSCH, 2006, p. 02)

Para que possamos compreender o uso da participação do ouvinte no rádio, é fundamental identificar o formato do programa em análise e examinar a função de cada elemento que o compõe. A seguir, apontaremos o conceito e características dos programas de rádio no formato debate e mesa-redonda.

2.3 Programa: formato debate e mesa-redonda

A história do rádio é marcada por belos áudios, radionovelas, coberturas instantâneas no jornalismo, informações nacionais e internacionais, a voz do locutor narrando o jogo de esporte, o “bom dia” dos apresentadores, entrevistas importantes, músicas marcantes e os debates e embates que se realizaram a respeito de temas palpitantes.

São diversas formas, programas e formatos que acompanhamos diariamente mesmo sem perceber. Informar, discutir e entreter são algumas das propostas que seguem os programas. Para Barbosa (2009, p. 71), programa de rádio ou produto radiofônico é o módulo básico de informação radiofônica; é a reprodução concreta das propostas do formato.

Ou seja, considera-se programa a realização dos objetivos planejados pela equipe de produção. No radiojornalismo, temos diversos formatos, entre eles o noticiário, entrevista, nota, boletim, reportagem, documentário, debate, mesa-redonda e outros. Já o formato radiofônico é o conjunto de ações integradas e reproduzíveis, enquadrado em um ou mais gêneros radiofônicos, manifestado por meio de uma intencionalidade e configurado mediante um contorno plástico, representado pelo programa de rádio ou produto radiofônico (BARBOSA, 2009, p. 71).

Compreendemos os formatos como espécies de modelos que se encaixam nas formas de como a informação serão transmitidas. Tudo isso implica nos objetivos da produção. Dependendo do sistema de regras que envolvem o programa, ou seja, de acordo com o gênero é que os formatos radiofônicos são construídos.

No rádio, os gêneros se classificam em jornalísticos, publicitários, dramáticos, educativo-cultural, musical e diversos outros. Os jornalísticos, do qual iremos analisar, são considerados como formas de expressão do jornalismo, formas das quais a informação será explorada no veículo de comunicação.

No momento da produção do texto, o gênero é um mecanismo de codificação, é uma ferramenta, um código de escritura utilizado pelo sujeito da enunciação para realizar seu trabalho. No momento da decodificação ele é o que Jauss chama de “consciência compreensiva”, criador de sentido no enunciado, que permite ao leitor identificar uma determinada intenção (relato ou comentário) (BARBOSA, 2009, p. 57).

Se um determinado programa tem a proposta apenas de informar, essa informação ou notícia pode ser emitida por modelos como boletim, radiojornal, entrevista, etc. Também é possível a identificação de vários formatos em um único programa. Da hibridização dos formatos, surgem novos formatos e outros gêneros.

A participação do ouvinte é considerada um formato de programa. Para Ferraretto (2007, p.63), é o rádio da conversa com o ouvinte que inclui, na maioria das vezes, prestação de serviços e discussão de problemas da comunidade. Usa assim, elementos dos formatos informativo e comunitário.

Podemos também encontrar essa participação nos programas de variedades, musical, de debate, entrevista, etc. São muitos e diante disso, buscaremos traçar uma reflexão da participação do ouvinte com o formato debate e/ou mesa-redonda. Pois, são neles que o programa “Debates do Povo” está inserido.

O nome “debate” nos leva a entender que um programa nesse formato envolve a discussão de um assunto por pessoas com ideias e posicionamentos diferentes. Para muitos, o debate radiofônico é a forma mais viva da polêmica, é uma discussão existente entre debatedores, um enfrentamento entre duas posturas opostas.

Os pensamentos divergem sobre esse mesmo conceito entre os pesquisadores de rádio. Barbosa (2009) trabalha o conceito de “mesa-redonda” sendo o mesmo que “debate”. Para ele, ambos são espaços de discussão coletiva em que os participantes apresentam ideias diferentes entre si.

São mediados por um apresentador que impõe as regras previamente aceitas pelos participantes, tendo em vista delimitar o tempo de fala de cada um, organizar as perguntas e a sequência das respostas. Suas apresentações devem ser “ao vivo” ou ter a aparência de “ao vivo”, mesmo que gravadas anteriormente à emissão. Os cortes, exceto aqueles referentes aos blocos comerciais ou de chamadas, artificializam a discussão e suscitam, conseqüentemente, perda de credibilidade do veículo junto ao público. O debate pressupõe a presença de defensores de ideias que possam expor valores sem a presença, no ar, de assessores, especialistas e comentaristas. O debatedor está sozinho para defender seus princípios. A mesa-redonda é composta por especialistas que, tendo ou não valores comuns, procuram esclarecer e elucidar o público sobre um ou mais temas abordados (BARBOSA, 2009, p. 103)

Incluir a participação do ouvinte aqui é estabelecer uma discussão de temas que possam esclarecer pontos importantes para o público e equilibrar o debate diante dos diversos posicionamentos. Já para Ferraretto (2007, p. 56), a opinião de convidados ou de participantes fixos constitui a base da mesa-redonda, tradicional tipo de programa radiofônico que procura aprofundar temas da atualidade, interpretando-os.

Ele não considera o mesmo conceito de “mesa-redonda” para “debate”. Aqui, a mesa-redonda pode ser de dois tipos: *painel*, na qual mesmo ocorrendo divergência na opinião dos integrantes, o objetivo é fornecer dados do assunto debatido e *debate*, que tem como principal função proporcionar opiniões diferentes e que geram conflito.

São apenas detalhes que diferenciam esses conceitos. De um lado, Ferraretto estabelece subdivisões em que os conceitos vão depender do acontecimento de conflito e da complementação de opiniões entre os debatedores. Se um ocorre sem o outro, nomes específicos são aplicados. Para o autor, o debate é um tipo de mesa-redonda.

Levaremos, então, o posicionamento de Barbosa (2009) para a pesquisa. Pois é possível que ocorra o aprofundamento dos temas e o confronto de opiniões ao mesmo tempo. Assim, teremos mesa-redonda e debate como conceitos semelhantes.

O mediador de um debate precisa saber identificar e lidar com atitudes que visam desviar a atenção. Ele pode ainda interromper de forma construtiva a discussão entre os participantes. Para isso, é necessário saber qual o rumo que deve dar ao debate, bem como controlar o tema, esclarecer os termos técnicos ou linguagens específicas dos participantes.

Para Mcleish (2001), agir de forma neutra é uma das principais características do mediador, pois o papel não é de apresentar um programa, mas mediá-lo. Assim, também não é sua função opinar e se posicionar, contra ou a favor, diante da participação do público e dos convidados.

A principal tarefa do mediador é proporcionar oportunidades iguais de expressão para todos os participantes. Isso talvez exija interrupção e encorajamento. Acima de tudo, ele precisa saber identificar e lidar com atitudes que visam desviar a atenção e também evitar as digressões. Para fazê-lo, ele precisa saber qual o rumo que deve dar ao debate e ter a pergunta adequada na ponta da língua para que a interrupção seja categórica, construtiva e cordial. (MCLEISH, 2001, p.110)

O ideal é que seja uma pessoa culta, firme, sensível, de raciocínio rápido, imparcial, educada, ser interessado em quase tudo e precisará ter senso de humor, assim esclarece Mcleish (2001). É fundamental que o assunto a ser discutido e explorado no debate deve ser de interesse público. O objetivo é fazer o ouvinte ficar a par de argumentos e contra-argumentos transmitidos por pessoas que de fato sustentam suas opiniões com convicção. O programa de debate, para Mcleish (2001), é uma contribuição para a área mais ampla dos debates públicos e pode ser visto como parte do papel positivo desempenhado pelo radialista numa sociedade democrática.

CAPÍTULO III

3. PROGRAMA DEBATES DO POVO

A proposta desse capítulo é de caracterizar o programa “Debates do Povo” e apresentar a análise de pesquisa. Ou seja, dados que envolvem a participação do ouvinte, as ferramentas e formas de interação, o papel do mediador e debatedores e questões relacionadas ao tema do debate. Ainda nesse terceiro capítulo relatamos de que forma ocorreu o processo metodológico.

3.1 Definição do Objeto

Como objeto de pesquisa, optamos por analisar o programa *Debates do Povo*. Ele surgiu em 25 de março de 1982 na rádio AM O POVO 1010. Nos anos oitenta, “A companheira” foi o primeiro slogan da rádio. Desde 2005, quando se aliou a CBN (Central Brasileira de Notícias) a emissora mudou sua logomarca para *O Povo/CBN* com o slogan “a rádio que toca notícia”.

A emissora pertence ao “Grupo de Comunicação O Povo” situado na cidade de Fortaleza no Ceará. Além das emissoras de rádio (O Povo e Calypso), o grupo mantém o portal (<http://www.opovo.com.br/>), o jornal impresso (O Povo) e a emissora de televisão (TV O Povo). Dentro do portal, há um link que leva o usuário acessar a página da rádio.

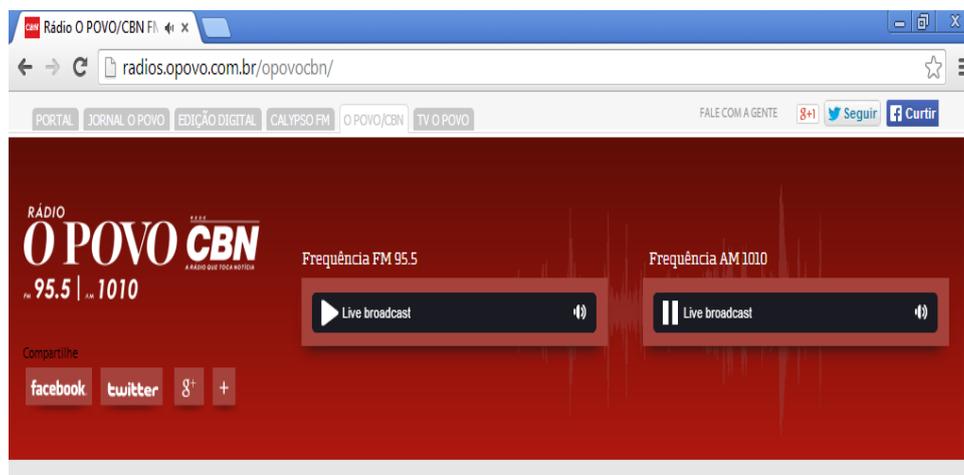


Figura 02 – Imagem do site da Rádio O Povo CBN

No caso da Rádio O Povo CBN, por exemplo, a página traz duas frequências (FM 95.5 e AM 1010), ambas podem ser acessadas. A diferença entre elas é a qualidade do áudio, perceptível apenas em alguns momentos. Podemos ver na imagem que as ferramentas como o *Facebook* e *Twitter* estão colocadas para serem compartilhadas. O e-mail é utilizado da mesma forma, para divulgação.

O “fale com a gente”, localizado na parte superior da imagem, leva o usuário a uma página específica do portal que pede o nome, e-mail e telefone. Deve-se escolher a editoria (conjuntura, cotidiano, cultura e entretenimento, negócios e opinião) da qual faz relação com a mensagem que irá escrever. Isso não faz referência à emissora de rádio, mas ao portal.

Portanto, entende-se que através do site <http://radios.opovo.com.br/opovocbn/> é possível ouvir a programação apenas ao vivo através das duas frequências. Não há programas, comentários, entrevistas e reportagens gravadas para acesso. A página também não possibilita a participação do público na programação da rádio. Os contatos estão apresentados conforme a imagem abaixo.



Figura 03 – Imagem dos contatos no site da rádio O Povo CBN

Diferente da Rádio O Povo CBN, que desde o início teve uma abordagem direcionada ao jornalismo, principalmente com a informação cearense através de radiojornal, debates, entrevista e boletim, a Calypso FM 106.7 tem como característica uma programação voltada para o público adulto. Ela vem trabalhando com a diversidade de assunto, músicas brasileiras e contemporâneas. A informação é um fator secundário em relação à música.

O Povo/CBN é a única emissora no segmento, em Fortaleza, que oferece conteúdo 100% notícias. A Rede CBN é ancorada por nomes de peso do jornalismo nacional, como: Arnaldo Jabor, Mírian Leitão,

Mauro Halfeld, Max Gehringer, dentre outros. Em Fortaleza, é ancorado por Ruy Lima, Alan Neto, Sérgio Ponte e Alexandra Souza. (SÁ, 2013, p. 26)

Na programação local, de segunda a sexta-feira: de 9h às 10h20 *Grande Jornal* (Ruy Lima), de 10h20 às 11h *Toque Esportivo* (Sérgio Ponte), de 11h às 12h *Debates do Povo* (Ruy Lima), 14h às 15h *O Povo Economia* (Neila Fontenele), 15h às 17h *Revista O Povo CBN* (Alexandra Souza), 20h às 21h *É Gol* (Ciro Câmara). No sábado, tem de 9h às 11h o *Sala de Conversa* (Celso Tomaz) e *Saúde do Povo* (Evaristo Nogueira) de 11h às 12h. Todos os anos, durante o horário de verão, essa grade segue a programação da CBN nacional.

Entre esses programas, o *Debates do Povo* é o que está na grade há mais tempo, desde o surgimento da emissora em 1982. “Programa de maior audiência do rádio cearense, ‘Debates do Povo’, ocorreu na década de oitenta ‘tempo das ‘Diretas Já’. Esse programa, sem dúvida, marcou época na história do rádio cearense ”(SÁ, 2013, p. 31). Criado para possibilitar a multiplicidade de opiniões sobre os fatos que aconteciam no Estado do Ceará. Ainda nos anos de 1980, ele passou de quadro e se tornou um programa.

Entre suas principais características, está a abordagem de questões atuais, essencialmente da realidade cearense. Os temas abordados surgem de informações de assessorias de imprensa, revistas nacionais, portais, artigos científicos, do jornal *O Povo* e demais jornais da cidade de Fortaleza-CE. Matérias nacionais são apresentadas e discutidas na realidade local, com o foco na capital cearense.

Para Alan Dantas, produtor do programa, a ideia de discutir e aprofundar os temas faz parte dos objetivos do “Debates do Povo”. Também produtor do *Grande Jornal*, ele disse que a diferença entre os dois programas está presente não só no formato, mas também no aprofundamento do assunto. Para Dantas (2013), há a possibilidade de abordar um assunto que está sendo discutido temporariamente e que não necessariamente vai ter reflexo no outro dia ou no mesmo dia do *Debates do Povo*.

Diferente no jornal, no qual as pautas devem ser “quentes”, ou seja, são as que precisam ser discutidas imediatamente ou no mesmo dia por conta da sua importância no momento. “Quando vai convidar um entrevistado, a gente fala: temos o Debates do

Povo onde a gente aprofunda os temas. Já em uma entrevista do Grande Jornal, você tem três minutos, quatro minutos pra falar de um tema” (DANTAS, 2013).

A equipe de produção percebeu que o debate estava superficial, uma hora de programa não dava conta pra esclarecer os três temas. Há seis meses decidiram debater apenas um tema por dia. O Programa é o que Barbosa (2009) define como mesa-redonda ou debate. Nesse formato, especialistas são convidados para esclarecer os temas abordados. Ocorre uma discussão coletiva, seja com opiniões diversas ou não.

O núcleo de debatedores, nos anos oitenta, começou com a jornalista Adísia Sá, Carlos d’ Alge, Pedro Henrique Antero, Francisco Auto Filho, Egídio Serpa e Ruy Lima. O sucesso do programa era atribuído aos embates de opinião entre a Adísia Sá e o advogado e também jornalista Temístocles de Castro e Silva.

A discussão entre os debatedores era fervorosa. É raro, mas essas lembranças ainda são citadas por debatedores que viveram ou acompanharam a primeira década do programa. Tentamos contato com a jornalista Adísia Sá, mas não foi possível entrevistá-la. Sua agenda sempre está cheia de compromissos. Ela recentemente lançou o livro *AM DO POVO: Trajetória de uma rádio pioneira 1982-2012*.

A gente tem a visão de um debate como sendo um espaço direcionado para “pegar fogo”, antes (anos 80) o programa tinha um espaço sociopolítico muito diferente de hoje, ali tinha algo muito legítimo para a época. Hoje a gente ver que antes era muito clichê, por que existia apenas o contra e o a favor. A política era diferente, o espaço de democracia e a circulação da informação eram diferentes, antes era sempre alguém que era a favor e outro era contra o assunto. Hoje, não temos só o preto e o branco, temos os vários tons de cinza (CARVALHO, 2012)

Para que o programa aconteça diariamente, a equipe de produção do *Debates do Povo* conta com o trabalho dos seguintes profissionais: diretora executiva (Maryllenne Freitas), produtor (Alan Dantas), apresentador e mediador (Ruy Lima), técnico ou assistente de áudio (Kiko Gomes), assistente de estúdio (Daniele Chaves), colaboração dos debatedores e demais funcionários do grupo de comunicação.

A diretora executiva e o produtor são responsáveis pela escolha de temas, debatedores e convidados para o programa, são eles que marcam as entrevistas sendo que o produtor elabora o roteiro para guiar o apresentador durante o programa. O

técnico de áudio é o responsável pela sonoplastia do programa. Microfones, vinheta, spot, intervalo e todos os áudios estão em seu controle.

3.2 Processo Metodológico

Para a realizar a pesquisa tivemos como estudo de caso o programa “Debates do Povo”. Segundo Yukiko (2010), estudar um caso é uma das estratégias utilizada quando necessita de responder questões do tipo “como” e “por que” de determinados fenômenos. Os objetivos aqui envolvem analisar a participação do ouvinte e o uso que se faz dela no programa. O resgate de conceitos bibliográficos e leituras que abordavam a comunicação na mídia radiofônica fizeram parte do início do processo.

No primeiro momento identificamos a pesquisa como qualitativa, em que “a identificação do problema e sua delimitação pressupõem uma imersão do pesquisador na vida e no contexto, no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema” (CHIZZOTTI, 1998, p. 81). Mas, no decorrer da investigação realizamos análises que se referem a dados exatos, a quantidade de fenômenos.

Sentimos a necessidade de verificar a relação da participação do ouvinte com o tema do programa. Para contabilizá-las, construímos uma tabela em que representa não só a porcentagem de participação do ouvinte que tem relação com o tema, mas as que são perguntas e opiniões. Isso fez com que a pesquisa fosse apontada como qualitativa e quantitativa ao mesmo tempo.

Em relação ao objeto de estudo, não são situações artificiais criadas em laboratórios, mas sim práticas e interações dos sujeitos na vida cotidiana. Como diz Uwe Flick (2009), os objetos não são reduzidos a simples variáveis, mas sim representados em sua totalidade, dentro de seus contextos cotidianos.

Como técnica, houve a transcrição do áudio dos seguintes programas: 08, 09, 10, 11 e 12 de abril de 2013. Através dela, identificamos a relação da participação do ouvinte com o tema do *Debates do Povo*, a forma com que o ouvinte é apresentado no programa, se a participação é uma pergunta ou uma opinião, e se essa participação obteve resposta ou comentário dos convidados e debatedor. Esses foram os dados captados pelo material.

A análise de conteúdo foi o método utilizado para identificar as informações que envolvem a pesquisa. Em cada programa, separamos a participação do ouvinte e verificamos quais se tratavam de pergunta e quais eram opiniões. Categorizamos o material e quantificamos as porcentagens. A categorização consiste no trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em número reduzido de categorias, com o objetivo de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade (JUNIOR apud DUARTE, 2010).

Além da análise de conteúdo, utilizamos também a análise de contingência ou associativa. Para Júnior (2010), essa técnica visa como temas, palavras ou personagens estão organizados entre si, ou seja: o que está associado a quê? Assim, fizemos associação e analisamos o posicionamento do mediador em relação à participação do ouvinte.

Esclarecemos que a análise de conversação não foi utilizada, pois o objetivo não era analisar o diálogo entre os sujeitos e a interação verbal e não verbal presente. Mas, expor o posicionamento do locutor enquanto mediador de um debate e responsável por inserir a participação do ouvinte no programa.

A caracterização do objeto de estudo se deu através da literatura e principalmente da entrevista realizada com o produtor do programa Alan Dantas (2013) e o jornalista e ex-mediador do “Debates do Povo”, Eivaldo Carvalho (2012). A identificação do formato, função dos sujeitos na produção, formas, ferramentas e critérios de participação do ouvinte foram informações necessárias para o trabalho. Essas informações foram captadas através da entrevista.

Tínhamos a proposta de realizar um estudo de campo, mas encontramos impedimentos. A emissora está passando por momentos difíceis no setor financeiro. Até mesmo uma pesquisa de dissertação parece ameaça para alguns da equipe de produção. Entrevista e fotos não foram permitidas. Nos bastidores, o comentário entre os funcionários é que o momento é crítico.

Tudo isso vem ocorrendo desde a chegada da emissora de rádio *Tribuna Band News FM*. Ela faz parte do Sistema Jangadeiro de Comunicação afiliada a BandNews FM. Foi oficialmente inaugurada em 11 de março de 2013 e desde então, foi uma das

principais causas que gerou problema financeiro na rádio O Povo CBN. Pelos corredores, falam-se ainda da saída de muitos funcionários da emissora.

Com tudo isso, conseguimos observar dois programas no estúdio da emissora e fazer uma entrevista. Para Marconi e Lakatos (2011, p. 76), a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. Portanto, devemos estar preparados para a observação e com os devidos direcionamentos em pauta. Através dela foi possível compreender como a participação chega até ao mediador do programa.

Logo, a escolha dessa técnica foi trabalhada de forma estruturada e planejada. Ela também carrega o nome de observação sistemática, pois o “observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 78). O autor ainda esclarece que as normas desta observação não devem ser rígidas demais, pois o campo em análise pode trazer situações bem diferentes do que o pesquisador espera.

3.3 A participação do ouvinte

3.3.1 Formas e ferramentas de interação

Debates do Povo, como já falamos, tem o objetivo de debater assuntos em evidências para a sociedade. O nome do programa surgiu da junção do formato “Debate” com a palavra “Povo”, do qual se refere o Grupo de Comunicação O Povo. Assim, podemos entender que se trata de um debate que pertence a uma determinada empresa. Mas, também podemos entender que o nome do programa faz referência a um debate realizado pelo e para o povo e/ou sociedade. Esse pensamento se fortalece cada vez mais com as estratégias utilizadas pela produção.

Marchamalo e Ortiz (2005) afirmam que a audiência de rádio é definida por elementos como a linguagem coloquial, o estilo e a proposta do programa, o dia e o horário em que é transmitido. Esses elementos são construídos para captar

determinado público e perfil, vai depender dos objetivos estabelecidos pela produção. Até a escolha do mediador para comandar um programa no formato debate é avaliado se encaixa ou não para atingir os objetivos desejados.

Para Erivaldo Carvalho (2012)³, a participação dos ouvintes é apenas um parâmetro da repercussão do assunto. Ela não quer dizer que o tema está sendo bem acolhido ou não. O grupo que telefona para a rádio, muitas vezes, liga para comentar qualquer tema e não somente o que o interessou. Tem sete ou oito ouvintes que ligam todos os dias para o programa.

O ouvinte tem o papel interessante de instigar mais o que já foi dito na mesa. Tivemos uma experiência de que os debatedores eram a favor sobre o paredão de som e o convidado Guilherme Sampaio também estava a favor. Os comentários dos ouvintes eram contra, não tinha como deixar de ler os comentários dos internautas, eu como mediador precisava estabelecer o equilíbrio. Se for para provocar, eu falo na hora! É impressionante como as pessoas desenvolvem uma relação com os participantes do programa, a Maria Luiza, o Mourão, Inês Aparecida e Erolde recebem bastante ligação (CARVALHO, 2012).

Atualmente, os ouvintes têm apenas o telefone como meio para participar. Entre as formas apontadas por Prata (2009), ocorre apenas o debate e a entrevista no programa. Ou seja, a troca de mensagem entre locutor e os convidados. Não há conversação, troca de cartas e e-mail entre o locutor e os ouvintes.

Através de Thompsom (2009), verificamos que a interação que ocorre no programa é classificada de mediada e quase-mediada. Mediada, porque há interferência do telefone. Os ouvintes ligam e deixam o comentário com a assistente de estúdio. Também podemos considerar como uma interação quase-mediada, pois não há resposta imediata para o ouvinte e nem diálogo sobre o assunto debatido no programa.

Identificamos uma interação reativa, exposta por Primo (2006), em que os receptores reagem conforme o comando dos produtores em sua participação. Os ouvintes, através de sua participação, não colaboram com a construção do programa. Essa participação é utilizada conforme as decisões dos produtores da emissora.

As tentativas por e-mail e twitter não foram positivas no *Debates do Povo*, pois os ouvintes não participavam através dessas ferramentas. Elas foram inseridas pela

³ Erivaldo Carvalho, jornalista e ombudsman do Jornal O Povo. Ele foi mediador do programa Debates do Povo no ano de 2010 a 2012.

produção no ano de 2010 e nos primeiros meses, a participação do ouvinte não obteve resultado positivo. Alan Dantas afirma que o telefone proporciona ao ouvinte falar o que ele está sentindo.

Acho que acrescentaria demais o uso das redes sociais, mas sem descartar o telefone. Nós temos a assistente de estúdio pra fazer esse link. O telefone proporciona ao ouvinte falar o que ele está sentindo. A fala é diferente da escrita. Quando você vai escrever, você pensa, apaga, reescreve. A fala não, o que você falou é o que você está sentindo no momento. Eu vejo muita diferença nessas formas. A gente pega ouvinte que fala e diz: fala depressa para o Rui, fala depressa. O ouvinte quer conversar, eles querem ser ouvidos. A gente recebe ligações dizendo que não era aquilo que ele queria dizer. Recebemos pouquíssimos e-mails, é muito raro. Há uma grande diferença entre o telefone e o e-mail. Não é possível pelo regimento interno da Rádio permitir essa conversa com o ouvinte no ar. Principalmente as donas de casa, os senhores que já escutam o programa há muito tempo e que tem essa afinidade com o programa. Por exemplo, se um dia a gente acabar a participação por telefone a gente vai perde muita coisa, principalmente audiência. Não rola, precisamos manter um pouco da tradição também. Pode ser que daqui a dez anos a gente possa manter um contato através do virtual somente. (DANTAS, 2013)

Nota-se uma transformação ao analisar a história do programa, são trinta e dois anos de existência tentando se adaptar e manter-se no ar. Ao longo desse tempo tiveram mudança de debatedores, diversidade nos temas discutidos e a questão do surgimento de novas ferramentas para o público realizar a participação no rádio. Com a rejeição do público pelo Facebook, Twitter e e-mail, o uso do telefone deve ser analisado.

A participação do ouvinte através do telefone ocorre de forma controlada e limitada no *Debates do Povo*. Identificamos assim conforme a classificação feita por Peruzzo (2004), pois há uma triagem. A participação se concretiza sob o controle e avaliação da produção. Há critérios estabelecidos pela rádio. “O comentário tem que ter a mínima relação com o assunto discutido. Às vezes o comentário nem tem uma ligação direta, mas o mediador tenta encaixar”, informa Alan Dantas (2013).

Para Erivaldo Carvalho (2012), ex-mediador do *Debates do Povo*, tem gente que quer ouvir o seu nome no rádio, tem gente que não sabe se expressar. Existe um filtro na participação do telefone, pois os ouvintes contam uma história e tem que resumir. Outras vezes os ouvintes comentam assuntos alheios ao que está sendo tratado.

“Muitas vezes eu leio esses assuntos alheios no fim do programa apenas como registro da participação daquele ouvinte, caso contrário eles ficam chateados”, diz ele.

A assistente de estúdio é responsável por atender os telefones, filtrar os comentários e transferir as questões do público para o mediador. Até o ano de 2012, a fala do ouvinte era escrita em um pedaço de papel e entregue ao mediador do debate. Kiko Gomes (assistente de áudio) e Danielle Chaves (assistente de estúdio), juntos tiveram a ideia de não utilizar papéis como suporte para o comentário do ouvinte. As dificuldades eram em torno da identificação da escrita (da letra) de Danielle.

Na mesa da assistente, quatro telefones tocam durante o programa. Atender os ouvintes, captar a fala e interpretar o comentário do ouvinte são tarefas que exigem rapidez. Tudo isso contribuía para a assistente fazer rabiscos, dificultando a compreensão do mediador. Ruy Lima, muitas vezes, não entendia o que estava escrito. Com isso, já ocorreu do comentário do ouvinte ser descartado ao vivo.

“A questão da interpretação, ocorre muito ruído por conta dessas questões. Os telefones tocando o tempo todo, o programa no ar ao vivo, as coisas acontecendo e ainda tem que escrever e passar para o apresentador. Assim fica difícil interpretar o que o ouvinte realmente quer dizer” diz Alan Dantas (2013).

Atualmente, Danielle Chaves escreve no banco de dados e atualiza a página na rede a qual todos os funcionários têm acesso. A ideia não foi aprovada pela editora da rádio, Maryllene Freitas, mas continua sendo realizada dessa forma.

O legal é que não deixa de ter a participação da pessoa. No computador só tem aquele formato de escrita, não corre o risco do apresentador não entender o que o assistente de estúdio escreveu. A interpretação da assistente sobre os comentários continua sendo um ponto delicado. Mas, a transmissão desses comentários para o apresentador melhorou. A questão da agilidade, né? O rádio é isso (DANTAS, 2013).

3.3.2 O papel do mediador e debatedores

Na abertura do programa, “convidados especiais discutem fatos em evidências para a sociedade”. O seu formato possibilita debater assuntos através das opiniões de profissionais. A cada dia, dois convidados e um debatedor realizam o debate junto com o mediador Ruy Lima no estúdio da emissora.

São chamados pela produção como “convidados” aqueles que têm algum tipo de relação com o tema, seja através da profissão ou alguma experiência que possa contribuir para a discussão. Eles são entrevistados, sua função é de explicar e ter um posicionamento claro a respeito do assunto.

Diferente deles, há “os debatedores” que são chamados ao programa para debater o tema assim como os convidados. Mas, sua função é de questionar os convidados sobre a temática junto com o mediador, de provocar o debate. Aqui, o debatedor não tem necessidade de apontar sua opinião contra ou a favor sobre o assunto. Há uma grade de debatedores fixos no programa.

Eles são selecionados conforme a escolha do tema a ser discutido. São especialistas como Mourão Cavalcante (Psiquiatra), Djalma Pinto (Advogado), Erotilde Honório (Jornalista), Lineu Jucá (Médico), Maria Luiza Fontenelle (Socióloga), Inês Aparecida (Jornalista), Marcos Colares (sociólogo), entre outros.

Essa forma de diferenciar o debatedor e o convidado não significa que na prática ou no decorrer do programa possamos sempre identificar qual é a função de cada um deles. Assim, podemos considerar que convidados também são debatedores. No início do *Debates do Povo*, Ruy Lima apresenta o tema e diz quem são os convidados e o debatedor do dia.

Logo após, ele usa de frases curtas e palavras simples para chamar o ouvinte a enviar seus comentários para o debate: ⁴“você ouvinte, você em casa participe do programa pelo telefone 3066.4030. Telefone, participe!”. Ruy Lima, usa da linguagem radiofônica para convidar o público a participar da conversa que ocorre entre ele, os convidados e o debatedor.

Vale lembrar que, para a equipe de produção do programa, debatedor é aquele que tem a função de debater e acrescentar a discussão do tema sem que haja posicionamentos contra ou a favor. Já os convidados não são considerados debatedores, pois são pessoas que vão falar, esclarecer e discutir determinado assunto com a possibilidade de demonstrar sua opinião seja ela qual for.

⁴ Transcrição do programa Debates do Povo

A gente tem no Debates um formato de dois convidados e um debatedor diferente todos os dias. Esses debatedores se revezam durante a semana pra provocar o debate. Então assim, a gente tem do sociólogo ao juiz, passando pelo advogado, médico e professor universitário. Assim a gente consegue dar uma heterogeneidade as discussões que são pautadas. Quando tratamos de uma especialidade médica a gente tem o Dr. Mourão que é um psicólogo. Temas voltados para a OAB, a gente chama o Dr. Djalma Pinto que é advogado e aposentado para contribuir com sua experiência. Vai variar de acordo com a pauta. (DANTAS, 2013)

Identificamos como estratégia o posicionamento do locutor ao chamar o ouvinte para participar da discussão do tema. Richard (2008) diz que o comunicador de rádio age como um amigo do ouvinte como a finalidade de se aproximar cada vez mais do público e manter sua audiência. “O âncora, ele se torna um amigo íntimo do ouvinte. O âncora é a pessoa que ele confia, um porta voz dele” diz o produtor Alan Dantas (2013) quando fala da postura de Ruy Lima.

Ele ainda afirma que o âncora, no qual ele se refere ao mediador, tem um papel fundamental de colocar a dúvida dos ouvintes na mesa. Mais à frente vamos compreender que essa participação ocorre baseada em alguns critérios. Estes, mencionados por Alan Dantas durante a entrevista. E assim, com essas estratégias, o ouvinte vai se identificando com a forma em que Ruy Lima o convida para ligar e colocar sua opinião a respeito do assunto.

O mediador vai além de mediar. Isso quebra o pensamento de Mcleish (2001) quando diz que agir de forma neutra é uma das principais características de um mediador de debate. Assim, como também não é sua função a de opinar. O jornalista Ruy Lima ⁵se posiciona de forma contra ou a favor na discussão do tema, além de criar situações para “esquentar” e polemizar a discussão entre os debatedores e ouvinte. Ele ainda aproveita a opinião do ouvinte para criar suas questões e colocá-las aos debatedores. Vamos ver os seguintes exemplos:

- 1) Aqui, podemos notar que através do comentário da ouvinte, o mediador faz uma pergunta para o convidado.

⁵ Material captado da transcrição do programa Debates do Povo em 08 de abril de 2013.

RUY LIMA - Nossa ouvinte Estela Mares está no Meireles, *diz que está muito claro que o professor Rebouças é homofóbico*. Professor, o senhor é contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou o senhor é contra os homossexuais também? (DEBATES DO POVO, 08/04/2013)

RUY LIMA – A Estela Mares do Meireles *dá parabéns a deputada Raquel por apoiar um curso de feminismo e fundamentalismo religioso que ocorre a cada dois meses na Assembléia Legislativa*. Você tem um curso de fundamentalismo religioso dentro da Assembléia? Como assim? (DEBATES DO POVO, 09/04/2013).

RUY LIMA – a Renata lá da Granja Lisboa, ela diz que o *e-mail dela foi hackeado e que ela foi a polícia fazer uma queixa na polícia, e na polícia, ela chegou a identificar o IP da máquina que hackeou o e-mail dela*. E ela pergunta, a partir daí ela pode fazer o quê? Ela pode entrar com um processo contra o dono do computador, o dono desse IP? (DEBATES DO POVO, 10/04/2013).

2) O posicionamento do convidado Rebouças é claro a respeito do tema “União civil entre pessoas do mesmo sexo”. Ele é contra, logo, o mediador se aproveita para polemizar a discussão através de questionamentos.

RUY LIMA - O Artêmio lá do bairro Ellery, ele diz que *ele é casado, tem a mulher e tem uma filha de cinco anos de idade e diz que outro dia não conseguiu ficar numa praça, as sete horas da noite, porque tinha homens se beijando no meio da praça*. Te incomoda, esse fato de você encontrar dois homens se beijando Rebouças? (DEBATES DO POVO, 08/04/2013).

RUY LIMA – Pois é Emerson, mas o que você tá dizendo, você acha que uma pessoa como o professor Rebouças, que é contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, esse tipo de posição de alguma forma incita a violência contra as pessoas do mesmo sexo, que se casem e que estão juntas? (DEBATES DO POVO, 08/04/2013).

RUY LIMA – Eu queria saber do nosso debatedor Djalma Pinto, que até agora se manifestou do ponto de vista teórico e jurídico, você tá em cima do muro Djalma, você é a favor ou é contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo? (DEBATES DO POVO, 08/04/2013).

3) Nesses exemplos, o mediador não leva a questão do ouvinte para os convidados e debatedores, e ele mesmo se manifesta sobre o comentário e responde algumas questões apontadas pelo ouvinte antes até do posicionamento dos convidados.

RUY LIMA – O Rogério Brandão, não sei de que bairro que ele é, ele diz que *ontem o Fantástico passou meia hora falando sobre a decisão de uma cantora*. Ele está se referindo a Daniela Mercury, que resolveu se casar com outra mulher. E é assim, *ele diz que a culpa é da mídia*. O

que tem uma coisa com a outra, Rogério? Eu não vejo essa relação de causa e efeito, né (DEBATES DO POVO, 08/04/2013).

RUY LIMA - O Marcos lá do Cocó, ele diz que, ele pergunta *o que vai impedir na prática que o candidato que seja empresário e que tenha muito dinheiro, use o próprio dinheiro na sua campanha?* Mas, isso tá previsto na no projeto de emenda constitucional, que proíbe, que você estabelece a criação de um fundo partidário, não é isso? Me corrijam se eu tiver errado. E proíbe que as pessoas usem o próprio dinheiro para financiar a campanha (DEBATES DO POVO, 09/04/2013).

RUY LIMA – É. O Cícero lá de Pacatuba, ele diz *que não é favorável as eleições de quatro em quatro anos porque, segundo ele, os benefícios para a população só aparecem na época de campanha eleitoral e isso as pessoas teriam que esperar mais tempo.* Mas, isso é um tremendo desvirtuamento da política, né Raquel? Política não é isso (DEBATES DO POVO, 09/04/2013).

4) Ruy Lima, se mostra atento ao debate. Quando os debatedores fogem do assunto, ele se posiciona e procura retornar ao foco da discussão. Uirá Porã ao falar sobre “marco civil”, a debatedora Inês Aparecida pede para que um dos convidados explique de forma clara e simples o assunto para os ouvintes⁶.

UIRÁ PORÃ – É André, é legal também, eu estava lembrando aqui que na *Campus Party* em dois mil e dez em São Paulo tava em pauta lá a discussão sobre a lei do, a nova lei do direito autoral. O Ministério da Cultura tava propondo que, do que tava tramitando meio perto do marco civil. E que na época um dos grandes legisladores sobre Internet do mundo lá do Lauro Lessing, é ele elogiou, disse que o Brasil aprovando o marco civil e a lei autoral que estava sendo proposta teria uma das legislações mais avançadas em termos de Internet do mundo. E aí é engraçado que tem que avaliar se essa, esse comentário do *New York Times* é, ele avalia o marco civil ou não. Porque sem o marco civil é uma coisa, com o marco civil aprovado é outra coisa completamente, na minha opinião.

INÊS APARECIDA – Eu acho que o nosso ouvinte vai querer saber o que é o marco civil, né.

RUY LIMA – É, vamos explicar pro nosso ouvinte.

INÊS APARECIDA – Que aí a gente pensa que é uma pessoa chamada Marco que é civil. Não é André, companheiro.

ANDRÉ PEIXTO – É, vou tentar ser bem didático.

⁶ Material captado da transcrição do programa Debates do Povo em 10 de abril de 2013.

INÊS APARECIDA – É, didático e breve.

5) Percebemos através do material analisado, que Ruy Lima não entende o comentário do ouvinte e passa adiante com o programa. Antes disso, o mediador fala aos convidados que são muitas as participações do ouvinte e que o melhor é ficar atento a elas, de preferência, anotando as opiniões e perguntas.

RUY LIMA - O Régis Lima do Jardim Iracema pergunta *o que está sendo feito a curto prazo em relação as ruas sem saída, que prejudicam a vida de muita gente?* O Jackson, vocês vão anotando aí porque eu tenho um monte de participação dos ouvintes. O Jackson Guedes da Pacatuba pergunta *se existe algum estímulo para a redução de IPI para o consumo, que estimula também o consumo também para uma cidade que não comporta.* Bom, não entendi direito a pergunta dele. Mas enfim (DEBATES DO POVO, 11/04/2013).

6) Nesse caso, Ruy Lima explica a colocação do ouvinte e apresenta aos debatedores no programa.

RUY LIMA – O nosso ouvinte Régis Lima lá do Jardim Iracema, ele pergunta o seguinte Emerson, ele diz o seguinte: *o que significa família pra você? Ele pergunta se você tem primos, tios, se tem irmãos.* Na verdade, o que ele ta colocando é uma argumentação das pessoas que são contra o casamento homo afetivo, que é essa questão da raça humana (DEBATES DO POVO, 08/04/2013).

No dia 12 de abril, o mediador insere doze participações do ouvinte, sem intervalo de tempo, no início do terceiro bloco. E pelo acúmulo de comentário, fica difícil para os convidados responder ou comentar a todos. Identificamos que Ruy Lima, depois de mencionar essas participações, faz uma pergunta a um dos convidados e deixa as questões do público de lado. Entende-se que a pergunta e a opinião dos ouvintes não precisam ser discutidas, apenas mencionadas no debate.

3.3.3 Aproximação com o tema: pergunta e opinião do ouvinte

Essa análise foi realizada em cinco programas que vão ao ar de segunda a sexta-feira, especificamente nos dias 08, 09, 10, 11 e 12 de abril de 2013. Lembramos que as participações analisadas se referem somente as que foram ao ar no programa *Debates do Povo*, ou seja, as selecionadas pela assistente de estúdio e pelo mediador nessas datas.

A partir da transcrição dos áudios, selecionamos a participação do ouvinte e verificamos se há relação ou não entre ela e o tema debatido. Também foi possível identificar se a participação era uma pergunta ou uma opinião, e quais dessas obtiveram respostas ou algum tipo de comentário dos convidados e debatedor.

Datas/Programas	08/abril	09/abril	10/abril	11/abril	12/abril
Participação	18	13	09	14	14
Ouvinte – Mulher	03	01	02	04	04
Ouvinte – Homem	15	12	07	10	10
Tinha relação com o tema	100%	100%	100%	92%	100%
Opinião do ouvinte	77%	92%	55%	76%	71%
Pergunta do ouvinte	23%	08%	45%	24%	29%

Tabela 1 – Dados da participação do ouvinte no programa *Debates do Povo* de autoria própria.

DIA 08 (segunda-feira)

O tema do programa “União civil entre pessoas do mesmo sexo (caso Daniela Mercury)” teve como convidado o jornalista e repórter do Jornal O Povo, Emerson Maranhão e o advogado e professor universitário Carlos Rebouças. O advogado Djalma Pinto foi o debatedor neste dia. Verificamos que a escolha dos convidados para discutir o tema foi de forma estratégica para gerar conflito. As opiniões e causas defendidas por eles já são conhecidas pela equipe de produção e por comunicadores do meio.

Ambos têm posicionamentos diferentes em relação ao tema. Emerson Maranhão é a favor da união civil entre pessoas do mesmo sexo e o advogado Carlos

Rebouças, é contra. Percebemos ainda, que nessa data, exceto o ouvinte Rogério Brandão, todas as participações tinham o nome do ouvinte e o bairro de onde estavam falando: José Humberto (Conj. Ceará), Francisco (Conj. Esperança), Régis Lima (Jardim Iracema), Júnior (Henrique Jorge), Rogério Brandão (Mondubim), Estela Mares (Meireles), Professor Jorge (Meireles), Ronaldo (Aldeota), Ivo Gonçalves (Itaperi), Marcela (São Gerardo), Nilton (Barra do Ceará), Roberto (Cascavel), Inês (Prainha), Artêmio (Ellery), Frederico (Meireles), Damasceno (Parque Santa Maria) e Ademir Bandeira (Parquelândia).

A assistente de estúdio questiona o ouvinte sobre esses dados antes mesmo de captar seu comentário e repassá-los ao Ruy Lima. Percebemos, através da análise do material de transcrição, que foram 18 participações dos ouvintes. Todas tinham relação com o tema. Entre elas, 77% são opiniões dos ouvintes, enquanto que 23% se referem às perguntas. Nota-se que o público se preocupou mais em opinar do que fazer pergunta aos convidados e ao debatedor.

Foram quatorze opiniões e entre elas, oito foram correspondidas pelos convidados do programa. Na tabela, separamos a participação do ouvinte para demonstrar quais obtiveram resposta dos debatedores e quais foram apenas mencionadas durante o programa.

Houve resposta e/ou discussão em torno da participação do ouvinte	Não houve resposta e/ou discussão em torno da participação do ouvinte
<p><i>Se o casamento gay é tão saudável, por que a bíblia condena essa prática?</i></p> <p><i>Em Romanos 24 há a condenação do homossexualismo pela bíblia. Ele diz que em Levítico 12 também. Essa é a bíblia de todos.</i></p> <p><i>Independente de religião, o casamento gay é um absurdo. O que significa família pra você? Ele pergunta se você tem primos, tios e irmão.</i></p> <p><i>Qual é a sua bíblia Emerson? A bíblia é de todos e condena o homossexualismo.</i></p> <p><i>A humanidade está entrando em um funil, a saída é estreita e a culpa é da mídia.</i></p> <p><i>Está muito claro que o professor Rebouças é homofóbico. Disse que está impressionada</i></p>	<p><i>Diz que o casamento gay não traz nenhum prejuízo para a sociedade, e por isso ele é a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo.</i></p> <p><i>Os seres humanos que tem orientação homoafetiva tem que ser respeitados da mesma forma que os heteros.</i></p> <p><i>Devido a pressão da sociedade muita gente que concorda com o casamento entre pessoas do mesmo sexo não dizem isso publicamente, não dão a sua verdadeira opinião.</i></p> <p><i>Diz que é contra o casamento gay porque a maioria dos gays se julgam donos da verdade, inclusive o Emerson que se acha o dono da verdade.</i></p> <p><i>O que falta é respeito mútuo dos direitos de</i></p>

<p><i>com as declarações do advogado Rebouças, que é o mesmo que reconhecer que o Índio tem alma e negro é gente. Ela diz que é hetero e que pra ela, o movimento a favor da união homo afetiva é o caminhar da humanidade.</i></p> <p><i>Diz que o professor Rebouças tem razão, uma senhora deixou o marido para viver com um ganço.</i></p> <p><i>Ele diz que ele é casado, tem a mulher e tem uma filha de cinco anos de idade e diz que outro dia não conseguiu ficar numa praça, as sete horas da noite, porque tinha homens se beijando no meio da praça.</i></p> <p><i>Emerson, ele pergunta diz o seguinte: se os dois primeiros seres humanos tivessem sido homossexuais onde é que você estaria hoje?</i></p> <p><i>Ele diz que ontem o Fantástico passou meia hora falando sobre a decisão de uma cantora. Ele diz que a culpa é da mídia.</i></p> <p><i>Diz que existe uma diferença muito grande entre ser contra e ser homofóbico.</i></p> <p><i>Parabéns ao professor Rebouças! Não sou a favor do relacionamento, mas penso no futuro de onde virão nossas crianças. A Daniela fez isso para reaparecer na mídia.</i></p>	<p><i>ambos da mesma forma que desrespeitam os gays não aceitam os evangélicos</i></p> <p><i>Diz que concorda com o professor, aqueles que não concordam com os gays são discriminados e obrigados a aceitar o homossexualismo.</i></p>
--	---

Tabela 02 – Participação do ouvinte em 08 de abril de 2013

DIA 09 (terça-feira)

A Reforma Política no Brasil foi tema do *Debates do Povo* com a participação de convidados como a deputada estadual do PT Raquel Marques e o advogado Integrante da Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma Política no Brasil, Arnaldo Fernandes. O debatedor do dia foi o advogado Djalma Pinto.

Foram 13 participações e todas tinham relação com o tema. Verificamos que 92% são opiniões dos ouvintes e 08% são perguntas. Identificamos o posicionamento dos convidados em metade das opiniões, como podem verificar na tabela abaixo. No final do programa, o apresentador mencionou 08 nomes de ouvintes e seus respectivos

bairros. Eles não tiveram a oportunidade de expor sua opinião ou pergunta ao vivo no programa.

Não se pode afirmar que os comentários não foram ao ar por falta de tempo ou por outra justificativa, pois analisamos o áudio dos programas. No Debates do Povo ainda há a possibilidade, para justificar o posicionamento do mediador, a ausência de relação da participação do ouvinte com o tema em discussão, já que essa é a exigência do programa.

Houve resposta e/ou discussão em torno da participação do ouvinte	Não houve resposta e/ou discussão em torno da participação do ouvinte
<p><i>Diz que lembra também Djalma que o pastor Marcos Feliciano, atual presidente dos direitos da Comissão de Direitos Humanos das Câmaras dos deputados, também é denunciado na justiça. Responde segundo ele, responde por estelionato.</i></p> <p><i>Ele diz que não é favorável as eleições de quatro em quatro anos porque, segundo ele, os benefícios para a população só aparecem na época de campanha eleitoral e isso as pessoas teriam que esperar mais tempo</i></p> <p><i>Pergunta o que vai impedir na prática que o candidato que seja empresário e que tenha muito dinheiro, use o próprio dinheiro na sua campanha?</i></p> <p><i>Diz que os deputados Genuíno e João Paulo Cunha do PT foram condenados e continuam exercendo mandatos no congresso.</i></p> <p><i>Dá parabéns a deputada Raquel por apoiar um curso de feminismo e fundamentalismo religioso que ocorre a cada dois meses na Assembléia Legislativa.</i></p> <p><i>Está dizendo que nos dias atuais é fácil entrar na política e ganhar muito dinheiro. Ele disse que num certo município, um secretário não podia ficar na cidade, não podia morar na cidade, então assumiu proforma e colocou o filho sem nenhuma instrução para ser o secretário no lugar dele e ficou lá ganhando dinheiro lá, ganhando salário de secretário.</i></p> <p><i>Ele lembra que não foi simplesmente caixa</i></p>	<p><i>Concorda com o doutor Djalma e que nós não podemos nos esquecer que o PT teve envolvimento com o mensalão e com o famoso caso dos dólares na cueca.</i></p> <p><i>Diz que mais importante que a reforma política seria a reforma moral e ética dos próprios políticos.</i></p> <p><i>Ele diz que deveriam reduzir o número de partidos no Brasil, existem muitos partidos no Brasil</i></p> <p><i>Diz que a reforma política vai representar, vai ser um reflexo da mentalidade dos nossos políticos e será mais uma decepção</i></p> <p><i>Ele diz que não concorda com a lista única, proposta pela deputada Raquel Marques. Diz que é do PT e que não votaria nessa reforma, pois não iria eleger pessoas que não o representam.</i></p> <p><i>Diz que o voto é meu e quero votar em quem eu quiser, de presidente a vereador. Não quero dá esse direito a donatários de partidos, principalmente aliados de Maluf.</i></p>

<i>dois não, foi crime de lavagem de dinheiro também que é muito mais grave</i>	
---	--

Tabela 03 – Participação do ouvinte em 09 de abril de 2013

DIA 10 (quarta-feira)

O advogado e especialista em direito da tecnologia da informação, André Peixoto e o Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Políticas Públicas Digitais, Uirá Porã foram os convidados para debater o tema “Crime Cibernético e a lei Carolina Dieckmann”. Como debatedora do dia, o programa teve a participação da jornalista Inês Aparecida.

Sobre as participações dos ouvintes, observamos que todas faziam relação com o tema. No total, identificamos 09 participações. Apontamos 55% relacionadas às opiniões dos ouvintes e 45% de perguntas. Em relação aos programas anteriores, percebemos que houve uma queda na quantidade de participação. Aqui, ocorreram apenas nove no total. Todas as perguntas a respeito do crime cibernético obtiveram respostas dos convidados.

Não houve resposta e/ou discussão em torno da participação do ouvinte	Não houve resposta e/ou discussão em torno da participação do ouvinte
<p><i>Ele disse que não fazer login ou usar nome falso na Internet, ele pergunta se isso num tipifica falsa identidade, se isso não seria crime</i></p> <p><i>Diz que o problema é que as redes sociais as pessoas se permitem tudo, fazem tudo na rede social. Postar foto nua na Internet é falta do que fazer. Eles deviam usar a máquina de forma correta</i></p> <p><i>Ela diz que o e-mail dela foi hakeado e que ela foi a polícia fazer, deu uma queixa na polícia, e na polícia ela chegou a identificar o IP da máquina que hackeou o e-mail dela. E ela pergunta, a partir daí ela pode fazer o quê?</i></p> <p><i>Diz que: o pior Inês é que toda essa vulgaridade, por parte de alguns internautas, acabam denegrindo a imagem ...ele diz que é o caso do preconceito que se criou contra</i></p>	<p><i>Ela diz que faz dela as palavras da Ines, ela diz que pra ter liberdade é preciso ter responsabilidade</i></p>

<p><i>fotógrafos que fazem fotografia de nu artístico. Segundo ele fazem preconceito com fotógrafos que fazem fotografia de nu artístico por causa dessas pessoas que ficam postando</i></p> <p><i>Ele pergunta a partir de que ponto monitorara os filhos no computador pela Internet é antiético</i></p> <p><i>Diz que o mundo virtual é como o mundo real, alguns crimes serão identificados e outros não.</i></p> <p><i>Pergunta se essa nova lei não é o começo de uma tentativa de controlar a imprensa no futuro.</i></p> <p><i>Diz que o melhor antivírus é o usuário crítico com suas navegações. Crítico e cuidadoso</i></p>	
--	--

Tabela 04 – Participação do ouvinte em 10 de abril de 2013

DIA 11 (quinta-feira)

O planejamento urbano em Fortaleza foi o tema em debate com as convidadas: Ágda Muniz, secretária de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza e o Odilon Almeida, Presidente dos Arquitetos do Brasil do Departamento do Ceará. O programa teve como debatedora Maria Luiza Fontenelle, que é socióloga e ex-prefeita de Fortaleza.

Se não fosse a participação da ouvinte Marta, do Bairro de Fátima, poderíamos dizer que todas as participações tinham a ver com o tema. Pois ela envia o seguinte comentário: *“Maria Luiza, você é uma voz clamando no deserto”*. Não é possível afirmar que a ouvinte Marta está, através da sua participação, fazendo referência somente a Maria Luiza ou por algo que a debatedora disse no programa.

Logo, não vamos apontar essa participação e dizer que ela tem relação com o tema, mas, sim com a debatedora e ex-prefeita de Fortaleza. Foram 14 participações dos ouvintes. Calculamos que 76% das participações são opiniões e 24% foram perguntas no programa do dia 11 de abril de 2013. Todas as perguntas foram respondidas.

Houve resposta e/ou discussão em torno da participação do ouvinte	Não houve resposta e/ou discussão em torno da participação do ouvinte
<p><i>Diz que conhece Recife e que só tem organização na área nobre da cidade. Ele diz que até Natal é melhor no ponto de vista urbano</i></p> <p><i>Diz que Recife não é exemplo nenhum de urbanismo, ele diz que a cidade é péssima</i></p> <p><i>Diz que todos os índices relacionados a coisa ruim Fortaleza tá no topo, segundo ele planejar a cidade agora é bastante difícil</i></p> <p><i>Ele pergunta se é possível falar em planejamento urbano, se a lógica do capital determina seis mil veículos entre mensalmente no transito? Pergunta se existe algum estímulo para a redução de IPI para consumo, que estimula também o consumo também para uma cidade que não comporta</i></p> <p><i>Ela diz que se fala muito em meio ambiente, mas ela gostaria de saber quando é que vão resolver o problema dos esgotos no mar de Fortaleza, na beira mar, na lagoa de Parangaba, na lagoa da UFC que estão cheia de lixo, muitas vezes lixo jogados por moradores</i></p> <p><i>Diz que Maria Luiza você é uma voz clamando no deserto.</i></p> <p><i>Diz que cidade desenvolvida não é aquela que o pobre anda de carro, e sim aquela em que o rico anda de ônibus</i></p> <p><i>Pergunta o que está sendo feito a curto prazo em relação as ruas sem saída, pois prejudicam a vida de muita gente</i></p> <p><i>O secretário João Braga de recife ta tendo enorme dificuldade com relação a mobilidade urbana da cidade que é péssima</i></p>	<p><i>Fortaleza está destruída, o centro está em péssimas condições, na periferia parece que nem mora gente, as pessoas são tratadas como bichos não a nada a nada o que comemorar na cidade no aniversário</i></p> <p><i>Recife não tem planejamento, cidade que tem planejamento é Curitiba.</i></p> <p><i>Os prédios não deveriam ser muito próximos uns dos outros, de acordo com sua altura e distancia, ao redor deveriam haver áreas livres entre os prédios</i></p> <p><i>Vou do Conjunto Jose Walter para a Praça Coração de Jesus de ônibus e o transito é horrroso.</i></p> <p><i>A prefeitura deveria planejar uma maneira de recolher lixo, de lixo eletrônico, porque a população, para que a população não jogue lixo.</i></p>

Tabela 5 – Participação do ouvinte em 11 de abril de 2013

DIA 12 (sexta-feira)

Aniversário de Fortaleza é o tema desse dia. O *Debates do Povo* tem como convidados, a coordenadora do Laboratório de Planejamento Urbano da Universidade Federal do Ceará e integrante do Instituto Geográfico do Ceará, Clélia Lustosa e o professor de história, autor do livro “Fortaleza uma bela história” e também deputado federal pelo PT, Arthur Bruno. O sociólogo Marcos Colares foi o debatedor.

Assim como no programa do dia nove de abril de 2013 em que o tema abordava a Reforma Política no Brasil, nesse debate de sexta-feira Ruy Lima mencionou 12 nomes de ouvintes e seus respectivos bairros no final do programa. Não podemos afirmar e justificar essa atitude do mediador com análise do material. Novamente, esclareço que através da transcrição dos áudios não foi possível especificar o motivo dessa ação.

Foram 14 participações e todas tratavam especialmente do aniversário e da realidade de Fortaleza-CE. Entre elas, 71% são opiniões dos ouvintes, enquanto que 29% se referem às perguntas. Aqui, metade das perguntas tiveram respostas dos convidados.

Houve resposta e/ou discussão em torno da participação do ouvinte	Não houve resposta e/ou discussão em torno da participação do ouvinte
<p><i>Pergunta se os bairros de Canindezinho e Jatobá são Maracanaú ou Fortaleza?</i></p> <p><i>Fortaleza é a décima terceira cidade mais violenta do mundo e segundo ele não há o que comemorar, já que nossos governantes, segundo ele, não se importam com a segurança do povo</i></p> <p><i>Sugere trocar o nome do Che Guevara por Dom Helder Câmara</i></p> <p><i>Diz que o aterro está tomado de ratos e ainda comemoram, o certo é revitalizar a área pra depois comemorar</i></p> <p><i>Não podemos apagar a memória de um país, o golpe militar faz parte da nossa história</i></p> <p><i>Por que Fortaleza festeja o aniversário com artista de Minas Gerais e não artista da terra?</i></p>	<p><i>Diz que independente da minha posição política, 31 de Março faz parte da nossa história</i></p> <p><i>A história de Fortaleza também passa pelo reconhecimento da casa do Frei Tito.</i></p> <p><i>A Casa do Barão de Camocim está caindo aos pedaços e ninguém faz nada</i></p> <p><i>Pergunta por que várias escolas e pontos oficiais e comerciais levam nomes estrangeiros ao invés dos nomes da nossa terra.</i></p> <p><i>O bairro Bela Vista não teve planejamento sanitário, os moradores jogam lixo dentro da lagoa da UFC quando ela deveria ser usada pelos estudantes de engenharia de pesca, por que a UFC não toma providencia?</i></p> <p><i>Diz que o pai dele era Batista Aragão, historiador que afirmava que havia duas datas de fundação de Fortaleza. Segundo ele,</i></p>

<i>Os debates servem pra valorizar a cidade, sou carioca, mas amo Fortaleza.</i>	<i>o livro “Fortaleza Bivibe” explica isso muito bem</i> <i>As fiações dos postes da cidade estão sobrecarregadas, os fios da cidade estão enfeitando a cidade</i>
--	---

Tabela 6 – Participação do ouvinte em 12 de abril de 2013

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em trinta e dois anos, o *Debates do Povo* vem modificando sua forma de comunicar, principalmente através do seu formato. Incluir as ferramentas de interação (e-mail, facebook, twitter e outras redes sociais) na participação do ouvinte foi motivo de resultado negativo. Mas, não basta apenas inserir essas ferramentas no programa, faltou um estudo sobre o perfil desses ouvintes. Isso mostra cada vez mais a importância da análise de audiência e do consumo para a produção de programas.

Percebemos que a participação do ouvinte no rádio ainda ocorre de forma tímida e controlada. Devemos estar atentos a participação do público na mídia, pois ela é utilizada de forma “mascarada”, dentro de critérios institucionais. O público de um debate está longe de ser um ouvinte-debatedor, longe de ser uma pessoa que discute temas de seu interesse, seja pessoais ou sociais.

Os ouvintes querem e buscam sempre participar, debater e discutir os temas da sociedade. Verificamos na análise da participação do ouvinte, que a opinião é superior às perguntas (tabela na página. 61). Há uma necessidade de expor o pensamento e se posicionar no rádio. Nota-se uma resistência da emissora em propor novas ferramentas de interação, em incluir e aproximar novos ouvintes à programação.

Nessa mesma tabela, foi possível identificar que a representação feminina corresponde a 21% das participações, enquanto que a masculina obteve 79% na semana analisada. Esses dados revelam que o público feminino também deve ser inserido cada vez mais na discussão dos temas, pois ainda é insignificante. A produção do programa deve estar atenta a esse público e procurar discutir temas que possam interessá-las.

Não há uma preocupação em atrair o público jovem no “Debates do Povo”. Na entrevista do produtor, Alan Dantas (2013), o uso de facebook, twitter e demais redes sociais como ferramentas de interação com o ouvinte é algo para o futuro. A emissora busca manter a fidelidade do ouvinte que o acompanha desde 1982. Percebe-se uma acomodação em relação ao futuro da emissora de rádio, momento em que o uso e o consumo estão se modificando cada vez mais.

Penso que falta investimento nos jornalistas que comandam essas novas tecnologias. Acredito que o desafio de selecionar a participação do ouvinte através das redes sociais é superior ao controle realizado pelo telefone. Superior, porém, abriria

espaço para outro perfil de público. Além de acrescentar e dar mais ritmo a própria dinâmica do programa.

O ouvinte teria a possibilidade de conversar, dialogar com o mediador e esse transmitir sua opinião para o debate. A Rádio O Povo poderia unir-se ao portal (O POVO online) para trabalhar essas questões de interação com o público. Uma convergência entre eles? Por que não captar novos perfis de público?

Quem já viu um adolescente num computador sabe que o jovem hoje encontrou maneiras próprias de interatividade com a máquina, pois ao fazer uma pesquisa escolar, acessa, ao mesmo tempo, um novo vídeo no YouTube, conversa com os amigos pelo Menssenger, escuta sua canção favorita no rádio (PRATA, 2008, p. 08). Não quero dizer aqui que o público deve ser responsável por edição ou produção de notícia, assim como fazem os jornalistas e essa é sua função, pois obteve especialização para isso.

Mas, quero dizer que as novas tecnologias estão presentes para serem utilizadas e inseridas na interação com o público, seja leitor, telespectador, internauta ou ouvinte. Isso é significativo, principalmente em um programa de debate radiofônico. Em muitos, a finalidade é de transmitir um sentimento democrático em que os ouvintes têm espaço para debater, discutir e expor suas opiniões no rádio. O que na prática não acontece, pois os comentários são limitados e distorcidos.

No programa do dia 10 de abril, crime cibernético estava em discussão. Identificamos apenas nove participações. Se a emissora apostasse no público jovem e incluísse novas ferramentas daria um bom debate. No mais, temas que envolvem tecnologia não terão resultados positivos no programa.

Pois, segundo a produção, não faz parte do perfil da audiência. Esta, pelo jeito, é considerada como um grupo de pessoas que acompanham o programa desde os anos de 1980. Penso que é difícil manter esse grupo, mesmo porque não se têm dados que os caracterizam. A emissora ainda não se propôs realizar um estudo sobre a audiência.

Já no “Debates do Povo” em 08 de abril, percebemos que a manifestação do ouvinte foi significativa. Foram dezoito participações. Cabe ao jornalista, portanto, buscar sua interação com a sociedade em que vive, por meio de seu trabalho, de sua técnica, não divorciada da estética e do social (VICCHIATTI, 2005p. 106).

A produção do programa decide como agir diante desta questão, pois selecionam aqueles que fazem referência ao conteúdo estabelecido pelo debate. Percebemos que todas as participações estão relacionadas ao tema, critério este tido como regra do programa. Os ouvintes ligam para a emissora de rádio e se posicionam, dão suas opiniões, fazem perguntas e colocam questões a serem discutidas. Esses comentários são os mais diversos possíveis.

Mesmo assim, notamos que em alguns comentários o mediador deixa de lado e apenas menciona no programa. Ele age como se o fato de falar o nome, o bairro e o comentário do ouvinte fosse cumprir o papel de participação. Não tivemos o objetivo de realizar um estudo de recepção, mas, podemos dizer que em cada participação do ouvinte há um interesse, seja para contribuir no debate, para ouvir seu nome no rádio e sentir-se parte da produção.

Não podemos dizer que todos eles são iguais e agem com o mesmo propósito. Há ouvintes que buscam realmente ouvir seu nome na rádio. Mas, também há aqueles que querem contribuir para o debate e por isso apontam questionamentos. O mediador até pode tentar encaixar uma participação que não tenha relação com a temática, mas vai depender da sua vontade. Este que atua em um papel de amigo e companheiro do ouvinte, que busca expor suas opiniões e o insere nas discussões sociais.

Concluimos que o mediador é um jogador. Se ele percebe que o debate está “morno”, ele mesmo busca fazer questões de conflito. O programa deve atingir seus objetivos em relação à participação dos ouvintes, seja como forma de preenchimento do tempo do programa ou de utilidade e interesse público. Percebemos também que a construção da mensagem é mediada pelo apresentador tanto no aspecto de criar situações como na maneira de equilibrar ou não o debate entre os convidados, debatedores e ouvintes.

A pesquisa mostra que o apresentador, no seu papel de mediador do programa, vai além da função de mediar. Ele se posiciona claramente contra ou a favor do assunto do assunto tratado. Logo, o direcionamento, o ritmo e o andamento do programa são modificados com a posição tomada pelo apresentador. Intervir no debate com neutralidade ainda é uma proposta e não uma realidade aos apresentadores e mediadores dos programas de debate radiofônico.

A neutralidade tão desejada é impossível encontrar, seja nas atitudes do apresentador e suas opiniões, seja no foco, ângulo ou enquadramento que a produção toma diante das informações. Seja na abordagem e o envolvimento com os ouvintes, seja na escolha dos debatedores e convidados e em muitos outros posicionamentos tomados pela empresa jornalística.

Correia (1998, p. 121) diz que mediar é conseguir uma interação perfeita com seus públicos, recuperando uma espécie de arquétipo de uma comunidade ideal de fala onde todos teriam um acesso totalmente transparente ao poder simbólico. Mas, como esclarece Menezes (2007, p. 51), uma nova tecnologia, mesmo quando criada para a interatividade, como o rádio, nem sempre inclui todos os participantes (emissores e receptores) no processo comunicativo.

Outros formatos radiofônicos surgirão e novas ferramentas de interagir com a mídia também serão criadas. Cabe aos pesquisadores investigar a relação rádio/ouvinte, examinando as estratégias de produção, o discurso da mídia e como ela trabalha a inclusão social nos programas. O papel do ouvinte na programação deve ser identificado e apontado com relevância, não apenas como um elemento para “encher” o tempo do programa ou como um simples elemento a mais.

O posicionamento do público faz diferença nos meios de comunicação. Entre muitas atividades, o jornalismo também é contar história, principalmente histórias de vida. Sabemos que muitos recursos são utilizados para que isso aconteça. Mas, não é porque a mídia usa de efeitos, cortes e determinadas linguagens, que o público deve deixar de se posicionar com suas opiniões.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Filho André. *Gêneros Radiofônicos: os formatos e os programas em áudio*. Editora: Paulinas, 2009.
- BRAGA, Luiz. *Circuito versus campos*. In: *Mediação e Mídiação*/ Jeder Janotti Junior, Maria Angela Mattos, Nilda Jacks. Salvador: Edufba; Basília: Compós, 2012. P.31-52.
- CALABRE, Lia. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: 2ed. Jorge Zahar Editor, 2004.
- CARVALHO, Erivaldo. *Entrevista*. Grupo O Povo de Comunicação, 2011, gravação em áudio por Mônica Andrade.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e terra, 2003.
- CHANTLER, Paul; HARRIS, Sim. *Radiojornalismo*. São Paulo: Summus, 1998
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 2ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- CORREIA, João Carlos. *Jornalismo e Espaço Público*. Corvilhã, 1998
- COSTA FILHO, Ismar C. *Mediações sonoras da Rádio Favela pela Internet*. Recife. UFPE, 2008 (Dissertação de mestrado).
- DANTAS, Allan. *Entrevista*. Grupo O Povo de Comunicação, 2013, gravação em áudio por Mônica Andrade.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo. Editora: Cortez, 1985.
- DEUS, Sandra. *Reclamação do ouvinte: o ouvinte reclama?* Paper apresentado no Intercom, Campos, 2000.
- FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.
- FLICK, Uwe. *Introdução á pesquisa qualitativa*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FONSECA, Virginia; LINDEMANN, Cristiane. Lindemann. *Webjornalismo participativo: repensando algumas questões técnicas e teóricas*. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n° 34, 2007. Disponível em

<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/viewFile/4589/4308>,

em 22/03/2014. P. 01-18.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 387-404.

IBOPE – INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. *Ibope Easy Media 3*. São Paulo, 2006.

JUNIOR, Soares. *Radiojornalismo, webjornalismo e formação profissional*. In: *E o rádio? Novos horizontes midiáticos*. Org. Luiz Arthur Ferraretto, Luciano Klockner. Porto Alegre. Edipucrs, 2010.

JUNIOR, Wilson Corrêa. *Análise de conteúdo*. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNG, Milton. *Jornalismo de rádio*. 3ed. São Paulo: Contexto, 2009.

KROTH, Maicon Elias. *Contratos de leitura: narrativas do cotidiano como estratégia de captura da recepção no rádio*. In: *E o rádio? Novos horizontes midiáticos*. Org. Luiz Arthur Ferraretto, Luciano Klockner. Porto Alegre. Edipucrs, 2010.

LINHARES, Ronaldo Nunes. *Internet e ação comunicativa como elementos do espaço público sob uma perspectiva habermasiana*. In: SOUSA, Mauro Wilton. *Recepção mediática e espaço público: novos olhares*. São Paulo: Paulinas, 2006.

LOPEZ, Débora Cristina. *Radiojornalismo hipermidiático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica*. LabCom, Corvilhã, 2010.

LOPES, Nadini de Almeida. *Radiojornalismo: interatividade e democratização* – Revista ALTERJOR, 2010.

MACIEL, Suelly. *A interatividade no diálogo de viva-voz na comunicação radiofônica*. http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/file/bdt/2009/2009-do-maciel_suely.pdf

em 25/09/2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCHAMALO, Jesus; ORTIZ, Angel Miguel. *Técnicas de Comunicação pelo rádio*. São Paulo, Loyola, 2005.

MEDEIROS, Maria Flora. *Impacto da Internet no radiojornalismo*. In: MAIA, Juarez Ferraz de. *Gêneros e formatos em jornalismo*. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011.

MCLEISH, Robert. *Produção de Rádio: um guia abrangente de produção radiofônica*. São Paulo: Summus, 2001

NEUBERGER, Rachel Severo Alves. *O Rádio na era da Convergência das Mídias*. Cruz das Almas/ BA: UFRB, 2012.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 2001.

PERUZZO, Cicília Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004 .

PRATA, Nair. *Webradio: novos gêneros, novas formas de interação*. Florianópolis: Insular, 2009. 256p.

_____ *Webrádio: novos gêneros, novas formas de interação*. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, 2008. (Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), p. 01-15.

PRIMO, Alex; TRÄSEL, Marcelo Ruschel. *Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias*. *Contracampo (UFF)*, v. 14, p. 37-56, 2006.

<http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/webjornal.pdf> em 07/03/2014.

QUADROS, Claudia Irene de. *A participação do público no webjornalismo*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), Florianópolis, 2005.

RIBEIRO, Ângelo Augusto; MEDITSCH, Eduardo. *O chat da internet como ferramenta para o radiojornalismo participativo: uma experiência de interatividade com o uso da convergência CBN - Diário AM de Florianópolis*. In: Intercom, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1267-1.pdf> . Acessado em 28.03.2013.

RICHARD, Cristina. *Análise dos debates populares no Rádio AM*. Projeto Experimentais, Ano 2, Volume 1, 2008.

SÁ, Adísia. *AM DO POVO: trajetória de uma rádio pioneira 1982-2012*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2013.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia*. Edições Loyola, 2002.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções*. Série Jornalismo a Rigor. V.4. Florianópolis: Insular, 2009.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade, uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ, 2008

_____ *A nova visibilidade. Matrizes*, Abril, 2008.

VICHIATTI, Carlos Alberto. *Jornalismo: comunicação, literatura e compromisso social*. São Paulo: Paulus, 2005.

YOUKIKO, Marcia. *Estudo de caso*. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

XAVIER, Antonio Carlos. *Interação pelo rádio: monólogo ou conversação?* Anais do Congresso do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, GT de Rádio, 1998.

ZIMMERRMANN, Arnaldo. *Participação do público e controle discursivo em cobertura radiofônica de desastre*. Ano IV, Num 01. Edição Janeiro – Junho 2013.
<http://radioleituras.wordpress.com>

ANEXOS

TRANSCRIÇÃO

PROGRAMA DEBATES DO POVO / 08-ABRIL/ SEGUNDA-FEIRA

PRIMEIRO BLOCO

VINHETA – DEBATES DO POVO, APRESENTAÇÃO RUY LIMA

RUY LIMA – Salve! São onze horas e cinco minutos em Fortaleza. Está começando agora o Debates do Povo na sua FM 95.5

VINHETA – sobe vinheta

RUY LIMA – Uma das maiores cantoras brasileiras, Daniela Mercury, ídolo de uma legião de centenas de milhares de brasileiros e brasileiras, anunciou semana passada que está apaixonada e assumiu publicamente o casamento com outra mulher, a produtora de TV Malu Verçosa. A atitude de Daniela Mercury coloca definitivamente como prioridade nacional a discussão sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Para conversar conosco, sobre esse assunto, estão aqui, o meu colega, jornalista, repórter especial do Jornal O Povo, Emerson Maranhão. Estamos aguardando a presença do advogado e professor universitário Carlos Rebouças. Conosco também, o nosso debatedor de hoje, o advogado Djalma Pinto, a quem eu agradeço pela presença no nosso programa de hoje. Quero começar nosso bate-papo fazendo a seguinte provocação, Emerson. O casamento entre pessoas do mesmo sexo é legal? Saudável? Imoral? Ilegal ou engorda?

EMERSON MARANHÃO – Todo casamento engorda, né Rui? Bom dia a todos, bom dia a todos os ouvintes da Rádio O Povo CBN. É, o casamento de pessoas do mesmo sexo, é legal, no Ceará especialmente. É, Desde o mês passado, o Tribunal de Justiça já regula, é o casamento de pessoas do mesmo sexo do nosso Estado, e é muito saudável, casar sempre é muito saudável. Eu acho, pelo menos!

RUY LIMA – Mesmo entre pessoas do mesmo sexo?

EMERSON MARANHÃO – principalmente entre pessoas do mesmo sexo!

RUY LIMA – É, agora essa questão da legislação ô Djalma, o Emerson tá se referindo a uma lei que é uma lei municipal, né isso Emerson?

EMERSON MARANHÃO – Não. Não, é o seguinte. É uma determinação do Tribunal de Justiça do Ceará, ou seja, é uma determinação estadual, para que os cartórios do estado se adequem a decisão do STF de dois anos atrás. Que equipara a relações hetero afetivas a relações homo afetivas.

RUY LIMA – É, como é que, o que diz exatamente a lei sobre essa questão Djalma, o casamento homo afetivo entre pessoas do mesmo sexo é legal em todo país ou é ou há essa abertura só aqui no Ceará, do ponto de vista é legal ou, como é que é essa situação?

DJALMA PINTO – Bom dia Rui, bom dia ouvinte, Bom dia Emerson. Rui, esse tema é realmente um dos temas palpitantes sob o ponto de vista jurídico. Por que ele expressa o chamado ativismo judicial. Por que se você for examinar atentamente, o artigo 216 da constituição do seu parágrafo terceiro, ele prevê a união estável reconhecendo a proteção do Estado para essa união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, e o constituinte foi linfático devendo a lei, facilitar sua conversão em casamento. Então, um dos grandes constituintes de 88, que foi o nosso senador Cid Carvalho, examinando este dispositivo constitucional, ele que elaborou e que participou ativamente da construção da constituição de 1988 ele disse uma coisa interessante: que na cabeça de nenhum constituinte de 1988 passou a idéia de se assegurar ou se garantir união estável entre homens ou entre mulheres. Então, existe realmente um descompasso entre o que está expressamente posto na lei e a interpretação dada pelos tribunais a partir de uma decisão do supremo tribunal federal, que interpretando os princípios que estão inseridos na constituição, sobretudo o princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio da liberdade, reconheceu a legitimidade dessa união estável. Então a grande questão que, o direito coloca é: até que ponto os

tribunais ou o judiciário que não tem como característica a eleição, que é fundamental na democracia, para falar e para atuar em nome do povo, até que ponto pode construir ou criar direitos que não estão previstos nas normas, sobretudo na constituição, votada pelos representantes do povo?

RUY LIMA – Por que a constituição fala especificamente na na na união entre homem e mulher, é isso?

DJALMA PINTO – Expressamente!

RUY LIMA – E com é que o Supremo Tribunal Federal que é o intérprete da constituição, é, abre abre a questão dessa maneira permitindo a união entre homens e mulheres.

DJALMA PINTO – É, por que...

EMERSON MARANHÃO – Só um detalhe, não é permitido não, né? Vamos resolver essa história, legitimando. Porque proibido não é. Uma coisa é você reconhecer a legalidade da união, a outra coisa é você permitir ou proibir. Não há proibição, portanto, não se faz necessário a permissão.

RUY LIMA – Se não há uma proibição clara na lei

EMERSON MARANHÃO – Nem clara nem escura.

RUY LIMA – é, nem clara nem escura.

EMERSON MARANHÃO – Não há proibição e ponto. O que foi que o STF fez? O STF entendeu que, união estável é união estável independente dos gêneros que a compõem.

RUY LIMA – Ân han...

EMERSON MARANHÃO – Ele equiparou a união estável heterossexual que é citada epslitre na constituição, há uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo. O STF disse isso há dois anos. Não há diferença entre união estável formada para fins familiares entre um homem e uma mulher da união estável com a mesma finalidade entre dois homens e duas mulheres.

RUY LIMA – Você é casado Emerson?

EMERSON MARANHÃO – Não, não não. Já fui.

RUY LIMA – Já foi.

RUY LIMA – E você acha que há uma necessidade, você pessoalmente se sente uma necessidade de que é, você tem essa garantia da lei, de uma estabilidade que que a lei te que conceda que você manter uma relação estável com uma outra pessoa, com um outro homem tendo todas as garantias que a lei pode proporcionar?

EMERSON MARANHÃO – Eu sinto sim.

RUI LIMA – Ou você acha que isso é importante só no sentido figurativo de

EMERSON MARANHÃO – Não, não, não... sentido figurativo é muito importante, é bacana, o simbólico

RUY LIMA – ân, han

EMERSON MARANHÃO - tem uma importância fundamental, mas a gente vive num mundo prático. Num mundo, por exemplo, se eu tivesse um marido hoje Rui, é, ele seria meu dependente no plano de saúde do Grupo O Povo de Comunicação.

RUY LIMA – Hum hum

EMERSON MARANHÃO – Eu deduziria, meu imposto de renda conjuntamente, tem uma série de direitos que são assegurados, sabe? Pares hetero afetivos que os pares homo afetivos passaram a ter acesso a partir dessa decisão do STF. Que nada mais é do que o casamento civil, quando você perguntou

se o Ceará era o único estado brasileiro, não. Já são dez estados brasileiros. Dez estados brasileiros cujo os tribunais de justiça determinaram que os cartórios. O que é que acontece, quando o TSF tomou essa decisão, é, de equiparar as uniões hetero afetivas das uniões homo afetivas, é, muita gente se fez de doida.

RUY LIMA– Como assim?

EMERSON MARANHÃO – Não, é, mas não é... talvez possa ser...e aí demandou uma necessidade de que os tribunais de justiça de cada estado dissesse: é, e tem que ser. Isso aconteceu, entrou em vigor mês passado em São Paulo. Não, há dois meses em São Paulo e no mês passado no Ceará. Além desses, se não me engano é Bahia, Alagoas, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Paraná. Tem outro, é Piauí.

RUY LIMA– Quer dizer que hoje no Estado do Ceará, se dois homens ou duas mulheres quiserem se casar, elas chegam diante de um juiz e manifesta esta ou essa vontade, e o juiz é obrigado a conceder o casamento, a fazer o casamento civil entre duas pessoas?

EMERSON MARANHÃO – Exatamente. Como é obrigado a fazer um casamento civil entre um homem e uma mulher que queiram se casar. Os tramites são os mesmos. Existem duas possibilidades: Pela determinação de justiça do Tribunal do Ceará, é, recomenda-se que você primeiro reconheça a união estável e depois você entre com o processo para que a união estável seja convertida em casamento. O cartório que queira, ele pode fazer o casamento diretamente.

RUY LIMA – Perfeito, eu quero lembrar aos nossos ouvintes que participem do programa, pelo telefone 3066.4030, mandando perguntas para os nossos debatedores, mandando comentários, se manifestando a respeito do assunto nosso do debate de hoje, que é o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Como fez o nosso ouvinte José Humberto do Conjunto Ceará, que diz o seguinte: *Se o casamento gay é tão saudável, por que a bíblia condena essa prática? Emerson.*

EMERSON MARANHÃO – Deixa eu te falar uma coisa, como é o nome dele?

RUY LIMA – È o José Humberto, lá do Conjunto Ceará.

EMERSON MARANHÃO – José Humberto, você deve ser um homem de muita fé, é e eu admiro uma pessoa de fé. Mas, a sua fé não é a minha, a sua bíblia não é a minha, desculpe.

RUY LIMA – Djalma, do no plano federal existe algum projeto tramitando no congresso nacional a respeito da união civil entre homossexuais?

DJALMA PINTO – Rui, é, o projeto é muito provável que possa até existir, mas o fato é que ainda não houve uma produção legislativa, ou seja uma manifestação do congresso complexo nesse sentido. O que se tem realmente, o Emerson tem razão, é que o supremo examinou essa questão e extraiu dos princípios que estão inseridos na constituição que tem efetividade que não é só uma regra que está escrita, mas também os princípios que estão ali consagrados, eles tem força normativa. Então, o supremo fez uma interpretação sistemática do princípio da dignidade da pessoa humana, da liberdade e etc, e concluiu pela permissão a despeito de não existir norma jurídica expressamente autorizando essa esse esse vínculo jurídico dando vinculação jurídica efeitos jurídicos para essa união. Então, a questão que realmente se coloca é o seguinte: que o supremo ou poder judiciário, ele assumiu a postura de legislador ativo, ele produziu uma norma para a sociedade, a questão é: até que ponto o judiciário deve arcar com esse poder. Por que? Porque é realmente a maioria do supremo, o supremo é composto por onze ministros. Então, seis ministros eles fazem a pauta, eles estabelece as diretrizes da nação, eles são investidos na função do poder legislativo, e qual a questão é: qual a legitimidade que seis ministros têm para falar em nome do povo?

EMERSON MARANHÃO - Espera aí gente!

DJALMA PINTO – Então vamos só aqui, para concluir, para concluir o raciocínio. Por que esse esse argumento vale não apenas para esse tema, mas por exemplo, é, quem é competente pra julgar o crime ou a ação de improbidade praticada por um gestor da coisa pública quando deixa o cargo? O supremo no primeiro momento dizia que de uma sumula, que salve engano, a sumula 384, dizia que: mesmo que o cidadão saísse da função aquele tribunal que era competente no tempo que ele estava investido na função seria também competente para julgá-lo. Posteriormente, o supremo revogou essa sumula. Disse não, quando termina o fórum especial, volta o processo para a origem. Então, ficou um vai e vem de processo. Conclusão, hoje o Brasil não tem efetivamente punição para essas ações de improbidade. Por que? Porque o processo fica num vai e vem. O cidadão hoje é deputado, então a competência para julgar é do supremo,

se ele perder a eleição aí volta para o juiz de primeiro grau, ou seja, o Brasil ficou num vai e vem por conta desse excesso de ativismo judicial. Então, isso vale para todos os caos, inclusive para esse. O que é que nós precisamos? Nós precisamos legitimar essa compulsão do supremo. Como seria possível isso? Por exemplo, você Rui é advogado, amigo do presidente, vai ser indicado para ser integrante da suprema corte. Para que haja uma legitimação, seria necessário que cada pessoa, cada cidadão pudesse impugnar o seu nome. Como é possível no caso do cara que é candidato a presidente da república, governador do estado, senador, prefeito e etc. Qualquer cidadão pode dá notícia de legibilidade e impedir o registro da sua candidatura. Também esse processo que assegura a legitimidade que robustece a democracia, precisa ser incorporado para que o cidadão possa falar em nome do povo, possa decidir e julgar em última instância em nome do povo com o mínimo de legitimidade.

EMERSON MARANHÃO – Meu querido, você deve ter toda razão. Só que eu queria atentar para o fato que nós não estamos aqui discutindo a legitimidade de uma decisão do Supremo Tribunal Federal. A pauta desse programa é outra. Eu não estou aqui dizendo, não estou aqui para dizer que o Supremo acertou ou errou. O que eu estou dizendo é que Supremo tomou uma decisão, e ela está em vigor nesse país. E tem que ser cumprida. Para o bem ou para o mal, correta ou errada, legítima ou não, representante da população ou não, o Supremo tomou essa decisão. Para a surpresa de muitos. Inclusive da bancada fundamentalista no congresso, que há mais de quinze anos trabalha para impedir que o projeto de lei que regulamenta uniões homo afetivas vá a pauta, que seja votado.

RUY LIMA – Eu queria saber do nosso debatedor Djalma Pinto, que até agora se manifestou do ponto de vista teórico e jurídico, você tá em cima do muro Djalma, você é a favor ou é contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo?

DJALMA PINTO – Rui, veja, veja.

RUY LIMA – Queria saber sua opinião, desce do muro!

DJALMA PINTO – Eu já me manifestei! E já me manifestei! Eu acho que sob o ponto de vista, é, normativo, não existe a previsão. Agora, como ele diz, a decisão do supremo é vinculante.

RUY LIMA – Não, não, não, eu quero saber é

DJALMA – Eu como juiz, eu precisaria estudar melhor o assunto Rui para me manifestar.

RUY LIMA – Mas, eu não to perguntando

EMERSON MARANHÃO – Ele tá perguntando é a pessoa física, não é a jurídica não. (risos)

DJALMA PINTO – Rapaz eu pessoalmente, eu sinceramente não tenho opinião formada sobre o assunto. Eu acho o seguinte: Primeiro, você, lei é feita por maioria. A maioria, isso é uma base da democracia. Se esse sistema é perfeito ou não, eu não sei. Mas, o fato é que a maioria ela deve decidir. Por outro lado, temos que reconhecer que todo mundo tem direito a felicidade. Se o cidadão acha que realmente essa opção é a melhor que existe, e se isso não causa dano ao grupo social, essa seria a opção mais saudável pra ele.

EMERSON MARANHÃO – Ok, só quero fazer aqui uma correção. Companheiro Djalma Pinto não é uma opção, é uma orientação, tá?

RUY LIMA – Vamos pro intervalo a gente vai para o intervalo e volta já, lembrado que você ouvinte participa do programa pelo 3066.4030. Até jáaaa!

VINHETA – DEBATES DO POVO

SEGUNDO BLOCO

VINHETA – DEBATES DO POVO, APRESENTAÇÃO RUY LIMA

RUY LIMA – Estamos de volta! Estamos de volta com o Debates do Povo na FM 95.5. São onze horas e vinte e quatro minutos em Fortaleza. Estamos conversando hoje sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Você em casa, você ouvinte participa pelo telefone 3066.4030, como fez o Francisco lá do Conjunto Esperança e que diz que: *Em Romanos 24 há a condenação do homossexualismo pela bíblia.*

Ele diz que em Levítico 12 também essa é a bíblia de todos. O Régis Lima lá do Jardim de Iracema, diz que independente de religião, o casamento gay é um absurdo. O Júnior do Henrique Jorge diz, qual é a sua bíblia Emerson? A bíblia é de todos e condena o homossexualismo. O Rogério Brandão lá do Mondubim diz a humanidade está entrando em um funil, a saída é estreita e a culpa é da mídia. Eu, vocês acham que a culpa disso tudo é da mídia?

EMERSON MARANHÃO – Da mídia não.

RUY LIMA – Porque, imputar a mídia,

EMERSON MARANHÃO – deixa só eu responder

RUY LIMA - as mudanças culturais que acontecem no mundo

EMERSON MARANHÃO – A mídia só relata o que está acontecendo. Deixa só eu falar para os nossos queridos ouvintes. É o seguinte, é preciso deixar claro o Brasil é um estado laico, e que a bíblia, não serve de base para a nossa legislação, certo? Eu não tenho que ser crente, eu não tenho que ser fiel a religião nenhuma. Eu enquanto cidadão tenho o direito de escolher a minha religião, se eu não quiser seguir a bíblia, se eu quiser ser do candomblé, se eu quiser ser espírita, se eu quiser ser budista, eu tenho essa liberdade. O Estado me garante isso.

RUY LIMA – Eu estou aqui na presença do advogado e professor universitário Carlos Rebouças, e quero fazer a ele a mesma pergunta que fiz aos nossos debatedores do programa de hoje, é Carlos, perguntar o seguinte: O casamento entre pessoas do mesmo sexo é legal, é saudável, é imoral, é ilegal ou engorda?

CARLOS REBOUÇAS – Boa tarde, boa tarde a todos os ouvintes. É, eu vinha ouvindo o programa quando você fez essa pergunta, então me permita dá duas dividir minhas respostas em duas partes. Primeiro, o que o Emerson falou aqui ele tem toda razão, quanto a questão de que o Estado é laico, todos têm o direito de ter a sua fé a sua crença, se você quer ser crente seja, se você quer ser umbandista seja, se você quer ser católico seja, né isso? Ninguém pode impor ao outro religião. Ninguém pode impor ao outro crença por um simples fato, o nome já diz é uma crença. Ou eu creio, ou eu não creio. O que alguns ouvintes ligaram agora e quando eu estava ouvindo outros ligaram, a respeito de Levítico do evangelho, o evangelho todo, a bíblia toda condena o homossexualismo. Segundo, ou você crer ou você não crer. Quem crer em Jesus Cristo, quem crer no Deus que tem na bíblia e no Jeová, o homossexual está enfadado ao ir ao inferno depois da morte.

RUY LIMA – Isso é para quem crer na bíblia.

CARLOS REBOUÇAS – entenda, deixa eu concluir meu raciocínio. Exatamente isso, eu to falando você crer ou você não crer. Ninguém é obrigado a crer e você não pode querer imputar uma crença. Eu não posso vir aqui e imputar ao Emerson: Olhe, crer! Não posso. Como ele não pode chegar pra mim e dizer: Olhe creia você nisso aqui. To só contando o seguinte, não adianta, quem crer na bíblia é isso e acabou. E não crer vai viver da forma que quiser e sem olhar pra aquilo. Porque é uma questão de crença. Agora a questão legal, a questão legal. Foi dito aqui que o casamento hoje aqui no Brasil é legal. Aí nos temos que entrar em outra discussão. O que é legalidade? É o que está na lei? Porque se for o que está na lei, o casamento entre homossexuais não é legal hoje no Brasil.

RUY LIMA – Mas aí você desconsidera uma legalização do Supremo Tribunal Federal.

CARLOS REBOUÇAS – Eu vou chegar aí. Por que ele é ilegal? Porque o código civil de 2002, ele não reconhece união homo afetiva e ele fala da família nos moldes homem e mulher. O casamento entre um macho e uma fêmea. Ele não é legal o casamento pelo ponto de vista jurídico. Aí nós vamos para um passo acima, para a constituição. A carta magna é que dá a legitimidade a lei. Eu não posso ter uma lei ao arrepio da constituição. Uma lei tem que ser recepcionada pela carta magna. E a constituição, como aqui já foi dito pelo colega, no artigo 226 é muito claro ao dizer que a família .. da sociedade tem que ser uma proteção do Estado e que o casamento é civil e que esse casamento civil é realizado entre homem e mulher. Certo? Fundado no principio da pessoa humana, da paternidade, da , do planejamento familiar e aí tem os princípios que foram falados pelo colega e que aí o Supremo teria usado princípios pra contradizer a própria lei da constituição federal.

RUY LIMA – Quer dizer que, o que você ta dizendo então é que a decisão do Supremo Tribunal Federal ela vai contra o que determina a constituição federal que é uma decisão errada sobre ela?

CARLOS REBOUÇAS – Vou dá um exemplo aqui, uma analogia, como já foi dita.

RUY LIMA – Curto e grosso! Decisão errada?

CARLOS REBOUÇAS – Erradíssima. Curto e grosso por que?

RUY LIMA – Mas, uma decisão do supremo

EMERSON MARANHÃO – Está revigorando, ou eu estou errado? Se eu quiser chegar hoje no cartório do Ceará e me casar com Rui Lima

CARLOS REBOUÇAS – Certo.

EMERSON MARANHÃO – Emerson Maranhão e Rui Lima

RUY LIMA – risos

EMERSON MARANHÃO – Seria um casal inteligentíssimo. Chegamos lá

CARLOS REBOUÇAS – An!

EMERSON MARANHÃO – O cartório vai ter que registrar minha união civil com Rui Lima.

CARLOS REBOUÇAS – Não. Não. Vou lhe explicar por que.

EMERSON MARANHÃO – Me explique, por favor. Pra mim é uma novidade.

CARLOS REBOUÇAS – Lei, lei e constituição federal é uma coisa, entendimento é outra. Eu tenho entendimento do STF hoje de que a união entre um homem e um homem e uma mulher e uma mulher é possível. União homo afetiva. Amanhã eu possa ter um entendimento do mesmo órgão do STF.

EMERSON MARANHÃO – Sim, eu to falando hoje companheiro!

CARLOS REBOUÇAS – Calma! Dizendo que, esse entendimento mudou, não é mais possível, certo? Então, um juiz, imagine um magistrado em primeira instancia da Comarca de Fortaleza. Pode chegar até a mão dele um pedido de união estável de um, de dois homossexuais. E ele pode sim e ele tem autonomia pra negar.

EMERSON MARANHÃO – O Senhor desconhece a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará publicada em diário oficial

CARLOS REBOUÇAS – An!

EMERSON MARANHÃO – No mês passado

CARLOS REBOUÇAS – An!

EMERSON MARANHÃO – determinando que os cartórios façam casamento civil entre pessoas do mesmo sexo? O Senhor desconhece?

CARLOS REBOUÇAS – Não desconheço de forma alguma.

EMERSON MARANHÃO – Então eu não preciso levar a juiz nenhum.

CARLOS REBOUÇAS – Deixa eu dizer uma coisa, um princípio básico do Direito. Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo se não em virtude lei. Me mostre a lei que diz que eu tenho ou sou obrigado a casar um homem e um homem e uma mulher e uma mulher, me mostre essa lei. Ninguém é obrigada a fazer ou deixar de fazer algo, se não em virtude de lei. Uma decisão de um tribunal e uma decisão de um STF ou de um Tribunal do Estado do Ceará, ela não me obriga a fazer algo arrepio da lei, ela não me obriga. É tanto que nós temos no Brasil hoje, na data de hoje, juízes que negam a uniões estáveis entre homens ou mulheres.

EMERSON MARANHÃO – Em estados aonde o tribunal de justiça não não

CARLOS REBOUÇAS – Não pode obrigar.

EMERSON MARANHÃO – Respeito

CARLOS REBOUÇAS – É um direito básico do cidadão recorrer, se você entra com um pedido e aquele pedido é negado, corra, vá pro Tribunal de Justiça. Se você chegou no Tribunal de Justiça e foi negado, recorra vá pro STJ, se for matéria legal. Ou

EMERSON MARANHÃO – E aí? O STF já se pronunciou

CARLOS REBOUÇAS – Não, tenha calma. É o entendimento. Esse entendimento pode mudar amanhã. É como a taxaçoão dos inativos. A lei é muito clara. Uma pessoa contribui a vida toda para poder aposentar-se. Aí essa pessoa contribui para receber de novo, aí só se for aposentadoria pós-morte. Céu ou no inferno ou onde ele acredite que vá. Então quer dizer, o STF decidiu que essa aposentadoria agora, essa contribuição iria ser feita pelos inativos. É algo legal? É não, é ilegal.

EMERSON MARANHÃO – Doutor Carlos

CARLOS REBOUÇAS – Tornou-se o entendimento de legalidade por ser uma determinação do órgão maior, que deveria ser um órgão que zela pela constituição federal. Mas, nós temos um órgão político

EMERSON MARANHÃO – Certo

CARLOS REBOUÇAS – O órgão que trata de questões políticas. E aí, eu entendo que o ouvinte mandou aqui Rui, se você me permite, dizendo que a culpa é da mídia. É claro que eu não concordo que a culpa seja da mídia. Mas, eu entendo por que ele falou isso. Ele falou isso porque hoje nos vivemos num império aonde nos criamos, temos que tomar cuidado com isso Emerson. Você tem que até que concordar comigo nisso. Nós não podemos criar super cidadão. Nós estamos vivendo hoje, entrando no Brasil no ciclo perigosíssimo. Tem um filme europeu que retrata isso, um filme de dez anos atrás, de forma bem humorada, um filme chamado Closet. Você deve conhecer. Aonde um homem descobre que vai ser demitido da empresa e aí um vizinho dele que é homossexual diz pra ele: rapaz tem uma saída, deixa o pessoal notar, se faz de homossexual que não é demitido. E aí esse cara começa a plantar provas no trabalho, provas forjadas, que ele não é, como se ele fosse homossexual. Pra quê? Pra diretoria tomar conhecimento de que ele era homossexual e não demiti-lo mais por medo de ser acusado de homofobia.

RUY LIMA – É

CARLOS REBOUÇAS – Então, o que acontece hoje, é que no Brasil nos estamos criando

RUI LIMA – Mas você ta fazendo uma alegoria, me desculpa

CARLOS REBOUÇAS – Ah, han!

RUY LIMA – Eu diria uma alegoria de cinema, né? É um roteiro de filme.

CARLOS REBOUÇAS - Não eu to dando um exemplo que já

EMERSON MARANHÃO – é outra coisa

CARLOS RBOUÇAS – Mas que já está acontecendo hoje.

EMERSON MARANHÃO – É muito hábil em falar, eu to impressionado com sua capacidade de oratória. É digna de espanto realmente. Mas, o senhor, o senhor está se desviando do foco principal que é

CARLOS REBOUÇAS – Pronto

EMERSON MARANHÃO – O STF

CARLOS REBOUÇAS – Certo

EMERSON MARANHÃO – determinou a equiparação entre homo afetivas com hetero afetivas, eu estou mentindo? Sim ou não?

CARLOS REBOUÇAS – O STF disse que é legal. O entendimento, não é lei.

EMERSON MARANHÃO – Sim (risos)

CARLOS REBOUÇAS – O entendimento.

EMERSON MARANHÃO – Sim, qual é o órgão máximo judicial desse país?

CARLOS REBOUÇAS – Depende. Se for questão constitucional é o STF. Se for questão legal, STJ.

RUY LIMA – Eu queria, eu queria comentar um outro aspecto dessa questão aí, fugir um pouco dessa questão aí tão legal. Bom, eu antes, primeiro queria dizer que caso (vocês tão cochichando aí, eu to falando aqui)

EMERSON MARANHÃO – A gente ta se paquerando aqui Rui

RUY LIMA – (risos) bom, primeiro antes de mais nada eu queria dizer que caso eu fosse homossexual, poderia considerar a sua sugestão, viu Emerson?

EMERSON MARANHÃO – risos!

RUY LIMA – se eu fosse homossexual!

EMERSON MARANHÃO – que capacidade de afirmar sua virilidade é essa, rapaz! (Risos)

RUY LIMA – O nosso ouvinte Régis Lima lá do Jardim Iracema, ele pergunta o seguinte Emerson, ele diz o seguinte: *o que significa família pra você?* Ele pergunta *se você tem primos, tios, se tem irmão*. Na verdade, o que ele ta colocando é uma argumentação das pessoas que são contra o casamento homoafetivo, que é essa questão da perpetuação da raça humana, né, dizendo que o casamento

EMERSON MARANHÃO – Gente, espera aí, espera aí! Tá na hora de parar de ser pobre.

RUY LIMA – Deixa eu, deixa só eu fazer essa colocação, deixa eu fazer o advogado do diabo.

EMERSON MARANHÃO – Vá lá querido

RUY LIMA – que é essa questão do casamento homossexual que seria uma violação a lei natural, né, na perpetuação da espécie, enfim. Eu acho que ele está se referindo

EMERSON MARANHÃO – Se a gente for seguir esse essa linha de pensamento, casais estéreis não são uma família. Casais hetero sexuais que não podem procriar, não são uma família. Se a gente for seguir essa linha de pensamento, eu só vou manter relações sexuais para fins pro criativos. Deixemos de ser hipócritas, né? Sabemos que não é bem assim.

CARLOS REBOUÇAS – Eu posso dizer o seguinte? Isso não precisaria dessa confusão toda. Não precisaria. Sabe como Emerson? Se o homossexual, é justo lutar pelo seu direito, é mais do que justo. Sem tentar mexer no direito alheio.

EMERSON MARANHÃO – Concordo.

CARLOS REBOUÇAS – Vou lhe explicar por que. No momento em que eu sou heterossexual e eu tenho uma esposa, tenho filhos, né. Eu tenho uma família nos moldes que a constituição federal determinou e que aí, eu tenho que discordar de você, está em inconsonância sim com a bíblia. Até porque na constituição federal lá tem, com a proteção de Deus, logo no início, né? Então, tem sim uma influencia. Então, no momento em que eu tenho essa família, pra que é que eu quero ser homossexualismo pra ter direito, pra ter uma casa, pra ter um companheiro e tudo, pra quê que ele precisa invadir essa área, não poderia ter criado um instituto de regras, divergentes do casamento? Pra que essa união tivesse os mesmo direitos, a mesma legalidade. Sabe por que, sabe qual é o perigo? É porque hoje nos temos desconhecimento de que existe projetos de lei que querem acabar com coisas cotidianas. Por exemplo, dia dos pais e dia das mães. Não haveria mais dia dos pais e dia das mães. Haveria o dia da família. Aonde no colégio aquela criança que agora foi adotada por um casal homossexual não se sentiria, tipo diferenciada ou discriminada por ser

EMERSON MARANHÃO – Tem esse projeto?

CARLOS REBOUÇAS – Só um momento. Por ser, tem projetos e projetos de lei que estão propostos no

EMERSON MARANHÃO – Desconheço.

CARLOS REBOUÇAS – Mas, existe. Aí eu lhe digo, existe. Aí, se nos entrarmos nessa questão de que porque existe a realidade ela tem que ser legislada, eu concordo. Se o cidadão, existe uma prática tão arraigada na sociedade, é claro que os não podem fechar os olhos, tem que regular. Agora, imagine, vamos regulamentar a união bestial, entre homem e animal. Não existe, há quantos anos existe isso no interior do estado do Ceará? O Zé Wilker, aquele ator cearense que no Jô Soares relatou que o tio dele

EMERSON MARANHÃO – Oh o respeito rapaz

CARLOS REBOUÇAS – Que isso! Jamais lhe faltei o respeito.

EMERSON MARANHÃO – Olha o respeito.

CARLOS REBOUÇAS – Jamais lhe faltei o respeito

EMERSON MARANHÃO – Fica abaixo da linha da cintura.

CARLOS REBOUÇAS – Jamais!

EMERSON MARANHÃO – Não é bem assim!

CARLOS REBOUÇAS – O problema Rui, o problema é esse. Que quando nos falamos alguma coisa que é contra ou algum argumento, vem logo com essa desculpa de que é homofóbico.

EMERSON MARANHÃO – Você está equiparando

CARLOS REBOUÇAS – Eu to lhe equiparando?

EMERSON MARANHÃO – Homossexualidade com hemilia

CARLOS REBOUÇAS – Não to equiparando. E to fazendo isto?

EMERSON MARANHÃO – Tá equiparando

CARLOS REBOUÇAS – Jamais.

EMERSON MARANHÃO – O senhor falou.

CARLOS REBOUÇAS – Eu falei, Emerson

EMERSON MARANHÃO – O senhor faou!

CARLOS REBOUÇAS – Eu falei isso, Emerson?

EMERSON MARANHÃO – Falou que havia que reconhecer os direitos dos bestiais.

CARLOS REBOUÇAS – Mas, não é uma prática existente?

EMERSON MARANHÃO – Desconheço.

CARLOS REBOUÇAS – Tu desconhece? Pois vá no interior do estado. Dê uma passada lá e pergunte se existe ou não existe. Acesse sites da Internet, aonde tem mulheres transando com cavalos, com cachorros, com cobra, com coelho, com galinha, com todo animal que

RUY LIMA – Você ta dizendo que, Rebouças, é que o reconhecimento

CARLOS REBOUÇAS – Eu jamais faltei o respeito

RUY LIMA – Eu quero entender direito. O que você está dizendo é que o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo é um primeiro caminho para que numa próxima etapa é seja reconhecido também esse tipo de relação bestial, a que você ta se referindo?

CARLOS REBOUÇAS – Eu não estou comparando relação homossexual com relação

RUY LIMA – Nem eu estou dizendo isto.

CARLOS REBOUÇAS – Eu estou dizendo que pela linha de raciocínio de que se a sociedade tem um comportamento ou o Estado tem o dever de regulamentar aquele comportamento, certo? Eu disse que você pode regulamentar um comportamento, e um requerimento de uma camada da sociedade, sem agredir outra camada.

RUY LIMA – Djalma.

CARLOS REBOUÇAS – Sem infurtar o direito de outra camada. Então, imagine a quinze anos atrás, como aqui o Djalma falou, a respeito do nosso grande senador, que ele disse o seguinte: Jamais uma constituição de 1988 foi promulgada imaginou-se a união entre pessoas do mesmo sexo. De forma legal. O que sempre existiu, não venha também ser hipócrita de dizer que nunca imaginei que poderia ser possível, como Emerson disse agora que desconhece. Eu tenho certeza que você não desconhece que tem pessoas que mantém relacionamento com animais? Eu tenho certeza disso. Então então, eu to dizendo o seguinte, que se hoje abriu-se essa porta

EMERSON MARANHÃO – Ai ai

CARLOS REBOUÇAS – abra-se da maneira correta. Sem ferir a constituição federal que a carta magna, sem ferir a legislação que tem que ser respeitada. Cria-se, não tem a bancada dos homossexuais? Por que não criam uma lei? Sem, sem (aí eu falo eu) sem agredir minha família, a família do heterossexual. Por que não cria-se uma legislação própria, que regulamente isso aí? No Brasil tudo não se faz estatuto? Estatuto do idoso, estatuto do desarmamento, estatuto do homossexual, onde ele vai ter o direito dele resguardado, onde eu como advogado, onde o magistrado vai lutar para que esse direito seja respeitado. Certo? O problema é só esse. É querer criar um direito e impor esse comportamento a outros que não comportam.

RUY LIMA - Djalma

DJALMA PINTO – Rui, o tema realmente ficou palpitante. Mas aí você percebe que o professor, ele expõe, se fizesse uma pesquisa, por exemplo, hoje qual seria a posição da maioria da sociedade? Eu acredito que seria uma posição contra essa posição do Supremo Tribunal Federal. Mas, o Supremo por sua vez também, extraiu da realidade. Me impressionou muito naquele tempo, quando o Clodovil na televisão com sua espontaneidade, a sua autenticidade, ele disse expressamente: “Eu não gostaria de ser assim. Eu sou assim, mas não é por que eu quero ser assim”. Então, aquilo me impressionou muito e eu passei a respeitá-lo profundamente. Porque Rui, você tem só uma vida para viver. Você, então, vai viver escondido, oculto, como minoria oprimida. Me parece que isso não é justo. Não é razoável. Então, por isso que eu acho que todo homem tem direito a felicidade. Tá lá na declaração da independência dos Estados Unidos, 1776. Então, o homem tem direito a sua felicidade. Como é que ele vai alcançar a sua felicidade? Aí ele tem o livre arbítrio, desde que, ele não ofenda o direito do outro. Não cause mal estar no grupo social que ele está inserido. Ele tem a liberdade de agir. Então, há uma necessidade e uma ponderação de valores. Me parece que o Supremo foi nessa linha e assegurou reconheceu a união. Com a finalidade de que? Dar aqueles que tinham essa relação com a morte, do cara ficar expulso da casa. Então, ele não tinha direito nenhum. Ele quis . Talvez a maneira, a forma como foi exteriorizado isso causou certo constrangimento em relação a isso. Então, aqueles que são contra essa união, me parece, que nos precisamos de uma conciliação para respeitarmos a liberdade individual sem provocar constrangimento no grupo que se opõe a ela.

RUY LIMA – Nosso ouvinte Estela Mares está no Meireles, diz que *está muito claro que o professor Rebouças é homofóbico*. Professor, o senhor é contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou o senhor é contra os homossexuais também?

CARLOS REBOUÇAS – Eu tenho alunos queridíssimos que, e eu penso que estão até me ouvindo agora, são homossexuais, queridíssimos, são meu amigos, meus alunos são meus amigos. Então, eu jamais, é impressionante. É muito fácil você atacar as pessoas, né? É muito fácil você apontar o dedo, né,

e dizer que uma pessoa é homofóbica, porque eu expesso um pensamento divergente daquele que a pessoa pensa. Eu sou contra o casamento homossexual por dois motivos. Primeiro, eu não creio que esse seja realmente o plano de Deus para essa pessoa. E segundo, como advogado, vem a questão jurídica. A constituição federal brasileira é uma colcha de retalhos. E quando ela não é retalhada por uma PEC, ela é retalhada pelo entendimento do STF, que não teria, que não deveria jamais fazer isso. Então, jamais fui homofóbico, jamais tratei mal. Onde eu encontrar o Emerson se eu passar um dia e ele tiver com o carro e o pneu furado, não tenha dúvidas que eu paro para ajudar. Não tenha a menor dúvida. Porque se você é homofóbico é você não gostar, é você ter raiva, é você desejar o mal, jamais eu desejaria o mal para uma pessoa porque ela age ou pensa divergente de mim. Jamais. Quer casar com outro homem, case. Quer viver com outra mulher ou duas mulheres, viva. E me dê o meu direito também de viver com uma mulher e pensar divergente de você. Da mesma forma que eu aceito você dizer que

EMERSON MARANHÃO – nada além disso

CARLOS REBOUÇAS – porque, então, quando alguém expressar opinião contrária, viu Emerson, não acuse jamais de estar lhe agredindo ou de ser homofóbico. Opinião é um direito de todo e qualquer cidadão. Por que é que quando a Daniella Mercury assumiu um posicionamento de um casamento, é dela, ela tem direito. Foi lá, casou, ta feliz assim. Quer continuar assim? Felicidades pra ela. Pra quê que na mesma nota veio agredir o deputado Marcos Feliciano? O quê que tinha a ver uma coisa com outra? O quê que tem a ver? O quê que tem a ver um deputado, que assumiu a comissão de direitos humanos, ser acusado de não ter legitimidade de assumir uma função daquela enquanto que ele tem votos pra isso, tanto do povo que elegeu com mais de 200 mil votos, tantos com os colegas que elegeu ele como presidente lá, como o homem que tira centenas de milhares

RUY LIMA – Mais isso aí

CARLOS REBOUÇAS – drogados das ruas

RUY LIMA – Aí é outra questão

CARLOS REBOUÇAS – E aí

RUY LIMA – Aí é outro Debates Rebouças

CARLOS REBOUÇAS – Não, mas

RUY LIMA - Porque o sujeito que é homofóbico dirigir a comissão de direitos

CARLOS REBOUÇAS – Mas, ele é homofóbico por quê?

RUY LIMA– Homofóbico? Porque ele já deu declarações.

CARLOS REBOUÇAS – Que declarações?

RUY LIMA – Já deu várias declarações contra o homossexualismo e contra negros

CARLOS REBOUÇAS – Mas me diga uma

RUY LIMA – estão todas publicadas

CARLOS REBOUÇAS – Não deu, não deu.

RUY LIMA – Vamos para o intervalo, você continua participando pelo 3066.4030. Até já!

VINHETA – **DEBATES DO POVO**

TERCEIRO BLOCO

VINHETA – **DEBATES DO POVO, APRESENTAÇÃO RUY LIMA**

RUY LIMA – onze horas e quarenta e nove minutos, estamos de volta com o Debates do Povo pela sua 95.5. Estamos conversando hoje sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Você participa do

nosso debate, mandando perguntas, mandando comentários pelo 3066.4030. Como fez a nossa ouvinte Estela Mares do Meireles, que disse que *está impressionada com as declarações do advogado Rebouças*.

EMERSON MARANHÃO – risos

RUY LIMA – *que é o mesmo que reconhecer que o Índio tem alma e negro é gente. Ela diz que é hetero e que pra ela, movimento a favor da união homo afetiva é o caminhar da humanidade.* O professor Jorge lá do Meireles, também do bairro do Meirelles, diz que o casamento gay não traz nenhum prejuízo para a sociedade, e por isso ele é a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo. O Ronaldo Piper do Aldeota diz que os seres humanos que tem orientação homo afetiva tem que ser respeitados da mesma forma que os heteros são respeitados. O Ivo Gonçalves do Itaperi, ele diz que devido a pressão da sociedade muita gente que concorda com o casamento entre pessoas do mesmo sexo não dizem isso publicamente, não dão a sua verdadeira opinião. A Marcela lá do São Gerardo, diz que o professor Rebouças tem razão, uma senhora deixou o marido para viver com um ganço. O que é isso Marcela?

EMERSON MARANHÃO – risos

RUY LIMA – Que história é essa Marcela?

EMERSON MARANHÃO – risos

RUY LIMA – Isso é piada, só pode ser piada isso! Eu não acredito nisso! Marcela, aqui é um programa sério Marcela!

EMERSON MARANHÃO – risos

RUY LIMA – O Nilton lá da Barra do Ceará, diz que é contra o casamento gay porque a maioria dos gays se julgam donos da verdade, inclusive o Emerson que se acha o dono da verdade. O Roberto lá de Cascavel, o que falta é respeito mútuo dos direitos de ambos da mesma forma que desrespeitam os gays não aceitam os evangélicos. A Inês lá da Prainha diz que concorda com o professor, aqueles que não concordam com os gays são discriminados e obrigados a aceitar o homossexualismo.

EMERSON MARANHÃO – Rui, eu só queria, é, pra tirar uma duvida aqui. A pouco, no bloco anterior, o professor Rebouças falou que o casamento gay não segue a vontade de Deus. Eu queria saber a sua religião? Por favor, professor Rebouças.

CARLOS REBOUÇAS – Eu sou católico, apostólico, só não sou romano. Eu sou católico, porque católico significa universal. Apostólico, porque eu sigo o que os apóstolos pregaram. Eu só não sigo as bulas, certo? Então, eu sigo o evangelho, a minha, aí você ta perguntando pessoalmente, né?

EMERSON MARANHÃO – isso.

CARLOS REBOUÇAS - A minha condição pessoal de crença, eu creio no evangelho. Eu creio num Deus que

EMERSON MARANHÃO – Qual a igreja que o senhor freqüenta?

CARLOS REBOUÇAS – Igreja Batista Central de Fortaleza.

EMERSON MARANHÃO – Obrigado

RUY LIMA – O Artemio lá do bairro Ellery, ele diz que *ele é casado, tem a mulher e tem uma filha de cinco anos de idade e diz que outro dia não conseguiu ficar numa praça, as sete horas da noite, porque tinha homens se beijando no meio da praça.* Te incomoda, esse fato de você encontrar dois homens se beijando Rebouças?

CARLOS REBOUÇAS – Ou uma mulher, ou um homem e uma mulher também.

RUY LIMA – Um homem e uma mulher também

CARLOS REBOUÇAS – Imagine um local público, um local público, o nome já ta dizendo, é público. Ali eu tenho criança, ali eu tenho adolescente, ali eu tenho adulto, eu tenho tudo ali. Se um casal, aí eu não vou entrar no mérito de que tipo de casal, de gênero. Se o casal quer se beijar de uma forma mais, né,

acalorada, de forma mais afetiva, com mais amor, né? Faça isso em casa. Não tem pra que estar no meio da rua escandalizando quem quer que seja. Porque no meio da rua eu tenho que respeitar as pessoas que estão ali, a rua não é minha. Eu não sou dono da rua. Então, eu penso que nem tanto dois homens ou duas mulheres ou um homem e uma mulher também não tem que está se agarrando, se atracando no meio da rua pra escandalizar ninguém.

RUY LIMA – O Frederico lá do Meireles, Emerson, ele pergunta o seguinte pra você: *se os dois primeiros seres humanos tivessem sido homossexuais onde é que você estaria hoje?*

EMERSON MARANHÃO – Mas uma vez ele se refere a bíblia, ele se refere a religião, eu recomendaria que ele fosse ler um rapaz chamado Darwin. Ele sabe onde eu estaria hoje.

RUY LIMA - Você ta mencionando a teoria da evolução das espécies que é contrária a teoria

EMERSON MARANHÃO – criacionista

RUY LIMA– criacionista que diz que o homem foi criado por macaco.

CARLOS REBOUÇAS – Vindo do macaco, aí eu seria um mico leão dourado, né eu?

RUI LIMA – Não sei.

CARLOS REBOUÇAS – Se eu vim do macaco, não é!

RUY LIMA – risos

EMERSON MARANHÃO – pra o ouvinte que não está vendo, é que ele é galeguinho.

RUY LIMA – é! O Rogério Brandão

EMERSON MARANHÃO – risos

RUY LIMA – O Rogério Brandão, não sei de que bairro que ele é, *ele diz que ontem o Fantástico passou meia hora falando sobre a decisão de uma cantora*. Ele está se referindo a Daniela Mercury, que resolveu se casar com outra mulher. E é assim, *ele diz que a culpa é da mídia*.

EMERSON MARANHÃO – risos

RUY LIMA – O que tem uma coisa com a outra, Rogério? Eu não vejo essa relação de causa e efeito, né. Mas, já falamos sobre isso. O Damasceno lá do Parque Santa Maria, diz que *existe uma diferença muito grande entre ser contra e ser homofóbico*. Tá se referindo ao leitor que

EMERSON MARANHÃO – a Estela Mares

RUY LIMA – a Estela Mares que disse que, que achava que o Rebouças é homofóbico.

CARLOS REBOUÇAS – Se me permite só dizer uma coisa. A constituição federal garante, né Emerson, a livre manifestação do pensamento.

EMERSON MARANHÃO – Sim.

CARLOS REBOUÇAS – Se eu agora, se eu chegar, pegar esse pensamento, se eu pegar esse meu pensamento e eu prejudicar o direito de alguém ou proibir que alguém exerça algum direito que a lei garante, aí sim eu to discriminando. Mas, dizer o que eu penso, é um direito que o nosso país que veio de uma ditadura, que lutou por tantas décadas. O direito que

EMERSON MARANHÃO – Pois é professor, mas o senhor não pode estimular ao ódio, né?

CARLOS REBOUÇAS – Jamais.

EMERSON MARANHÃO – Estimular ao ódio, nem estimular agressão.

CARLOS REBOUÇAS – jamais, me diga se eu lhe agredi

EMERSON MARANHÃO – não, eu só to dando uma contribuição a sua fala

CARLOS REBOUÇAS – Tá bom.

EMERSON MARANHÃO – Você pode se manifestar

CARLOS REBOUÇAS – Claro, e deve.

EMERSON MARANHÃO – Tanto que você não incite a violência nem o ódio.

CARLOS REBOUÇAS – A incitação a violência é crime.

EMERSON MARANHÃO – É

CARLOS REBOUÇAS – É crime.

EMERSON MARANHÃO – É, eu sei.

RUY LIMA – Pois é Emerson, mas o que você ta dizendo, você acha que uma pessoa, como o professor Rebouças, que é contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, esse tipo de posição de alguma forma incita a violência contra as pessoas do mesmo sexo que se casem e que estão juntas?

EMERSON MARANHÃO – Depende muito da fala do cidadão. Eu não estou dizendo aqui que o professor Rebouças está incitando violência, de maneira nenhuma. Mas, existem pessoas que incitam, ele sabe disse tão bem quanto eu.

CARLOS REBOUÇAS – Dos dois lados, né Emerson?

EMERSON MARANHÃO – Sim.

DJALMA PINTO – Qual é o limite da liberdade de expressão? Exatamente no momento em que ela começa a causar dano ao outro. Aí ela encerra-se.

RUY LIMA – O Ademir Bandeira lá da Parquelândia: *parabéns ao professor Rebouças! Sou a favor do relacionamento, mas penso no futuro de onde virão nossas crianças. A Daniela fez isso para reaparecer na mídia.*

EMERSON MARANHÃO – Rui, deixa eu falar uma coisa. Essa história do futuro, o casamento gay não implica a obrigatoriedade do casamento gay, nem o fim do casamento hetero. Os casais heteros vão continuar existindo e continuar se reproduzindo. Não é porque que vai se legalizar ou reconhecer a legalidade do casamento gay que os heteros deixarão de se casar e se reproduzir.

RUY LIMA – Até parece que ontem na matéria da, não sei se foi ontem que eu vi no Fantástico também, o casamento entre duas mulheres que uma delas engravidou. Pega o

EMERSON MARANHÃO – Sim, é claro.

CARLOS REBOUÇAS – Mas aí, nos já entramos em outros dois pontos que dá pra fazer mais dez programas desse.

RUY LIMA – é

CARLOS REBOUÇAS – O primeiro ponto é seguinte, aí eu entendi o que o ouvinte falou porque eu penso que ele não falou, escreveu direcionando a proibição do casamento ou, que aí eu vou lembrar o que eu falei. Deveria se criar um outro instituto, né, para que os homossexuais tivessem seus direitos resguardados. Nada contra isso.

EMERSON MARANHÃO – O senhor sabe que vários países do mundo já se equiparou o casamento gay ao casamento heterossexual, não sabe disso?

CARLOS REBOUÇAS – Assim como vários países tem pena de morte.

EMERSON MARANHÃO – Sim

CARLOS REBOUÇAS – Né, como vários países do mundo tem, se uma pessoa furta ela tem a mão cortada, se outra vez ela tem a outra mão cortada. Não quer dizer que nos vamos agora pegar e adotar

EMERSON MARANHÃO – Não, não to falando isso não.

CARLOS REBOUÇAS – Certo. Então, o seguinte, é, outro ponto que aí você falou aí, já vem outro ponto polemico demais, que é a adoção, né, de crianças por casais homossexuais ou

EMERSON MARANHÃO – ele não falou em adoção, falou em fertilização em vitro.

CARLOS REBOUÇAS – É que eu falei o “ou”, eu ainda vou falar. Ou quando um desses pares, né, que é um par que forma ali, os dois homossexuais, usa o seu próprio sêmen ou o seu próprio útero e aí pega emprestado o material de outra pessoa e aí tem um filho. E tem aquela criação naquela família agora nova homossexual. Agora é outra discussão.

RUY LIMA – Outra discussão. É outro debate que nos faremos nos próximos programas.

DJALMA PINTO – Deveria ser ouvido para que a sociedade tomasse uma posição.

RUY LIMA – A gente tá chegando ao final do nosso debate de hoje, eu quero agradecer ao meu colega jornalista, Emerson Maranhão, repórter especial do Jornal O Povo. Ao advogado e professor universitário Carlos Rebouças. E ao nosso debatedor de hoje, o advogado Djalma Pinto. Muito obrigada pela participação de vocês e agradecer especialmente a você que nos escuta e nos acompanha, nos ajuda a fazer o Debates do Povo que hoje teve participação de Kiko Gomes no áudio, produção de Letícia Lopes, Sávio Sousa. Editoria executiva de Maryllenne Freitas, direção geral de conteúdo Arlen Medina Nery.

VINHETA – APRESENTAÇÃO RUY LIMA

RUY LIMA – Obrigado pessoal! Boa Tarde, até amanhã! Boa Sorte!

VINHETA – DEBATES DO POVO

TRANSCRIÇÃO

PROGRAMA DEBATES DO POVO / 09-ABRIL/ TERÇA-FEIRA

PRIMEIRO BLOCO

VINHETA – DEBATES DO POVO, APRESENTAÇÃO RUY LIMA.

RUY LIMA – Salve! São onze horas e três minutos em Fortaleza. Começa agora o Debates do Povo na sua FM 95.5

RUY LIMA – A lei da ficha limpa inaugurou um momento importante na vida política brasileira. O início de uma reforma política no nosso país onde a sociedade através de um projeto de iniciativa popular, com quase cinco milhões de assinatura, disse que queria uma política menos contaminada, mais honesta, com menos influência de caixas dois, com mais transparência onde recursos para a saúde, para a segurança, para a educação não sejam desviados para o bolso de alguns poucos políticos e empresários. Agora, é preciso um passo maior, uma reforma política profunda. Hoje, o congresso nacional começa a votar uma reforma política para o Brasil. Para conversar conosco, sobre esse assunto, estão aqui a deputada estadual pelo PT Raquel Marques e o advogado integrante da plataforma dos movimentos sociais para a reforma política no Brasil, Arnaldo Fernandes. O nosso debatedor é o advogado Djalma Pinto. Você ouvinte, você em casa participa do programa pelo telefone 3066.4030. Telefone, participe! Muito obrigado pela presença de todos vocês. O nosso debate de hoje eu quero começar fazendo uma pequena consideração que é o seguinte: A PEC que está sendo discutida e provavelmente será votada, começará a ser votada hoje no Congresso Nacional, prevê Raquel o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais, a realização de todas as eleições numa única data, a alteração da data da posse de presidente, prefeitos, governadores e a facilitação da participação popular na proposição de projetos de lei

e emendas constitucionais. Não falta amplitude a essa reforma política, não é muito pouco o que está sendo discutido no congresso, o país não precisa de mais?

RAQUEL MARQUES – Bom dia Rui Lima, bom dia a todos os ouvintes do seu programa, é, aqueles que vão participar aqui do programa, doutor Djalma Pinto, doutor Arnaldo, e eu quero dizer da satisfação de poder ser convidada pra esse debate e ressaltar a importância né, que a Rádio O Povo está dando ao tema, ao debate que é fundamental que toda a sociedade possa se impoderar dessa discussão. Inclusive também ressaltar é, que o jornal O Povo também dedicou no seu domingo que, no jornal de domingo toda a matéria grande sobre esse tema da reforma política. Eu acho que é fundamental que a gente realmente possa envolver a sociedade e num tema hoje fundamental pra gente avançar, fortalecer a nossa democracia. A reforma política certamente a que eu desejaria, é que aqui inclusive, o meu partido, o partido dos trabalhadores defende. E quero dizer inclusive que eu também como mulher, como feminista, também defendo que seria uma reforma política bem mais ampla do que esses pontos aqui hoje estão colocados na pauta. Inclusive para a votação imediata ou próxima por parte da Câmara Federal, e seja através de uma PEC, né, que é que contempla o financiamento exclusivo, há também as novas regras para o sistema eleitoral através de uma lista mista e a coincidência das eleições em uma única data que trata de uma PL bem como das leis do fim das coligações nas eleições proporcionais. Então, a reforma política que eu esperaria também, é uma reforma bem maior. Mas eu acredito, eu acho que já há um amadurecimento do país, do parlamento federal pra que a gente possa é, pelo menos votar aí o que hoje já está na pauta, né, e que no meu entendimento, é, se reveste de uma importância tendo em vista a nossa democracia ser uma democracia jovem. Mas hoje, é, a sociedade precisa, né, para fortalecer a democracia que seja feita essa reforma política.

RUY LIMA – Do ponto de vista prático deputada, o quê que muda na prática com essa proposta que está sendo discutida e provavelmente começará ser votada hoje?

RAQUEL MARQUES – Eu queria

RUY LIMA – Muda alguma coisa na polícia ou continua tudo na, porque me parece que muda muita pouca coisa, né.

RAQUEL MARQUES – Não eu sou mais, é, eu tenho nesse ponto, não sou tão cética assim. Mas, eu acredito, por exemplo, quero destacar um ponto, financiamento público de campanha.

RUY LIMA – Sim, é uma questão importante sem dúvida.

RAQUEL MARQUES – Isso é uma questão hoje fundamental, por quê? O que é que nos constatamos? Que a cada eleição, né, se intensifica as campanhas milionárias, né, e as candidaturas vinculadas ao poder econômico, criando uma desigualdade de disputa entre as candidaturas, né, vamos dizer as candidaturas que tem uma relação com o poder econômico e as candidaturas populares, as de vindas do, inclusive de setores populares da sociedade, de trabalhadores e trabalhadoras que se encontram num, é, num patamar diferenciado de disputa tendo em vista a questão é, do financiamento privado, né, e que a cada eleição, é, torna essas campanhas cada vez mais caras. Então, eu acho que esse é um ponto que nós não podemos mais conviver com isso. Além de todas essas questões, que inclusive está relacionada a escândalos, né, do ponto de vista de corrupção está ligada também a esse financiamento privado de campanha.

RUY LIMA – Arnaldo você acha que o que está sendo proposto no Congresso é tímido, falta amplitude da reforma, qual é a avaliação que você faz do que está sendo proposto?

ARNALDO FERNANDES – Bom dia! É, primeiramente assim, faz se necessário destacar que a proposta de reforma política que está em inclinação no congresso não é a única, né. É, são várias, são inúmeras propostas que tramitam no congresso nacional desde muito tempo, né, e de fato mudanças muito tímidas foram implementadas na legislação, com tudo na legislação eleitoral. E aqui vale um destaque, quando se discute a reforma política, inclusive essa é uma perspectiva da plataforma dos movimentos sociais para uma reforma política no Brasil. É, se faz necessário discutir todas as formas de detenção e de exercício no poder e da sociedade. Não apenas do ponto de vista eleitoral, mas o ponto de vista, né, por exemplo, na questão da transparência da democracia da ação judiciário, da democratização do acesso a informação, né, e das comunicações, né, da democracia participativa, da democracia representativa que é o sistema eleitoral do partido, dos mecanismos de democracia direta. Ou seja, é um conjunto de aspectos que é bem mais amplo que você está pra além dos interesses que via de regra prevalece no âmbito do congresso nacional. Basta perceber que as pessoas que lá estão chegaram lá para a representação por um sistema viciado em grande medida falido. E a gente supõe que esse pessoal não quer mudar. Se eles se

beneficiam do sistema, então nesse sentido, a minha posição pessoal e acredito que de muita gente é uma posição cética. Cética, não no ponto de vista digamos de ser simplesmente contra porque é contra. Não, há todo tipo de avanço na democracia ela é importante. Agora, a gente não pode esperar muita coisa, de muitos avanços por parte de pessoas que estão hoje exercendo o poder representativo, como se absoluto fosse, em grande medida, beneficiado por um sistema que é corrompido.

RUY LIMA – Ô Djalma, o que o Arnaldo ta dizendo, me parece que é como deixar a reforma política na mão dos políticos, como botar o lobo pra tomar conta do galinheiro.

DJALMA PINTO – Bom dia ouvinte, bom dia deputada, bom dia doutor Arnaldo. Olhe, em ultima analise ele está dizendo isso. Mas, ainda ele quer dizer que ao invés de reforma política nos precisamos é de uma verdadeira reforma na mentalidade para compreender a finalidade do mandato e a pro finalidade do Estado. O Brasil precisa educar as suas crianças desde o primeiro grau que o mandato é o instrumento para servir a sociedade, é um instrumento para você realizar ou buscar realizar o bem comum, cumprir as finalidades do, por exemplo, de elaborar as leis, sempre com a intenção voltada para o melhor para a coletividade. Então, nos temos, por exemplo, um problema sério. O Brasil consagra igualdade na disputa pelo poder, mas a igualdade ela só é formal, porque começa o cidadão porque está num partido porque tem mais deputado na Câmara Federal, ele vai disputar a eleição municipal aí o adversário dele tem dez minutos, e ele tem um minuto de televisão, dois minutos de rádio e de televisão. Então, como é que uma pessoa vai disputar com um que tem dez minutos e o outro tem dois. A eleição majoritária no seu município, com base na representação que o partido que cada um tem na câmara dos deputados. Então, já está consagrada a desigualdade. Segundo a desigualdade, o financiamento da campanha, porque tem perspectiva de ganhar e depois de determinado grupo econômico, tem uma campanha que vai o seu próprio partido estabelecer o quanto vai ser gasto naquela campanha. O outro porque não tem perspectiva nenhuma não vai ter recurso algum para financiar as suas propostas e para apresentar as suas propostas. Então, aí começa a seguinte indagação: precisamos do financiamento público de campanha. Por outro lado, qual é a motivação que o eleitor contribuinte no Brasil tem para, por exemplo, financiar campanha de Renan Calheiros, de Jader Barbalho, de José Sarney e de outros que estão inclusive denunciados perante o Supremo Tribunal Federal? Então, me parece que a primeira grande providencia para garantir a longevidade da democracia brasileira, teria exigir que o Supremo Tribunal Federal julgue todos os deputados e senadores que estão denunciados. Porque Rui, é uma síntia a cidadania, a civilização não pode compreender que o cidadão que está denunciado perante o Supremo Tribunal Federal vá exercer a função de

RUY LIMA – Presídio Tribunal Federal

DJALMA PINTO – Isso é uma vergonha para o Estado democrático de direito de qualquer república. Então, nos precisamos fazer de inicialmente uma reflexão sobre essa mudança de mentalidade. Por outro lado, nos temos outro problema sério. A lei, inclusive a lei 9504, ela consagra o financiamento público de campanha, falta só implementar o disciplinar a concretização.

ARNALDO FERNANDES – Segundo os partidários.

DJALMA PINTO - Exatamente. Então, precisamos desse disciplinamento, como é uma matéria que provoca um constrangimento dentro da sociedade, aí fica essa questão sendo adiada, não há consenso. Tens por outro lado essa clausula de barreira que está na lei também, na lei, a que regula a criação de partido no Brasil. O Supremo, entretanto, considerou inconstitucional, que a lei dizia que o partido que não determinasse a quantidade de voto ele tinha uma redução do partido tal, ele sofria uma restrição. O que é que se percebe no país? O partido não tem perspectiva nem tem interesse em chegar ao poder, entendeu Rui? Então, o que é que ele quer? Ele quer se coligar para depois extorquir o chefe executivo. Aí o que é que o Brasil tem? Que tá criando ministério para abrigar pessoas que não podiam nem numa democracia plena nem em que a rasuabilidade prevalecesse, o partido não teria nem aquela condição de ter aquele número de deputados. Então, querem o mandato para quê? Para extorquir o chefe do executivo. Por quê? Porque também não vou levar em consideração o interesse coletivo, mas o interesse exclusivamente pessoal daqueles integrantes daquelas determinadas agremiações que a pretexto de, se não me der isso eu não voto, se num fizer desse jeito também num voto. Aí fica o governo refém de quem não tem compromisso com o melhor com a população.

ARNALDO FERNANDES – O fundamental dentro do contexto de discussão dentro da reforma política, na verdade é a questão de fortalecimento de mecanismos de democracia direta e participativa. Por quê? Porque aí está o cerne da soberania popular, a soberania popular é o principal, talvez é o maior dos

princípios. Inclusive está na própria Constituição Federal, quando diz no seu artigo, parágrafo um artigo primeiro, que o professor Djalma conhece bem, é que todo poder manda no povo. Ou se todo poder manda no povo, então, deve-se dar ao povo ou ainda devolver ao povo o poder que lhe pertence. Para tanto, a melhor forma de exercício desse poder é via fortalecimento da democracia participativa e dos mecanismos de democracia direta. Existe uma crise de legitimidade no nosso sistema político. E essa crise se dá sobre tudo pela distancia que cada vez maior entre o estudo de fato assumido pelos representantes e de outro lado os reais interesse e necessidade do conjunto da população.

RUY LIMA – Existe uma questão muito polemica que está sendo discutida nessa proposta de emenda constitucional com a reforma política que é a questão que o item prevê o fim das coligações partidárias. Nós vamos falar sobre isso logo depois do intervalo. Você continua participando do programa pelo 3066.4030. A gente volta já!

VINHETA – DEBATES DO POVO

SEGUNDO BLOCO

VINHETA – DEBATES DO POVO, APRESENTAÇÃO RUY LIMA

RUY LIMA – Estamos de volta! Estamos de volta, são onze horas e vinte e dois minutos em Fortaleza. Estamos de volta com o Debates do Povo, conversando sobre a reforma política que começa a ser votada hoje em Brasília. Estou recebendo a deputada estadual do PT Raquel Marques, o advogado e colaborador da plataforma dos movimentos sociais para reforma política no Brasil Arnaldo Fernandes e o nosso debatedor de hoje o advogado Djalma Pinto. Lembrando que você em casa, você ouvinte participa do programa pelo telefone 3066.4030. O nosso ouvinte Ednardo Santos do Bom Jardim liga pra dizer que *concorda com o doutor Djalma e que nós não podemos nos esquecer que o PT teve envolvimento com o mensalão e com o famoso caso dos dólares na cueca*. O Luiz Costa lá do Cocó diz que lembra também Djalma *que o pastor Marcos Feliciano, atual presidente da Comissão de Direitos Humanos das Câmaras dos Deputados, também é denunciado na justiça. Responde segundo ele, responde por estelionato*. O João Paulo do Dionísio Torres, diz que *mais importante que a reforma política seria a reforma moral e ética dos próprios políticos*. O Cícero de Pacatuba. O que você ta cochichando aí Arnaldo?

ARNALDO FERNANDES – É subjetivo, é mais difícil, né. Tem que ter critérios objetivos pra poder a gente alcançar de fato.

RUY LIMA – É. O Cícero lá de Pacatuba, ele diz que *não é favorável as eleições de quatro em quatro anos porque, segundo ele, os benefícios para a população só aparecem na época de campanha eleitoral e isso as pessoas teriam que esperar mais tempo*. Mas, isso é um tremendo desvirtuamento da política, né Raquel? Política não é isso. O Marcos lá do Cocó, ele diz que, *ele pergunta o que vai impedir na prática que o candidato que seja empresário e que tenha muito dinheiro, use o próprio dinheiro na sua campanha?* Mas, isso tá previsto na no projeto de emenda constitucional, que proíbe, que você estabelece a criação de um fundo partidário, não é isso? Me corrijam se eu tiver errado. E proíbe que as pessoas usem o próprio dinheiro para financiar a campanha.

DJALMA PINTO– Se fosse um financiamento público exclusivo, se fosse aprovado. Porque no modelo que está hoje, quem fixa quanto é que cada candidato vai gastar é o próprio partido. Por ocasião do pedido de registro, o partido já diz quanto é que o candidato vai gastar.

RUY LIMA – Mas a proposta que está no congresso diz o quê ?

DJALMA PINTO – È o financiamento público, exclusivo.

ARNALDO FERNANDES – Exclusivo.

RUY LIMA – O financiamento público exclusivo. Quer dizer que você será criado um fundo

RAQUEL MARQUES – Com essa proposta, exatamente barra esse tipo de coisa

RUY LIMA– Esse tipo de utilização de financiamentos próprios para financiar

ARNALDO FERNANDES – O atual sistema é tão absurdo que prevê, por exemplo, a doação de empresas. Ora, a empresa não vota, se a empresa não vota, pra quê que doa. Não existe filantropia no capitalismo, interessada. A empresa doa porque ela quer depois um retorno, não é? E aí via de regra acontece os casos de corrupção na política, justamente a origem de muitos deles se dá no financiamento de campanha, desde o financiamento de campanha.

RUY LIMA – Agora, a proposta que prevê o fim das coligações partidárias Raquel, isso vai trazer muito problema para os pequenos partidos, né? Como é que você vê essa proposta?

RAQUEL MARQUES – Olhe, certamente essa é uma questão polemica do ponto de vista dos partidos pequenos, mas eu acho que ela é fundamental aí porque ela vai garantir a representação real de todas as forças políticas. E uma coisa que eu acho que no meu entendimento deve tá na base dessa reforma política, é a questão do fortalecimento dos partidos. Para que a gente tenha eleições baseadas em idéias e não exatamente em força do poder econômico, e sim em ideais que cada partido apresenta a sociedade que a sociedade se sente inclinada a estar com determinado partido por conta das suas idéias e aí o fim das coligações proporcionais, ela vem nesse sentido, de fortalecer a campanha enquanto, é uma campanha ideológica enquanto debate de idéias. Por isso, que eu acho que ele é importante. E, quando se cria as coligações proporcionais, você acaba realmente enviesando aí a representação real de cada um dos partidos. Por isso que eu acho que pra, isso cria dificuldades para a própria democracia porque você na realidade você não tá votando em cima de idéia, mas acaba por conta das coligações, alguns partidos se diluindo naquelas coligações. Então, nesse aspecto eu defendo o fim das coligações e que a real representação de cada partido esteja fielmente representado também nos parlamentos pela força de cada partido nas eleições.

RUY LIMA – Vocês acham que é saudável o fim das coligações partidárias nas eleições pela democracia no sistema político?

ARNALDO FERNANDES – É no meu entendimento certamente as coligações elas na verdade, elas na prática elas se constituem em ficções. Porque os partidos se coligam no período eleitoral e tudo, distribuir o tempo, negociar digamos assim e há quem diga que é negociar mesmo financeiramente. A questão dos caciques aí, dos partidos que se apresentam como donos, verdadeiros donos dos partidos, né, negociam entre si e aí fecham as coligações e muitas vezes coligações enormes durante o período eleitoral e logo após o período eleitoral eles se separam como se nada tivesse problema algum, como não se conhecesse antes, praticamente. Então, a coligação, o fim das coligações é importante nesse aspecto. Porém, essa regra não deve, digamos assim, ser engessada, não é. Por isso, no projeto de iniciativa popular, da plataforma sociais na reforma política no Brasil, não é, que está inclusive ocorrendo assinaturas no Brasil afora, prevê a formação de federações partidárias. A federação partidária ela tem um outro caráter, que ela é, que esse caráter é associado a questão da fidelidade programática ou da afinidade de programas, ou seja, seria um outro patamar não seria por tanto uma coligação circunstancial baseada em interesses, materiais e oportunistas, as circunstâncias. Seria um registro fundamentado em pontos de afinidade no programa partidário, nos partidos respectivos que queiram fazer formar a federação três meses, registrar três meses antes da eleição e com período de duração por até três anos desde a constituição. Ou seja, com isso você, a gente praticamente veda a questão da coligação é oportunista. Seria mesmo uma pactuação, a formação de um bloco. A gente vê aí, muitas vezes, nos partidos que são pequenos, mas ideológicos no campo da esquerda existem coligações por afinidade programática e não só por oportunismo eleitoral. Então, por que não a formação de blocos de federações de partidos para que junto defendam o interesse comum?

RUY LIMA – Essa proposta não iria prejudicar esses pequenos partidos, Djalma, que são partidos ideológicos, representativos e que estariam inviabilizados na reforma?

DJALMA PINTO – Olhe, essa idéia da coligação objetiva exatamente garantir, por exemplo, que o partido pequeno ele atinja o cociente eleitoral. Por que? Porque ele soma os votos de todas os candidatos das agremiações para atingir aquele número mínimo a partir do qual será escolhido ou será indicado o representante. Então, ela tem esse lado positivo. Por outro lado, onde é que tá o problema? É que não existe afinidade ideológica. Realmente o partido está ali por mero oportunismo. Quando terminou, cada um pega lá o seu mandato e tal e é grave até. É que o supremo disse no primeiro momento que o mandato era do partido, depois ele retificou, disse que não o mandato quando vai substituir vai ser pelo mais votado na coligação. O partido já não tem mais aquela titularidade que no primeiro momento foi reconhecida. Ele vai ter, ser o, quando o filiado sai, licencia ou renuncia ao mandato, a pessoa convocada não é mais aquele filiado do mesmo partido, é da coligação. Então, criou uma situação é de insegurança

jurídica até. E eu acredito que a melhor solução seria essa federação, que é essa proposta da instituição do professor Arnaldo que está acolhendo assinaturas.

RUY LIMA – Voltando ainda a questão que foi colocada pelo Arnaldo, no sentido de que uma reforma a executada pelos políticos, pelos deputados que estão atualmente na Câmara Federal. Não seria mais correto a criação de uma de uma mini assembléia constituinte para votar essa reforma política?

DJALMA PINTO – Olha Rui, eu acho assim. Por exemplo, é difícil a pessoa que ta advogando em causa própria e com essa mentalidade dominante no Brasil, que é do poder, de perpetuação, é difícil produzir uma lei realmente que vá atender as expectativas das futuras gerações. Então, eu acredito que sob o ponto de vista fático, poderia se fazer uma reforma política para vigor daqui a dez anos, por exemplo. Aí, como os participantes saberiam que o que não teriam seus benefícios, não teriam os seus interesses imediatamente contrariado, aí eles poderiam abdicar daquele interesse pessoal aí produzir sim uma norma pessoal que garantisse uma instabilidade uma impessoalidade para o processo. Por quê? Porque essa idéia da perpetuação do poder é um equívoco. Inclusive essa idéia da própria corrupção de usar o cargo para de beneficiar é um equívoco. Porque todo mundo copia essa riqueza. Um dos homens mais ricos do mundo é o Nelson Mandela. O Nelson Mandela se pedisse, abrisse um site e dissesse que estava precisando de dinheiro, qual é o cidadão lúcido e boa fé que não queria colaborar para mandar dinheiro de qualquer canto do mundo pra ele? Veja, o homem foi ovacionado naquela Copa que houve na África do Sul. Por quê? Porque exerceu o poder com altivez e usura. Então, é isso que nos precisamos compreender, aí a partir dessa visão, fazer uma norma que seja uma norma estabilizada para as eleições para as gerações que virão, sem pensar no interesse pessoal de cada um. Nós vamos morrer daqui a pouco, qual é a, o que deixaremos, qual é o nosso legado para as gerações que virão? Como quais foram os legados daqueles nossos antepassados? Essa, eu acho que é a grande questão que precisa ser difundida.

RUY LIMA – Raquel

RAQUEL MARQUES– Bem, eu queria também ressaltar que uma outra questão que está na pauta aí da discussão da reforma política, que é a questão da lista mista, né? Porque na realidade, eu até quando falei inicialmente, estava falando também como feminista, porque a gente quer garantir, ampliar os espaços de poder para as mulheres. Por isso que eu defendo inclusive uma reforma política mais radical ainda do que tá colocado. Eu defendo uma lista pré-ordenada, qualitária, com alternância de gênero, um homem ou uma mulher, ou melhor, uma mulher e um homem, uma mulher e um homem. Então isso realmente garantiria um aumento da participação feminina na representação política pra

RUY LIMA – Como é que funcionaria isso exatamente Raquel, uma mulher homem, uma mulher homem onde exatamente? O quê que é isso exatamente?

RAQUEL MARQUES – É, cada partido teria a sua lista pré-ordenada, né. As listas são do partido e essas listas sempre contemplariam essa alternância de gênero. E ao você votar num partido, né, você vai está votando ali em cinquenta por cento, você garantiria que cinquenta por cento dos espaços dos parlamentos, cinquenta por cento de mulher e cinquenta por cento de homem.

DJALMA PINTO– È Rui é deputada. Agora tem um problema aí.

RUY LIMA – É uma proposta interessante.

DJALMA PINTO – O problema é o seguinte: hoje, trinta por cento, em qualquer chapa pra ser registrada tem que ter trinta por cento de mulheres, setenta de homens, de cada sexo, não pode passar. O problema, têm partidos que não conseguem, eles não conseguem aglutinar trinta por cento de candidatas. Aí, sai colocando as faxineiras e tal até é importante começar os partidos de agora busquem adesão de mulheres, porquê é uma coisa séria. Quando chega na hora que vai fazer o registro não tem os trinta por cento.

ARNALDO FERNANDES – Precisa de educação política.

RAQUEL MARQUES – Mas, aí nos temos que também os partidos, né, investir exatamente na participação da mulher, porque muitas vezes essa participação também é dificultada porque a mulher tem uma dupla, tripla jornada de trabalho não tendo tempo, né, está a nossa cultura coloca a mulher para a, direcionada para a vida privada enquanto que o homem está direcionado para a vida pública, né. Nós precisamos romper exatamente isso, criar um equilíbrio onde homens e mulheres possam dividir suas tarefas do ponto de vista dos cuidados da casa, dos cuidados é com os filhos, né, e isso não ser sobrecarregado em cima da mulher e com isso ela passa a não ter tempo de se dedicar as atividades

públicas, né, a política e os partidos tem que realmente garantir esse estímulo. Mas, só com a lista pré-ordenada Rui que nós iríamos realmente garantir que cinquenta por cento das mulheres estivesse realmente nos parlamentos. Porque com na com a política de cotas, você tem, você ta decidindo sobre as candidaturas, né. Com a lista pré-ordenada não, nós estamos aí decidindo sobre as cadeiras do parlamento. É realmente uma revolução e a gente tem que partir e é isso que eu acredito para realmente garantir e expandir os espaços das mulheres no poder. Primeiro porque nos somos cinquenta por cento da população, até um pouco mais, nos queremos participar, nos queremos está na vida pública. Outra, que também as mulheres tem questões específicas, né, que a própria nossa sociedade, que a gente se defronta, né que tão aí, que é a questão da própria violência contra a mulher, as desigualdade de gênero, é a questão que não há equidade salarial entre homens e mulheres. Então, são questões específicas que precisam ser tratadas. Mas, no geral é porque nós queremos ter a igualdade e a oportunidade de estar ocupando esses espaços de poder.

ARNALDO FERNANDES – Vou ainda além. A questão da disparidade, de participação, né, de homens e mulheres na política, né, com a questão da implementação da lista partidária com a alternância de gênero, que é uma coisa inclusive que também está contida na proposta iniciativa popular da plataforma dos movimentos sociais. Tem também e se faz necessário exigir também que os partidos adotem critérios para a participação dos grupos chamados minoritários ou majoritário na sociedade, que são maioria social, os negros, a população LGBT, né, a questão das pessoas com deficiência, os indígenas e etc, entendeu? É importante que os partidos também, né, adotem critérios, a juventude também, tem a questão geracional aí também que é importante ser observada. Então é importante que os partidos estabeleçam critérios, né, para inclusão dessas pessoas no processo, né, de participação mesmo na democracia interna do partido, e também quando na definição da lista partidária para o processo eleitoral.

RAQUEL MARQUES – Inclusive eu quero dizer, ressaltar, viu doutor Arnaldo, que no caso, o meu partido sempre foi vanguarda nesse sentido, né, e hoje o nosso ultimo congresso nós aprovamos cinquenta por cento das direções partidárias, né, todos os níveis, né, seja nível municipal, estadual, federal do PT, cinquenta por cento são de mulheres e cinquenta por cento são de homens. Então, doutor Djalma, exatamente responde sua indagação, né. Nós estamos, a medida que nós definimos o que todas as nossa direções tem que ter cinquenta por cento de mulheres e que todos os nossos congressos, é encontros, tem que ter a proporcionalidade também de delegados e delegadas, nós estamos levando as mulheres a ter uma participação política e estimulando para que ela entre na política e efetivamente esteja preparada pra ser candidata, né, e está ocupando esse espaço de poder.

ARNALDO FERNANDES – O PSOL, que é o partido do qual eu sou filiado, ele faz, exerce esse critério desde o congresso passado, e atualmente cinquenta por cento da direção ela é composta por mulheres.

RUY LIMA – O nosso ouvinte Eivaldo Nobre da Cidade 2000, é, diz que *os deputados Genuíno e João Paulo Cunha do PT foram condenados e continuam exercendo mandatos no congresso*. O Carlos Eduardo da Aldeota, ele diz que *deveriam reduzir o número de partidos no Brasil, existem muitos partidos no Brasil*. O César Lucena lá de Aquiraz diz que *a reforma política vai representar, vai ser um reflexo da mentalidade dos nossos políticos e será mais uma decepção*. A Estela Mares do Meirelles dá parabéns a deputada Raquel por apoiar um curso de feminismo e fundamentalismo religioso que ocorre a cada dois meses na Assembléia Legislativa. Você tem um curso de fundamentalismo religioso dentro da Assembléia, como assim, cara pálida?

RAQUEL MARQUES - (risos) nós somos a procuradora especial da mulher na Assembléia, né, e a gente apoiou essa iniciativa, né, de um curso de sobre exatamente sobre esse tema que você colocou, a questão do feminismo levando as mulheres a ter uma ação também política em todos os aspectos aí do

RUY LIMA – Mas tem fundamentalismo religioso também nessa história?

RAQUEL MARQUES – Pra que as mulheres também estudem o que significa isso. Tá certo? Dentro do tema do seminário

RUY LIMA - Mas, ontem eu, nos comentamos uma história parecida aqui com uma colega sua, deputada, que faz uns cursos de

ARNALDO FERNANDES – um culto, um culto!

RYI LIMA – que faz cultos de Assembléia.

ARNALDO FERNANDES – Da Assembléia Legislativa.

RUY LIMA – Da Assembléia Legislativa que nós criticamos isso ontem aqui

ARNALDO ERNANDES – Deputada Silvana.

RUY LIMA - Deputada Silvana.

RAQUEL MARQUES – É, e nós exatamente capacitamos as mulheres a entender esses processos.

RUY LIMA – Mas, o poder público sendo um poder laico

ARNALDO FERNANDES – É um Estado laico

RUY LIMA – caberia este tipo de coisa deputada, dentro da Assembléia, deputada?

RAQUEL MARQUES – Mas, é exatamente por isso que nós estamos, ao discutir isso nós estamos reafirmando que o Estado é laico e por isso nós não temos que combater esse fundamentalismo religioso.

RUY LIMA – Ah, então espera aí, então eu não entendi direito, então. Então, não é

RAQUEL MARQUES – não é defendendo o fundamentalismo não.

RUY LIMA – Não é um curso religioso?

RAQUEL MARQUES – Não, não.

RUY LIMA – É um curso de combate ao fundamentalismo religioso.

RAQUEL MARQUES – Isso, isso. Exatamente.

ARNALDO FERNANDES – Todas as formas de opressão, né, entre as quais o fundamentalismo.

RUY LIMA – Ahhhhhhh

RAQUEL MARQUES – Exatamente

RUY LIMA – Agora entendi. Eu pensei que fosse um curso de fundamentalismo religioso, de maneira que ta colocado aqui pelo ouvinte.

RAQUEL MARQUES – risos

RUY LIMA – Eu interpretei errado.

ARNALDO FERNANDES - É Rui, você me permite só uma coisa que me passou. Essa questão que você colocou como pergunta ancora, digamos assim no bloco, a questão da constituinte. No meu entendimento e de outras tantas pessoas, nós somos contra essa idéia, né, por que? Porque a constituinte, né, ela deve ser instrumento apenas em caso excepcionalíssimo de mudanças de paradigma e tal. A gente não pode abrir o precedente de pra tudo enquanto tá fazendo assembléia constituinte, porque a gente corre o risco de ta aqui na frente com grande retrocesso, entendeu? Por que? Porque na reforma, na assembléia constituinte você dá o cheque em branco, praticamente, pra pessoa mudar as coisas. Ainda que se use o argumento exclusivo, só que se abre uma assembléia exclusiva ali, abre uma reforma tributária ali, entendeu, aqui? Abre uma tributária ali e outros tantos assuntos que nem sempre vão ser de interesse para o conjunto da população. E sabe se lá também é o resultado dessa assembléia constituinte, se vai ser interessante para a população e pro aprimoramento da democracia.

RUY LIMA – Intervalo, vamos pro intervalo. Você continua participando do programa pelo 3066.4030. A gente volta jáaaaaaaa!

VINHETA - DEBATES DO POVO

TERCEIRO BLOCO

VINHETA - DEBATES DO POVO

RUY LIMA – Estamos de volta, estamos de volta! São onze horas e quarenta e oito minutos. O Debates do Povo está de volta, hoje conversando sobre a reforma política que começa a ser votada hoje em Brasília. Estão aqui conosco a deputada estadual do PT Raquel Marques e o advogado e colaborador da plataforma dos movimentos sociais para a reforma política no Brasil, o Arnaldo Fernandes. E o nosso debatedor de hoje, que é o advogado Djalma Pinto. Lembrando que você em casa participa do programa mandando perguntas, mandando comentários pelo 3066.4030. Como fez o nosso ouvinte Marcos Andrade lá do Passaré dizendo que *nos dias atuais é fácil entrar na política e ganhar muito dinheiro. Ele disse que num certo município, um secretário não podia ficar na cidade, não podia morar na cidade, então assumiu pro forma e colocou o filho dele sem nenhuma instrução para ser o secretário no lugar dele e ficou lá ganhando dinheiro lá, ganhando salário de secretário.* Isso é uma anomalia que a gente espera que acabe na política, né Raquel? O Eudes Lins lá do Dendê, ele diz que *não concorda com a lista única, proposta pela deputada Raquel Marques. Diz que é do PT e que não votaria nessa reforma, pois não iria eleger pessoas que não o representam.*

ARNALDO FERNANDES – Reforma política, formação política do PT

RUY LIMA - O Paulo do Centro da cidade *diz que o voto é meu e quero votar em quem eu quiser, de presidente a vereador. Não quero dá esse direito a donatários de partidos, principalmente aliados de Maluf.* Mas, que história é essa Paulo? Ele fez uma miscelândia. Será que ficou um mal entendido essa questão da lista, Raquel?

RAQUEL MARQUES – Eu acho que nós temos que compreender que o partido é um instrumento de mediação, né, entre o cidadão e o Estado. Nós só vamos ter uma democracia forte se a gente tiver partidos políticos fortes, onde o debate se dê por questões programáticas, por questões ideológicas, com as pessoas conscientes, né. A questão do voto personalista não ajuda a consolidar essa relação do eleitor com, é, com o partido, com as idéias, com, você precisa realmente de partidos fortes para que a gente tenha esse entendimento. Agora, eu queria também dizer que as questões das mulheres, né, eu fiz aqui a defesa das mulheres, a participação das mulheres no espaço de poder, né, porque nos temos que realmente ter medida que possa se contrapor a uma dominação histórica que as mulheres sofrem, né, sendo afastadas dos espaços de poder, né, inclusive se utilizando de uma cultura, uma cultura consolidada, de machismo, né, que faz com que as mulheres não estejam ocupando os espaços que lhes são devidos, né. É fato, isso é fato, as mulheres estão morrendo pelo simples fato de serem mulheres, são assassinadas pelo simples fato de serem mulheres. As pesquisas colocam que mulheres ganham menos na mesma função de que os homens, ganham cerca de quarenta por cento a menos, né. Então, isso é realidade. Pra romper com essa realidade, com essa histórica dominação, nós temos que garantir que as mulheres possam estar nesse espaço de poder. Por isso sou defensora com muita consciência de que a gente vai ter também uma democracia fortalecida se a gente estiver as mulheres participando efetivamente. Queria só e também responder a uma das questão colocada em relação ao deputado Genuíno e ao deputado João Paulo Cunha, que na realidade, a ação penal chamada de Mensalão, ela ainda é, deve estar sendo ainda, acredito por esses dias publicado acórdão e a partir daí entra nas fases dos recursos. Então, não está, não transitou em julgado essa ação, né. Então, os deputados estão nos seus plenos direitos políticos de serem deputados, parlamentares. E que depois de concluído todo a ação, é que o parlamento, a Câmara Federal tem autonomia de definir a questão do futuro.

RUY LIMA – O que não deixa de ser um absurdo, né deputada Raquel, porque são duas pessoas que estão condenadas pelo Supremo Tribunal Federal e evidente que ainda cabe recurso, mas de acordo com a ficha limpa não deveriam jamais ter assumido a função, o cargo de deputado? É o mesmo caso do Renan Calheiros que mencionou o doutor Djalma Pinto a pouco, que é um político que tá é, que está

DJALMA PINTO – denunciado.

RUY LIMA – Denunciado no Supremo Tribuna Federal e assume a presidência do senado.

ARNALDO FERNANDES – Com devido respeito a deputada Raquel, eu só queria colocar uma questão aqui que é a seguinte: é, houve a condenação no Supremo e não existe a possibilidade de reverter, né, o resultado da condenação, né? Ou seja, esse fato, por si só, né, já colocaria para o partido, né, a necessidade de refletir sob a sua postura, né, e preventivamente, tudo bem que, que ele tem o direto ainda

de que não foi julgado de assumir a suplência e tal, isso aí tudo bem, ok. Agora, fazer parte de uma comissão é uma decisão política do partido. E aí, tem os bons e ruins. A democracia é assim.

DJALMA PINTO - O problema que eu vejo é o mais grave ainda. Por que? Porque quando você está exercendo o mandato, você está como um educador, você está como um paradigma, como uma referência na sua sociedade. Então, quando você tem ou comete um crime mesmo que você não seja nem condenado, mas você tá denunciado, deu um tiro na cabeça de um cidadão, tudo filmado, “não, mas eu não fui condenado”, na segunda instância, pra pessoa se tornar, ainda é legível. Aí você vai colocar essa pessoa para ser representante do povo, você quebra qualquer motivação na base da sociedade no cumprimento, sobretudo, das leis penais. Nós temos uma sociedade que está vivendo um mar de insegurança, de agressividade. Isso estimula ainda mais o descumprimento da lei. Esse, eu acho, que é o ponto que precisa ser avaliado.

RAQUEL MARQUES – Nós precisaríamos de um outro programa para tratar esse assunto, né, eu pessoalmente, assim, sou contra execração pública desses deputados que tem os motivos pra isso né, são parlamentares que não, entrando inclusive no tema da reforma política, não trata-se inclusive da questão de caixa dois que eu acho, que eu, defendo a reforma política que exatamente pra que a gente possa banir esse tipo de coisa.

RUY LIMA – Acabar com a possibilidade do caixa dois

RAQUEL MARQUES – Exatamente. Então, mas, não estão condenados, não há processos de reconhecimento ilícito ou qualquer outra coisa questões desse gênero. Então, eu acho que é

RUY LIMA – Podemos dizer que não cometeram nenhum delito muito grave, mas cometeram delitos que tem que ser punidos.

RAQUEL MARQUES – Não

RUY LIMA – Não é Djalma?

DJALMA PINTO – Eu ia agora, o que eu acho que devia nessa reforma, o que devia ser examinado nessa reforma era o seguinte. Por exemplo, o cidadão foi eleito senador, colocou como suplente o seu filho, foi ser ministro, o seu filho não recebeu nenhum voto e aí vai ser representante do povo, vai produzir leite, votar emenda constitucional em nome do povo, isso é uma escrescência, um assândico contra a democracia Rui. Isso eu acho que devia ser um objeto que havia consenso aí para deliberar sobre isso.

ARNALDO FERNANDES – Assim, a plataforma do governo social das reformas políticas discute isso aí, e a questão, desse problema da suplência de senador. E também a gente defende na iniciativa popular de lei a questão da pessoa ser proibida inclusive de, deixar o mandato pra ocupar cargo público, né, que a gente vê muitas vezes. Isso aí, na verdade é uma acinte a vontade popular.

RUY LIMA – O nosso ouvinte, o nosso ouvinte Mauro lembra inclusive que, o Mauro lá da Aldeota, que *não foi simplesmente caixa dois não, foi crime de lavagem de dinheiro também que é muito mais grave.*

ARNALDO FERNANDES – Sim, isso aí, ia o programa inteiro.

RUY LIMA – Mas, eu queria. A gente tá terminando o programa, mas eu queria que você dissesse rapidinho, falasse rapidinho sobre uma questão que alguns ouvintes nos colocaram aqui, através do telefonema, que é a questão da obrigatoriedade do voto. Vocês acham que a reforma política deveriam tratar dessa questão também, sobre a obrigatoriedade do voto? Rapidinho que o nosso tempo está acabando.

ARNALDO FERNANDES – Eu, eu pessoalmente acho que deveria por uma série de razões, dentre as quais reduzidamente, eu colocaria a seguinte: o, quando se diz que a pessoa é obrigado a votar sobre uma cidadania, não. O dever de cidadania que ela tem, é de pagar os impostos, que os impostos é que vão custiar as políticas públicas para a concretização dos direitos. A obriga..., o voto não. O voto é um exercício de direito. Então a pessoa não pode ser obrigada a exercer um direito. Então deveria ser, portanto o voto facultativo para não criar inclusive, uma presunção de lei absoluta do sistema político Deveria o político depois de eleito, se for com baixo córeo, ele deveria buscar junto a sociedade uma legitimação e não o contrário.

DJALMA PINTO – O voto é um direito e, sobretudo, um dever social. Então, diante da realidade que nós temos, eu acho que esse modelo da obrigatoriedade ainda deve prevalecer.

RUY LIMA – Raquel

RAQUEL MARQUES – Sim, eu queria ainda encerrar pra dizer que essa questão hoje que a gente está tratando aqui da reforma política é fundamentalmente um aprimoramento da democracia, que inclusive vai criar facilidade também para projetos de iniciativa popular, de referendo. E outra, hoje está no hall das lutas democráticas que eu quero aqui assumi-las fundamental.

RUY LIMA – Legal! Eu quero aqui agradecer a presença da deputada estadual do PT Raquel Marques, ao advogado e colaborador da plataforma dos movimentos sociais pra reforma política no Brasil, o Arnaldo Fernandes. Ao nosso debatedor advogado Djalma Pinto. Agradecer aos nossos ouvintes que nos ajudaram a fazer o programa de hoje. Ao Régis Lima do Jardim Iracema, ao Alexandre do bairro de Fátima, ao Erivaldo taxista, ao Erivaldo taxista, um abraço Erivaldo. O Marcelo do Aldeota, a Maria Leni Araújo do Maranguape, ao Frederico do Meirelles, ao Francisco do Montese, ao Luiz Alberto do bairro de Fátima, a todos vocês que nos ajudaram a fazer o Debates do Povo de hoje que está encerrando com o áudio de Kiko Gomes, produção de Letícia Lopes e Sávio Sousa, editoria executiva de Maryllenne Freitas, direção geral de conteúdo de Arlen Medina Nery.

VINHETA – APRESENTAÇÃO RUI LIMA

RUY LIMA– Obrigado pessoal, até amanhã, boa tarde, boa sorte!

VINHETA – DEBATES DO POVO

TRANSCRIÇÃO

PROGRAMA DEBATES DO POVO / 10-ABRIL/ QUARTA-FEIRA

PRIMEIRO BLOCO

VINHETA – DEBATES DO POVO, APRESENTAÇÃO RUY LIMA

RUY LIMA – Salve! São onze horas e três minutos em Fortaleza. Está entrando no ar o seu Debates do Povo na 95.5 FM. Entrou em vigor no começo do mês a lei que tipifica crimes cometidos através de e-mails eletrônicos e da Internet. A lei estabelece punições específicas para crimes cibernéticos. A invasão de aparelhos eletrônicos para a obtenção de dados particulares. Sancionada em dezembro do ano passado, a “lei Carolina Dieckmann” ficou conhecida por esse nome por causa do vazamento pela Internet de trinta e seis fotos da atriz nua. A partir de agora, todo crime dessa natureza será punido com multa e detenção. E pode chegar a dois anos de prisão. O tema também se tornou atual com a recente troca de acusações de espionagem cibernética entre políticos do PT e o governo do Estado. Para conversar conosco sobre crime cibernético e a nova lei estão no Debate de hoje o advogado especialista em direito da tecnologia da informação André Peixoto e o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Políticas Digitais Uirá Porã. A nossa debatedora de hoje é a minha colega do Jornal O Povo, a jornalista Inês Aparecida. É, eu recentemente li um artigo dizendo que, o artigo do New York Times, dizendo que o Brasil está se tornando um laboratório para crimes de informática porque prolifera o crime organizado no país e as leis para prevenir crimes digitais são poucas e ineficazes. Vocês acreditam que essa avaliação que o New York Times fez do Brasil é correta?

ANDRÉ PEIXOTO – Acredito que a avaliação é correta. Primeiramente um bom dia a todos os ouvintes, obrigado pelo convite. A lei é correta, mas ela tá, o comentário, o jornalista tá correto, mas parcial. Porque de fato o Brasil, ele precisa de normas que regulamentam esse tipo de crime. Mas, também tem outro problema, e que com relação as delegacias especializadas. Então, nós temos um processo de regulamentação e tipificação desses crimes, isso é muito importante. A lei denominada Carolina Dieckmann é um avanço, mas junto com isso tem que haver uma política maior de investimento público nas delegacias para que a polícia possa chegar a esses infratores. Não é só a lei que vai conseguir inibir a prática desse delito. Até porque o infrator, ele acredita na impunidade, ele acredita que não vai ser

pego. Então, esse é o ponto chave. De fato o Brasil tem pouca norma sobre isso, mas o problema maior também é de identificar esses infratores.

UIRÁ PORÃ – É André, é legal também, eu estava lembrando aqui que na Campos Parte em dois mil e dez em São Paulo tava em pauta lá a discussão sobre a lei do, a nova lei do direito autoral. O Ministério da Cultura tava propondo que, do que tava tramitando meio perto do marco civil. E que na época um dos grandes legisladores sobre Internet do mundo lá do Lauro Lessing, é ele elogiou, disse que o Brasil aprovando o marco civil e a lei autoral que estava sendo proposta teria uma das legislações mais avançadas em termos de Internet do mundo. E aí é engraçado que tem que avaliar se essa, esse comentário do New York Times é, ele avalia o marco civil ou não. Porque sem o marco civil é uma coisa, com o marco civil aprovado é outra coisa completamente, na minha opinião.

INES APARECIDA – Eu acho que o nosso ouvinte vai querer saber o que é o marco civil, né.

RUY LIMA – É, vamos explicar pro nosso ouvinte.

INES APARECIDA – que aí a gente pensa que é uma pessoa chamada Marco que é civil. Não é André, companheiro.

ANDRÉ PEIXTO – é, vou tentar ser bem didático.

INES APARECIDA – é, didático e breve.

ANDRÉ PEIXOTO – bom, o marco civil é um conjunto de normas que vai regulamentar a utilização da Internet no Brasil. Então, ele vai, é um amplo debate que existe nacional que definir todas essas norma, essas regras que vão tratar da questão da privacidade na Internet, do uso da Internet. Essa questão da lei Carolina Dieckmann poderia ter sido objeto exclusivo do marco civil, crimes. Então, amplo debate nacional acerca da normatização da Internet e aí que a gente vai passear aí do mais simples ao mais complexo. Você pode chegar, alguns dizem que a Internet pode chegar ao território totalmente livre. Existe um grupo de pessoas que acreditam ser.

UIRÁ PORÃ – Eu por exemplo.

ANDRÉ PEIXOTO – e o outro grupo

RUY LIMA – vamos chegar lá

ANDRÉ PEIXOTO – totalmente regulamentado. Tipo, o usuário pra poder acessar a Internet ele tem que poder se logar, fazer usuário e senha pra poder utilizar a Internet. Colocar CPF, ou seja, tudo que ele fizer vai ter que.

RUY LIMA - e não simplesmente ligar o computador e começar a usar.

ANDRÉ PEIXOTO – não, não simplesmente isso.

RUY LIMA – mas, você que é a favor da liberdade total do uso da Internet, você acha que deve ser assim também. Você precisa se logar e se identificar?

UIRÁ PORÃ – não. Eu acho que garantir anonimato na rede é importante.

INES APARECIDA – mas, garantir o anonimato também não é uma predisposição pra você cometer crimes?

UIRÁ PORÃ – não necessariamente.

RUY LIMA – garantir o anonimato você já tá pensando em coisa ruim, né

INES APARECIDA – é.

UIRÁ PORÃ – eu poderia dar a minha opinião sob qualquer medo de represália.

INES APPARECIDA – Uirá eu sei que

UIRÁ PORÃ – que é uma coisa em termos de liberdade de expressão, a gente sabe que é importante.

INES APARECIDA – mas a gente sabe também que se você ficar com essa liberdade de expressão toda, acontece o que? Acontece crime, acontece calúnia, acontece injúria, difamação. Ou não?

UIRÁ PORÃ – acho que a liberdade de expressão nunca é demais.

INES APARECIDA – não, eu acho que

RUY LIMA – mas no caso de calúnia, por exemplo, se você não se identifica

UIRÁ PORÃ – você se identifica

INES APARECIDA – como é que vai achar o criminoso?

ANDRÉ PEIXOTO – e a constituição federal, ela diz o seguinte: que a liberdade de expressão é um direito fundamental garantido. Por outro lado

INES APARECIDA - que diabo é isso que você tem, quer se expressar e não tem direito de mostrar sua cara? Porque eu quando quero dizer as coisas eu digo. Agora ficar me escondendo e dizendo, isso se chama covardia e safadeza, eu acho.

ANDRÉ PEIXOTO - risos

INES APARECIDA – acho totalmente. Se você quiser, se eu quiser esculhambar o Rui Lima, eu esculhambo na cara dele.

RUY LIMA – não faça isso

INES APARECIDA – não Rui Lima, nós somos amigos de quinhentos anos. Mas, no dia que eu quiser não vou mandar recado não e nem me esconder em anonimato não. Eu acho erradíssimo isso. E outra coisa, sabe que eu to agora revendo essa tal de liberdade de expressão por causa desse partido “infeliciano”. Feliciano chega nos microfones, chega nas redes sociais e vem dizer que os africanos são amaldiçoados. Meu povo, que diabo é isso?

RUY LIMA – Eu ontem vi que uma negra

INES APARECIDA – não gente, num país desse que é racista, nós somos racistas enrustidos, aí que alimenta o racismo.

RUY LIMA – só pra fazer um parêntese pra falar sobre ele. Eu ontem vi, ninguém me contou não. Eu vi um vídeo dele dizendo que os três tiros que o Jonh Lenon levou

INES APARECIDA – foi Deus?

RUY LIMA – não. O primeiro foi do pai, o segundo foi do filho e o terceiro foi do espírito santo. Quer dizer, o cara que diz uma boçalidade dessa não pode tá onde tá.

INES APARECIDA – é isso que eu acho. A liberdade de expressão tem limite. Estão adorando o partido dele, estão adorando. Ele disse que na próxima vez ele vai ter mais voto do que ele teve. Por quê? Porque num país ignorante como é o nosso que acredita nesses fanáticos, nesse evangelismo fundamentalista, isso é uma coisa de doido. Ninguém pode ficar mais mangando daquele povo do Oriente não. Aqueles meninos, barbudão, como é? Do Afeganistão, os Talibã. Não pode mais mangar não. Igualzinho dizer que africano é amaldiçoado. Menino, como é que pode uma coisa dessa?

RUY LIMA – vamos voltar. O que representa, eu queria que vocês colocassem isso, o que representa exatamente a aprovação dessa lei Carolina Dieckmann? Ela não é, ela na verdade não normatiza tudo que é preciso normatizar na lei de crimes de informática, crimes digitais.

ANDRÉ PEIXOTO – é, tem um mito que é preciso ser esclarecido. Não há lei que vai regulamentar, que vai tipificar. Ela é uma lei de crimes de informática, ele apenas altera o código penal pra tipificar algumas condutas. E muitas delas já eram, já tinham condições penais no código penal. O problema é que o nosso código penal é muito antigo e muitas vezes o juiz tinha uma dificuldade de encaixar uma determinada

conduta no que se encontrava no código penal. Então, o que é que ele faz? Ele cria alguns tipos penais, torna mais clara alguns tipos penais e agrava a pena deles. É isso o que a lei faz. Não é uma lei que regulamentou e resolveu a questão de crimes.

RUY LIMA – O que a gente tá vendo hoje na política cearense com essa, como a professora Adísia disse, ela usou a expressão engraçada de manhã que eu não lembro agora. É um “nhém nhém nhém da política” cearense que vazou e-mail. Esse tipo de caso que está acontecendo, o deputado Eudes fez uma denúncia á Câmara Federal dizendo que o governo, que o governador teria contratado uma empresa pra fazer espionagem.

INES APARECIDA – empresa internacional

RUY LIMA – e isso acabou vazando porque vazou um e-mail com essa informação. Nesse caso específico, tem acusações mutuas de ambas as partes dizendo que não foi você que invadiu o meu e-mail e etc. Esse caso tem alguma tipificação de crimes digitais ou apenas no código criminal brasileiro?

ANDRÉ PEIXOTO – isso vai se encaixar bem com a codificação que estamos tratando da lei Carolina Dieckmann. Quando você faz uma invasão de governador, presidente ou alguma autoridade pública, essa situação tende a gravar.

RUY LIMA – no caso de governador, presidente ou autoridade pública, né? Quer dizer, isso já tá incluído na nova lei.

ANDRÉ PEIXOTO- já, apesar

RUY LIMA – lei Carolina Dieckmann

ANDRÉ PEIXOTO – entrou em vigor agora, a poucos dias. Então tem que verificar. Nesse caso, tem que ver quando se deu a invasão

INES APARECIDA – no começo, o André tinha falado que tem que se aparelhar a polícia e tal. Eu fico só pensando Rui se a polícia não tem condição nem para descobrir crime comum, como roubo, furto

ANDRÉ PEIXOTO – nem de galinha

INES APARECIDA - é, roubo de galinha, imagine descobrir esses crimes aqui de Internet. Eu acho que ainda tá, o Brasil tem umas coisas bem surreal. ...e não tem condição. Outro dia está aí, os carros da Ronda que a gente vê vistoso, que aliás vive no prego barroando. O povo pra dirigir ruim. Esses carros da polícia, é pneu furado, é falta de combustível, coisa assim mesmo do arco da velha, sabe? Agora vem e diz: vamos agora descobrir crimes da Internet. Eu faço é achar graça.

RUY LIMA – mas existe o departamento especializado da polícia que trata dessas questões.

INES APARECIDA – meu amor, tem cem departamentos

ANDRÉ PEIXOTO – a delegacia de defraudações tem tratado disso, é um delegado que tem mais conhecimento do assunto ele consegue avançar bastante nisso. Mas, é necessário que haja uma delegacia especializada. Porque a questão dos crimes cibernéticos faz parte de uma pequena parcela de nossas vidas hoje. A gente está muito inserido nesse contexto. Quantas pessoas usam e acessam os bancos pela Internet? Trocam segredos confidenciais, correspondência, industriais, pessoais.. Então hoje, a nossa vida, a vida de uma sociedade brasileira, está cada vez mais inserida. Então, o número de casos é muito grande. Pouca coisa.. e pouca coisa solucionada. Mas, é um elemento que de fato não vai afetar fisicamente a pessoa, mas afeta várias áreas e é muito relevante. É necessário mesmo uma delegacia especializada.

RUY LIMA – Como é que anda o projeto do Azevedo, como é que chama? Onde as cinco digitais, como é que anda o projeto do senador Azevedo?

UIRÁ PORÃ – é o famoso projeto zumbi, em volta e outra ele aparece com um pedacinho do projeto. Ele continua lá tentando colocar. Mas, uma coisa, a lei Carolina Dieckmann tipifica algumas coisas que a lei original já previa. O grande argumento deles era fazer essa tipificação que era necessário. Mas, é uma questão de segmento, de ser analisado melhor. Eu estava conversando com André antes de entrar aqui, que eu achei a lei Carolina Dieckmann, começar pelo motivo em relação a conjuntura do país você ter

uma atriz sair as fotos pelada pra isso ser o motivo. Pra gente pensar fazer uma lei eu acho ridículo pra nação. Mas, de fim o que acontece. Eu estava falando pra André que eu tenho pra essa lei foi o oportunismo que foi mal utilizado, porque na verdade ele pega um pedaço do projeto do Azevedo e faz uma melhora e emplaca um projeto de lei pra sair bem na foto. Sendo que ele podia usar toda essa repercussão pra trazer pra pauta um projeto importantíssimo que é o Marco Civil que é base pra conseguir essa lei Carolina Dieckmann ter algum sentido. Porque não faz sentido dizer o que não pode se ainda não disse o que pode. Você não tem na Internet hoje o que a gente estava discutindo mais cedo se registra ou não registra. Quais são os limites, o que eu posso pra depois eu saber o que eu não posso? O que o usuário pode fazer na rede, o funcionamento dela. Então, acho que isso é uma questão que, essa lei ajuda não tem como negar o que o André falou, é um avanço jurídico. Mas, ao mesmo tempo eu acho que estão atropelando o processo. A gente não tem uma base direito pra falar isso aqui é Internet, isso aqui eu posso fazer, é isso que eu acho. Ninguém ainda não dá pra, se eu peguei o telefone dele pra usar as informações é crime, eu só peguei. Qual é o limite, o que se diz? É invasão? Invasão é quando eu quebro a senha ou quando eu pego despercebido? Não dá pra saber direito. Quem é o responsável por guardar os meus dados, colocar senha?

INES APARECIDA – sou eu ou

UIRÁ PORÃ – é minha ou. Eu posso deixar a porta aberta podem usar ou não? Então, esse limite é uma questão cultural que falta o debate. O debate foi proveitoso, mas

RUY LIMA – questão cultural é você respeitar, deixar uma página do computador aberta e alguém chegar lá e usar o computador e passar mensagem em seu nome. O nosso ouvinte Jackson Guedes lá de Pacatuba, ele disse *que não fazer login ou usar nome falso ao acessar a Internet, ele pergunta se isso num tipifica falsa identidade, se isso não seria crime.*

ANDRÉ PEIXOTO – exato. Fazer um perfil falso, um avatar que se chama no meio da informática, é falsidade ideológica. E aí já tem um crime.

RUY LIMA – mas um perfil falso é exatamente o que, criar um nome pra você acessar uma determinada conta ou criar uma conta de e-mail, isso aí já é uma falsidade ideológica?

ANDRÉ PEIXOTO – se passar por outra pessoa, eu posso até criar um apelido meu e ninguém conseguir identificar.

UIRÁ PORÃ – uma persona.

ANDRÉ PEIXOTO – uma persona eu posso. Eu não posso é me passar por outra pessoa. Acontece que eu posso criar um apelido pra mim e manifestar minhas opiniões.

UIRÁ PORÃ – agora se eu quiser ter o apelido de Rui Lima porque eu acho esse nome legal.

RUY LIMA – pois é, têm vários, Rui Lima têm vários. Ines Aparecida é provável que tenha milhares.

UIRÁ PORÃ – por isso que falei do limite, entendeu? Como é que

INES APARECIDA – e também existe perfis falsos que, no twitter tem a Luluzinha Bela. Todo mundo sabe que não é a Luizziane. Mas, é tão legal. Tá um perfil que é falso, mas é legal.

UIRÁ PORÃ – diz que é ela, mas não é.

INES APARECIDA – todo mundo sabe que não é. Outra coisa, durante a campanha surgiu um perfil falso do Marcos Calss, certo. Era tão agressivo, tão grosseiro, era tão baixo, sabe, que eu acho que fica essa linha tênue.

ANDRÉ PEIXOTO – quando você cria um personagem que todos sabem que é um personagem mesmo, como se fosse um artista.

INES APARECIDA – num tem a Dilma Bolada? Eu adoro

ANDRÉ PEIXOTO – você cria aquele personagem, é como os humoristas fazem do Fernando Henrique Cardoso, Dilma. Isso aí não tem problema nenhum, mas se aquele personagem você construiu de uma forma que o ouvinte ou aquelas pessoas confundem com a pessoa real, aí sim

RYI LIMA – que te deixa realmente em dúvida se é ou não é a pessoa real, aí passa a ser difícil

ANDRÉ PEIXOTO – criar uma caricatura pode ser, tudo bem.

RUI LIMA – vamos pro intervalo, a gente vai fazer um intervalo. Lembrando que você pode participar do programa pelo 3066.4030. A gente volta já!

VINHETA - DEBATES DO POVO

SEGUNDO BLOCO

VINHETA – DEBATES DO POVO, APRESENTAÇÃO RUY LIMA

RUY LIMA – onze horas e vinte e cinco minutos. Estamos de volta com o Debates do Povo. Hoje conversando sobre a nova lei Carolina Dieckmann que entrou em vigor no início do mês. A nova lei Carolina Dieckmann tipifica crimes cometidos por meio de e-mails eletrônicos na Internet. Estou recebendo o advogado e especialista em direito da tecnologia da informação André Peixoto e o diretor presidente do Instituto Brasileiro de Políticas Digitais, o Uirá Porã. Nossa debatedora de hoje é a minha colega do Jornal O Povo, a jornalista Inês Aparecida que estava desaparecida do Debates do Povo. Ainda bem que você voltou, o pessoal reclama quando você não vem.

INES APARECIDA – Olha aí, ta vendo. Eu tenho o meu fã clube.

RUY LIMA – você em casa, você ouvinte participa do programa pelo 3066.4030. Como fez a Patrícia nossa ouvinte do bairro do Meirelles. *Ela diz que faz dela as palavras da Ines, ela diz que pra ter liberdade é preciso ter responsabilidade.* O Ednardo Santos lá do Bom Jardim diz que *o problema é que nas redes sociais as pessoas se permitem tudo, fazem tudo na rede social.* A Renata lá da Granja Lisboa ela diz que *o e-mail dela foi hackeado e que ela foi a polícia fazer uma queixa na polícia, e na polícia ela chegou a identificar o IP da máquina que hackeou o e-mail dela. E ela pergunta, a partir daí ela pode fazer o quê?* Ela pode entrar com um processo contra o dono do computador, o dono desse IP?

ANDRÉ PEIXOTO – Pode sim.

RUY LIMA – é ou não é?

UIRÁ PORÃ – depois eu falo.

ANDRÉ PEIXOTO – sem dúvida ela pode identificar. O que acontece é que o IP é um dos meios mais eficientes, não é tão eficiente, mas é o que a gente tem a disposição para identificar aquele infrator fisicamente. O IP vai localizar o endereço daquele infrator. Então, você conseguindo localizar o endereço, localiza o computador e a partir daí pode periciar aquela máquina e constatar que saiu daquela máquina.

RUY LIMA – agora, não necessariamente você identificando o IP, você identifica a pessoa que hackeou o e-mail.

UIRÁ PORÃ – e nem a máquina, porque na verdade é que ta, o IP, o endereço lhe dá um IP que. Geralmente que é que dá o IP? É a operadora de telefone. Com esse processo ela pode entrar na justiça, pedir a operadora seja quem for, ou a Oi ou a GVT, uma dessas e solicitar O IP e quem está usando esse IP e o endereço dele. Só que aí ele tem que identificar a residência, recebendo aquele sinal. Agora, não necessariamente a pessoa tava naquela residência. Pode ser desde uma pessoa no Japão usando aquela máquina através de vírus ou cavalo de tróia.

RUY LIMA – também pode, né?

UIRÁ PORÃ - até pode ser um local público de acesso que tenha wifi, por exemplo.

RUY LIMA – uma lan house, um aeroporto.

ANDRÉ PEIXOTO- O IP é o primeiro passo, mas as dificuldades são essas. A pessoa normalmente utiliza lan house. Existe lei municipal tanto em Fortaleza quanto em outras cidades que diz que todo

usuário de lan house deve ser cadastrado com CPF, a hora que ele entrou. Por quê? Porque se identificar que naquele horário ele utilizou aquela máquina e aquele endereço, a pessoa vai lá e vai verificar quem utilizou aquela máquina e buscar aquilo ali. Então, o IP é o primeiro passo da investigação. Agora, é que normalmente não se faz isso aí... a rede pública.

UIRÁ PORÃ – e no caso da especialização. Você pode ter na polícia aqui alguém saiba olhar e descobrir o IP. Agora, saber do IP qual é o vírus que estava lá mandando. Você vai perceber que existe uma rede de computadores que, é muito mais complexo e precisa de núcleo especial.

RUY LIMA – eu queria conversar uma questão prática com vocês desse caso que está nas páginas dos jornais, Ines, que é este caso aí das denúncias de e-mail do governador, enfim. Como é que uma investigação deve proceder nesse caso. O deputado Eudes Xavier fez uma denuncia de que o governador teria contratado uma agencia de espionagem para espionar o ex-prefeito de Maracanaú. Num foi isso? O governador diz então que os e-mails dele foram invadidos. Como deve ser a investigação para comprovar se houve realmente violação dos e-mails do governador?

ANDRÉ PEIXOTO – existe de um modo geral para qualquer violação, existem meios periciais de informática que você pode identificar aquele invasor. O IP é o mais tradicional, você identifica o IP daquela invasão. Existem meios de operação de informática, você precisa identificar com a colaboração dos provedores de email e Internet, e a partir daí investigar, tem uma técnica complexa para que se possa chegar a aqueles resultados e aquelas informações.

UIRÁ PORÃ – tem vários fatores, por exemplo, esse e-mail que foi invadido. É um e-mail do governador dele do governo do Estado, porque se for, é um e-mail que é gerado pela Etisc (Empresa de Tecnologia pelo Estado). Então, está no servidor aqui no Brasil. Então, ele poder ter sido invadido desde uma empresa internacional até pelo próprio funcionário da Etisc, por exemplo, só uma hipótese. Sem nenhuma acusação. Agora, se o e-mail dele que foi invadido for do Hotmail que é o mesmo caso do Google, os provedores de fora. Aí é o que o André falou, você precisa ir pedir ao provedor para olhar aquele horário, quem foram os acessos, pegar aquele acesso bater com o IP. Sabemos que é uma complicação, é uma coisa bem complexa.

INES APARECIDA – pode ser simples. Por que não se pede ajuda aos hackers? Eles fazem tão bem. Eu acho que devia ter uma empresa. Acho que eu vou botar uma empresa. Olha o Eudes como é engraçado, ele disse que pegou os e-mails. Se ele pegou os e-mails do governador, alguém dele invadiu. Num é uma doídice? Menino aquilo ali é um agente 86 total.

RUY LIMA – há uma responsabilidade naquilo ali. Como é que ficaram sabendo dessa história?

INES APARECIDA – agora Rui Lima e vocês dois, eu acho que aqui faltou um psicólogo pra debater. Que diabo de mania é essa do povo de botar no computador foto pelada, filme fazendo assim coisa sexy? Que diabo de mania é essa, vocês nunca vão ver minhas fotos peladas, que alias seria um desastre, né? Horrível pelada. Sim, mas que diabo de mania. Faltou aqui um psicólogo meu filho.

RUY LIMA – dependendo da ética.

ANDRÉ PEIXOTO – se a gente for colocar todos os fenômenos que surgem na Internet.

INES APARECIDA – num é, isso é uma doença.

UIRÁ PORÃ – isso na é da internet, é do ser humano.

INES APARECIDA – mas o ser humano. Aumentou a prestação das casas. Mas, isso é uma doença rapaz. Se eu tivesse saco eu fazia uma dissertação de mestrado.

UIRÁ PORÃ – sobre isso?

INES APARECIDA – sobre isso.

UIRÁ PORÃ – surgiu um fenômeno um tempo atrás, as meninas, as adolescentes tiravam fotos peladas delas sem mostrar o rosto e faziam o perfil delas falso no finado Orkut e colocava lá. Qual era a graça delas? Elas ficavam vendo os elogias que as pessoas ficavam fazendo para as fotos delas.

INES APARECIDA – é doença ou não é? É, é psicopatia. Por isso que eu disse que deveria ter um psicólogo aqui pra gente saber isso, que mania é essa desse povo. Não é só com coisa pelada não, tudo o que come “acabei de postar uma foto no instagram” aí a gente um prato de comida. Duvido que poste uma panelada, uma buchada, um sarrabulho, postam não, é só umas coisas bem bacanas. Acho que nem tão comendo tão é mentindo.

RUY LIMA – ela está falando isso porque eu estava viajando e postei um monte de prato maravilhoso na minha rede e ela fico com uma inveja horrorosa. (risos)

INES APARECIDA – nem olhei os pratos. Aí fica bota o prato, a foto dela mesmo no espelho, isso é ridículo. Companheiros que não tem facebook é assim: “mudei a foto do meu perfil” aí bota pra todo mundo elogiar em baixo. “Você tá linda!” mentira, cada tribufu.

RUY LIMA – é legal quando você bota a máquina para fotografar você, aí as fotos são todas iguais, as duas carinhas exprimidas.

INES APARECIDA – vê a frente do espelho e ainda vê a parte das costas.

ANDRÉ PEIXOTO – o nosso conceito de privacidade mudou. O quê que era antigamente? Antigamente, você não queria

INES APARECIDA – menino, tu não pode falar em antigamente não macho, eu que posso.

ANDRÉ PEIXOTO – Então, o conceito de antigamente

UIRÁ PORÃ – eu já ia falar, você ta criticando por colocar foto no Orkut, não tinha nenhuma festa do cabide?

INES APARECIDA – mas não era, não tinha essa mania não.

UIRÁ PORÃ – não tinha? Ah, mas tinha

ANDRÉ PEIXOTO – é que antigamente vocês não queriam que as pessoas soubessem o que você estava comendo, você achava uma invasão onde você dá entrada, conta onde está de férias, você não queria comentar. Hoje é ao contrário, hoje as pessoas querem comentar, dar para as pessoas comentarem.

INES APARECIDA – eu acho que as pessoas têm duas vidas, uma vida embutida e uma vida que eles acham que deveriam de ser. Aí, a vida que você acha que devia ter você divulga no facebook., a que você acha. Agora a sua vida mesmo lascada, cansada, suada

UIRÁ PORÃ – ninguém publica: estou aqui lavando o banheiro

INES APARECIDA – lavando banheiro, fazendo maior faxina, enchendo a máquina de roupa

RUY LIMA – tai, você acaba de dá uma boa idéia para os nosso internautas que estão ouvindo o nosso programa.

UIRÁ PORÃ – vamos fazer uma campanha: mande sua foto agora lavando roupa.

INES APARECIDA – eu sei que é um fenômeno, mas concorde comigo que é uma coisa esquisita e que merece um psicólogo pra falar.

RUY LIMA – hoje eu tenho um bocado de roupa pra lavar lá em casa, eu vou mandar uma foto minha batendo máquina.

INES APARECIDA – primeiro tirando o sujo do colarinho.

RUY LIMA – agora, eu queria, por exemplo, o projeto do senador tem algumas coisas interessantes que, mas tem outras que eu não entendo direito. Por exemplo, o projeto dele prevê reclusão até cinco anos para as pessoas que acessam sites pornográficos.

ANDRÉ PEIXOTO – olha, é o tipo de coisa que

RUY LIMA – porque segundo o projeto, o fato de você acessar sites pornográficos você estaria favorecendo a prostituição.

ANDRÉ PEIXOTO – Ah?

RUY LIMA – é

UIRÁ PORÃ – eu não estou sabendo isso não.

ANDRÉ PEIXOTO – eu também não. Como a gente tem várias correntes debatendo sobre o marco civil, você vai passar por várias coisas, essas fases acontecem alguns absurdos ou não. Mas, o debate serve pra isso.

UIRÁ PORÃ – tem um levantamento da LGV que tem mais de mil projetos de lei correndo no congresso nacional ao que trata do tema Internet. Você tem desde de gente querendo popularizar a Internet banda larga até o cara querendo proibir, sei lá no Rio de Janeiro teve uma época que tinha um conjunto de livros que tinham as legislações estaduais, municipais que tratavam de lan house proibiam ter Internet. O único lugar que poderia ter Internet no Rio de Janeiro era na Baía de Guanabara. Tinha uma coisa de perímetro, a lan house tem que está longe a tantos quilômetros ou metros da escola. Você pegava as escolas e não tinha espaço onde coubesse uma lan house. Só uma coisa que eu queria completar, é que eu acho que é muito forte essa questão cultural. Você fala do psicólogo que tem haver, mas eu acho que o sociólogo de entender a reflexão disso. Porque eu acho na verdade que o que tem acontecido cada vez mais são mudanças na nossa vida, desde a nossa privacidade até a noção de compartilhamento fazendo ou o que não to fazendo. Muda nossa cultura e as nossas Câmaras Legislativas não acompanham, não conseguem acompanhar. Os legisladores também não conseguem acompanhar, você ver que numa discussão dessa completamente esvaziada, você não tem um domínio. Ao contrário de você tratar de um assunto mais simples como saúde, mais simples assim, mais discutido, você começar a tratar de legislação de Internet para uma galera que não sabe como funciona, como o e-mail dele chega daqui pra lá, ele não vai saber tratar direito. Então, tem essa disparidade.

ANDRÉ PEIXOTO – o que acontece é que se tem acesso que a pessoa comum tem acesso a um grande público, vem despertar a necessidade da pessoa querer ser celebridade. Então, se você faz um comentário no twitter e de repente você tem uma carreira musical como aquela garota do Cross Fox. Quantos artistas surgiram aí de comentários na Internet. Então essa possibilidade de você ser celebridade e de se fazer ser celebridade faz com que as pessoas comecem a querer divulgar. E aí vai sendo estimulado pelos comentários. Você vai num restaurante e as pessoas comentam. E aí surge aquela interação e o ser humano tem a necessidade de interação.

RUY LIMA – André, você como advogado, especialista da informação, qual é o trabalho que você mais tem pra fazer?

ANDRÉ PEIXOTO - são várias frentes pra quem atua na área de direito da tecnologia da informação. Para empresas, por exemplo, tem a questão de software, os contratos de implantação, são contratos complexos em que exigem obrigações de ambas as partes, contratos de informática, você tem a questão dos direitos autorais, a criação dos softwares.

RUY LIMA – que isso aí é emaranhado.

ANDRÉ PEIXOTO – toda a questão de direito autoral, até onde você vai identificar o plágio ou não, você tem as questões ligadas aos crimes de informática em si, invasão de privacidade, a própria difamação, a violação de correspondência.

RUY LIMA – existem muitos casos de espionagem industrial?

ANDRÉ PEIXOTO – muito, inclusive entre os governos. A gente vê a China, as Coreias

RUY LIMA – eu digo aqui mesmo no Ceará. O seu trabalho envolve isso?

ANDRÉ PEIXOTO – aqui não. Acredito que deve haver muita invasão, mas como a gente não tem delegacias especializadas, como a gente tem uma cultura. Muitas vezes as pessoas estão sendo invadidas e não percebem. Tem aqui no Ceará, principalmente no Interior, é a questão de invasão pra obtenção de cartão de crédito, isso no banco é muito comum.

RUY LIMA – no Interior do Estado?

ANDRÉ PEIXOTO – no Interior do Estado, clonagem de cartão.

INES APARECIDA – Advogado André Peixoto, a gente vê muito, eu não vejo não, mas a gente houve falar muito que existe no face as quadrilhas, aqui em Fortaleza é comum, ficam marcando tipo arrastão, marcando na internet

RUY LIMA – marcando briga entre torcidas

INES APARECIDA – brigas de gangues, aquelas fotos com os dedos assim (é que o pessoal não está vendo) assim todo bandidão com arma na mão. Isso aí a polícia não pode intervir não?

ANDRÉ PEIXOTO – a Internet, as redes sociais são mais espaços de interesse humano. Agora, uma foto como se fosse um bandido não vai ter nada. Mas, se ele tem uma arma privada do exercito.

INES APARECIDA – marcando, marcando e acontece.

ANDRÉ PEIXOTO – pode, pode sim, tudo isso é indício e prova válida... para o direito e obtenção.

INES APARECIDA – tu nunca viu não Rui? Pois tem

RUY LIMA – vejo, vejo demais. Vamos fazer um intervalo, a gente vai pro intervalo lembrando que você em casa, você ouvinte participa pelo 3066.4030. Mande perguntas, mande comentários para o programa. Até já!

VINHETA - DEBATES DO POVO

TERCEITO BLOCO

VINHETA - DEBATES DO POVO, APRESENTAÇÃO RUY LIMA

RUY LIMA – Estamos de volta, estamos de volta! São onze horas e quarenta e cinco minutos em Fortaleza. Estamos de volta com o Debates do Povo, hoje conversando sobre a nova lei Carolina Dieckmann. Na nova lei Carolina Dieckmann é a lei que tipifica crimes cometidos através de e-mails eletrônicos, entrou no começo do mês e ficou conhecida como Carolina Dieckmann por causa do vazamento pela Internet por trinta e seis fotos nuas da atriz.

INES APARECIDA – o Rui Lima passou o dia olhando

UIRÁ PORÃ - ver as fotos é crime, é advogado?

RUY LIMA – essas fotos nem existem mais, já foram tiradas da Internet

INES APARECIDA – quem olhou, olhou, quem não olhou não olha mais.

RUY LIMA– ainda tem? Tem essas fotos?

UIRÁ PORÃ– procura aí no Google.

ANDRÉ PEIXOTO – o direito de esquecimento que a gente não tem mais. O que acontece é que quando alguém faz um panfleto e divulga n bairro. O que se faz? Denuncia, recolhe o panfleto e tira do bairro. Agora, e quando é na Internet? Uma pessoa fica replicando. Aquele caso da Cicarelli

RUY LIMA – aí depois pra tirar, não tira

ANDRÉ PEIXOTO – tirava cem vírus e aparecia trezentos. Aí tinha gente Lana Sérvia, tinha gente na Alemanha botando o vídeo. Como é que se tira? Até que o juiz mandou tirar do ar, do youtube. Foram dois dias fora do ar. Aí os usuários ficaram loucos, foram atrás da Cicarelli. Ela disse: não, não, eu não pedi isso na justiça. O advogado disse que não e voltou ao ar. Tiraram o youtube do ar por causa do caso.

INES APARECIDA – da Cicarelli tomando banho de mar

RUY LIMA – tomando banho de mar e namorando

UIRÁ PORÃ – ela fica namorando e a gente fica sem o youtube por conta dela

RUY LIMA – eu to recebendo aqui o advogado e especialista em tecnologia da informação André Peixoto, o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Políticas Digitais, Uirá Porã e a nossa debatedora, minha colega, jornalista Ines Aparecida. Você em casa, você ouvinte participa pelo telefone 3066.4030 como fez o Ednardo Santos lá do Bom Jardim dizendo que *postar foto nua na Internet é falta do que fazer. Eles deviam utilizar a máquina de forma correta.* O Marlow Mendonça da Aldeota diz que o pior Ines é que *toda essa vulgaridade, por parte de alguns internautas, muitas vezes acaba denegrindo certos profissionais. Ele diz que é o caso do preconceito que se criou contra fotógrafos que fazem fotografia de nu artístico.* Segundo ele existe preconceito contra os fotógrafos que fazem fotografia de nu artístico por causa dessas pessoas que ficam postando

INES APARECIDA – botando foto pelada

RUY LIMA – botando vulgaridades na Internet. O Tony Santos do Centro diz que, ele pergunta *a partir de que ponto monitorar os filhos no computador pela Internet é antiético.* Eu acho que isso não é nada de antiético, isso é uma questão

ANDRÉ PEIXOTO – os pais tem esse poder sobre os filhos, eles têm o dever, inclusive de verificar, de instruir o que os filhos estão fazendo. E hoje em dia que, o problema é que o acesso a Internet dá ao mundo o que antigamente não tinha. O conhecimento que você tinha estava limitado aos livros, limitava o condomínio, limitava o bairro. Hoje em dia ele pega o smart fone que a garotada tem e acessa qualquer coisa, qualquer conteúdo. O que os pais tem e devem fazer é monitorar sim e ter filtros de proteção a criança nos tablets, no celular, no computador. Dá um pouco de trabalho, mas tem que ter, e deixar os computadores á vista numa parte da casa que possa passar.

INES APARECIDA - e conversar André, nada substitui uma conversa.

UIRÁ PORÃ – ainda mais com o facebook, conhece um homem e a chama pra sair.

INES APARECIDA– pois é, tem que conversar abertamente. Antigamente era o maior mistério, as pessoas ah que, as pessoas se casavam e não sabiam da história. Hoje em dia não, você pode conversar com menino de cinco anos, de seis anos. A história é ótima do meu neto, mas não posso contar aqui que é meio

RUY LIMA – é barra pesada?

UIRÁ PORÃ– só depois das dez da noite

INES APARECIDA – deixa dá o intervalo

RUY LIMA – ah, mas isso não se faz. Você diz que vai contar no intervalo e ficam todos os nossos ouvintes internautas querendo saber. Agora André, essa coisa da invasão, da privacidade, o que a lei estipula nesse caso. Eu tenho o caso do meu filho, esse eu posso contar, alguém deixou o computador dele aberto no facebook, alguém postou uma bobagem de todo tamanho. Quando eu vi levei maior susto, liguei correndo pra ele e disse se você postou tire isso agora e ele nem sabia do que se tratava. Ele disse: não pai, deixei aberto e alguém entrou lá. Isso caracteriza crime, você deixar o seu telefone a vista ou a disposição na Internet?

ANDRÉ PEIXOTO- não, acontece que se, pelo texto da lei Carolina Dickmann se invadir propriamente dito não é um crime. Agora você deixar o computador a disposição também não é crime. A pessoa entrar no seu computador e bisbilhotar pela proposta aqui também não é crime. Agora, a partir que você faz uma postagem de um conteúdo que difama uma pessoa ou usa da falsidade ideológica que não foi ele que postou foi você usando a identidade dele, a partir daí, aí sim a lei abrange e a pena é agravada. Então assim, utilizar as informações, divulgar, aí vai ser crime. Agora simplesmente invadir, a lei não vai tratar.

RUY LIMA– o Alaércio Flor lá do Demócrito Rocha diz que *o mundo virtual é como o mundo real, alguns crimes serão identificados e outros não.*

ANDRÉ PEIXOTO – investir em tecnologia, é como nas polícias mais desenvolvidas que tem. Exame de DNA, pega o cabelo pra descobrir se, você vai ter um índice de casos muito maior do que aquele que vai só perguntando pelos vizinhos, tentar identificar aquele criminoso.

RUY LIMA – agora, até onde sei os crimes cometidos contra contas bancárias praticamente todos são assimilados pelos bancos hoje. Por que isso acontece? Porque já há. Similar sendo que o banco aceita que houve uma fraude e

ANDRÉ PEIXOTO – cada banco tem uma política, né?

UIRÁ PORÃ – uma coisa que é importante citar aí é, a lei Azeredo quando ela surge uma das forças que empurra ela pra frente é justamente os bancos querendo tirar essas responsabilidades deles de não invadir. O cara foi invadir e daí eu tenho que pagar por isso. Hoje em dia o banco faz seguros em relação a isso, com os cartões de créditos se tem mais seguro. Então, você tem uma cadeia de possibilidade de proteção. Em relação a isso já, em cada banco tem uma política.

RUY LIMA – os bancos fazem pressão pra que a lei

UIRÁ PORÃ – a primeira proposta de lei do Azeredo, que tipificava crimes da Internet, que criminalizava algumas coisas comuns de acessar o computador do outro. Por que como é que você vai tornar crime alguma coisa se toda hora você sai do seu computador e senta, abre uma pasta e entro? Isso é crime? Eu tava procurando um conteúdo e vi aquele seu, por exemplo. Mas, no caso estou falando da lei Azeredo que a proposta, uma das coisas era a identificação de usuário na rede, o provedor tem que guardar as informações que você acessou. A sua operadora teria que guardar as informações de tudo que você acessou durante, sei lá por quanto tempo ou período. Rui usou e seis meses que Rui usou você teria que ter guardado, para no caso de crime eu poder ir lá e averiguar essa informação que é uma presunção que acaba com a presunção da inocência. Vou te vigiar antes de você ser culpado e não depois. Então tinha esse problema, os bancos eram uma das forças que estavam empurrando pra que esse processo passasse pra não ter essa responsabilidade de lidar com esse problema.

ANDRÉ PEIXOTO – e tem a questão também de que cada banco tem a sua política de como será indenizado, até dez mil reais a gente não discute com o cliente, acima dez a gente. Cada um tem a sua política. O que acontece é que o banco dizia o seguinte: qual é a forma mais comum de captação de dados? Quando uma pessoa se faz passar por um amigo ou por alguém manda os dados e diz que precisa fazer o cadastramento no banco. Aí, o próprio usuário entrega a senha.

INES APARECIDA – impossível André, todo dia a gente recebe isso. “Sua conta está expirando”, não acredito que ainda tem gente idiota e imbecil que acredite nisso.

RUY LIMA – tem muitos

UIRÁ PORÃ – tem gente que vai na porta de casa. O pai de um amigo meu recebeu uma visita e o cara disse que estava fazendo o cadastramento de dados e disse: qual que é a conta do banco? Qual é a agência? Qual que é a senha, por favor. O pai dele disse: a senha? Aí o cara: é a senha do senhor. Ah ta, espera aí que eu vou pegar lá dentro.

RUY LIMA – chamou a polícia?

UIRÁ PORÃ – aí quando voltou o cara tinha ido embora. Mas, vai que acontece de novo. Isso não é uma coisa da Internet, ela facilita e potencializa. Se manda um e-mail se atinge milhões de pessoas.

RUY LIMA – vai sempre pescar alguns, né?

UIRÁ PORÃ – ao contrário do cara ir de casa em casa, mas é a mesma prática. Alguém

INES APARECIDA – eu sei, mas hoje em dia não é possível que as pessoas não estejam sempre com as antenas ligadas.

ANDRÉ PEIXOTO – você manda pra quinhentas mil pessoas um e-mail de cadastramento, aí acaba que dessas quinhentas, cem dessas pessoas estavam na época de cadastramento. O que ele imagina? Ah, isso aqui é o negócio que eu conversei com o gerente. O site falso é idêntico ao site do banco e insere a informação. Então, acaba que o banco diz assim: olha, eu não tenho culpa nenhuma. O argumento do

banco qual é? Não tenho culpa nenhuma, a pessoa que informou, é como se uma pessoa chegasse na rua e desse o cartão de crédito com a senha.

RUY LIMA – não tem como saber que a página é falsa? Não tem nenhum meio de saber? Se tentar mover a página em cima, ela não move?

INES APARECIDA – mas, os bancos avisam. Os dois que eu tenho conta, eles avisam sempre: não pedimos nada de informação pela Internet.

ANDRÉ PEIXOTO– delegacia não faz

UIRÁ PORÃ – o normal é esse, evite tudo que você for fazer no banco, receber no banco. Quando quiser fazer alguma coisa no banco vá até o gerente e faça. Aí vai gerar uma senha e ele vai te explicar o processo, o que você precisa ter no seu computador. Ao mesmo tempo tem muita gente

INES APARECIDA – abestado.

UIRÁ PORÃ – é, abestado, inocente.

ANDRÉ PEIXOTO – as vezes

UIRÁ PORÃ – despreparado

RUY LIMA – a palavra correta é essa, né! Tem muita gente abestada. Mas, quais são as dicas André?

ANDRÉ PEIXOTO – as dicas são, é que para os usuários é assim: primeiro ele tem que ter um computador com o antivírus atualizado, com o sistema operacional atualizado, isso é importante pra evitar invasão. As vezes as pessoas pensam que as vezes podem usar uma operação pirata, assim ele não recebe atualização, usar um anti espião, não divulgar os dados na internet, não colocar as senhas óbvias, trocar as senhas com frequência, ter atualizado sistema como Java ou outro navegador.

RUY LIMA – mas esse negócio de trocar a senha com frequência também é um complicador horrível, né, porque hoje você tem quinhentas mil senhas pra várias coisas e você ficar trocando, eu não consigo ficar trocando de senha. Eu confesso que nisso aí eu tenho ponto fraco.

ANDRÉ PEIXOTO – os e-mails que você recebe, é não acessar o link a partir do e-mail. Quer ir pro banco? Vá lá no seu navegador e digite o endereço www.

RUY LIMA – isso é uma dica importante.

ANDRÉ PEIXOTO - Porque as vezes o link, as vezes que clica no link ver alguma diferença, as vezes tem erro de português, a parte gráfica não tem a mesma qualidade.

RUY LIMA – normalmente tem erro de português, né?

UIRÁ PORÃ – as vezes tem “ a gente precisamos do seu dados”, e o cara ainda responde

INES APARECIDA – merece, merece

UIRÁ PORÃ – merece levar

RUY LIMA – maldade Ines

INES APARECIDA – merece

RUY LIMA– o nosso ouvinte Igor Carvalho do Meirelles ele diz, *pergunta se essa nova lei não é o começo de uma tentativa de controlar a imprensa no futuro*. Eu acho que ele deu uma viajada legal, né!

UIRÁ PORÃ – essa especificamente não tem nada não, mas eu acho que existem sim algumas questões. A própria lei do, a questão do marco civil, uma das travas dele é justamente a questão do direito autoral. Por exemplo, hoje em dia tem o entendimento da justiça aí o André vai me corrigir se eu tiver errado, de que você publicar um conteúdo meu Rui, você pega um livro meu e publica num blog, eu posso ir lá e acionar e você tem que tirar o conteúdo do ar. Hoje em dia existe um entendimento da justiça de que só

pode fazer isso com ordem judicial. Ou seja, sem ordem judicial você não tem ordem de tirar o conteúdo. E uma das discussões do marco civil é tentar mudar isso. Ou seja, a partir do momento que eu disse que aquilo não é do Rui, o Rui tem que tirar do ar antes da justiça tomar essa decisão. Então, essa é uma questão que abre mão da liberdade. Em que ponto é direito autoral se você está dizendo o que eu num gosto? Eu acuso que aquilo é meu e aquilo sai do ar até você provar que é seu. Você pensa isso em questões políticas, em questões, enfim todo tipo de relação comercial. O que impede uma empresa de intimar a outra em um lançamento de campanha ou outro tipo de coisa.

RUY LIMA – o nosso ouvinte Emerson da Parangaba diz que *o melhor antivírus é o usuário crítico em suas navegações*. Crítico e cuidadoso. A gente ta encerrando o Debates do Povo de hoje, eu quero agradecer do advogado e especialista em direito da tecnologia da informação André Peixoto e ao diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Políticas Digitais Uirá Porã pela presença no nosso programa de hoje, como também a minha colega jornalista, debatedora de hoje Ines Aparecida. Agradecer especialmente a você ouvinte que nos ouve, que nos acompanha, que nos ajuda a fazer o Debates do Povo que hoje teve áudio de Kiko Gomes, produção de Letícia Lopes, Sávio de Sousa, editoria executiva de Marryllene Freitas, direção geral de conteúdo de Arlen Medina Nery

VINHETA- APRESENTAÇÃO RUI LIMA

RUY LIMA – obrigado pessoal, boa tarde e até amanhã! Boa sorte!

VINHETA – DEBATES DO POVO

TRANSCRIÇÃO

PROGRAMA DEBATES DO POVO / 11-ABRIL/ QUINTA-FEIRA

PRIMEIRO BLOCO

VINHETA – DEBATES DO POVO, APRESENTAÇÃO RUY LIMA

RUY LIMA – Salve! São onze horas e cinco minutos em Fortaleza. Está começando o seu Debates do Povo na 95.5. A prefeitura de Fortaleza começa discutir amanhã o futuro da cidade. O Fórum sobre planejamento urbano vai reunir especialistas brasileiros e estrangeiros que irão trazer experiências bem sucedidas que podem ser reproduzidas na nossa capital. Pra conversar conosco sobre a cidade e o planejamento urbano, está aqui a Secretária de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza Ágda Muniz. Estamos aguardando a chegada do presidente dos arquitetos do Brasil do departamento do Ceará, Odilon Almeida. Conosco também a nossa debatedora de hoje, socióloga e ex-prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle. O nosso Debates de hoje é uma homenagem aos duzentos e oitenta e sete anos de Fortaleza que se comemora dia treze de abril, no próximo sábado depois de amanhã. Você ouvinte participa do programa pelo telefone 3366.3770 ou 3366.3770, é esse mesmo o número? Vou repetir 3066.4030, eu disse o telefone errado, 3066.4030. Ato falho, dei o telefone da Televisão, vou repetir 3066.4030, o telefone pelo qual você participa do nosso debate de hoje. Ágda, esse anúncio que vocês fazem desse fórum que começa amanhã, vocês mencionam duas experiências bem sucedidas em planejamento urbano, duas cidades na verdade que servem de exemplo, Barcelona e Recife. Recife, Recife é um bom exemplo?

ÁGDA MUNIZ – Bom dia Rui, bom dia Maria Luiza! Recife sim, Recife apesar de não ter todo o desenvolvimento é, urbano, e quando a gente fala urbano a gente fala ambiental, econômico, social, cultural de Barcelona. Mas, Recife há um bom tempo se planeja. Recife desde os anos de noventa, posterior a seguir o exemplo de Barcelona, é Recife tem um planejamento integrado e um planejamento urbano atuante e referencia no nordeste.

RUY LIMA – interessante isso, eu não sabia disso, você sabia disso Maria Luiza, que Recife é um exemplo de planejamento urbano?

LUIZA FONTENELLE – Olha, eu queria dar o meu bom dia a Ágda e a você e dizer aos nosso ouvintes não deixem de participar porque este assunto diz respeito a nossa vida. Recife tem a referencia de ter sido a cidade modelar, num é? Uma região nordeste tanto por ter sido a primeira faculdade a ser fundada na região e daí o processo de planejamento ser bem maior do que outras cidades do nordeste. Eu creio

também que a referencia é o fato do rio passando dentro da cidade que exigiu um esforço uma lógica maior de ordenamento urbano.

RUY LIMA – o rio Capibaribe

LUIZA FONTENELLE – exatamente. Então é a referencia.

RUY LIMA – agora, por que Recife consegue ser modelo de planejamento urbano e Fortaleza não consegue ser?

AGDA MUNIZ – aí a gente vai falar modelo, modelo ainda não. Recife, é, existe uma experiência bem sucedida

LUIZA FONTENELLE – de planejamento

AGDA MUNIZ – de planejamento

RUY LIMA – então, vamos tirar o modelo. Mas é um planejamento bem sucedido?

AGDA MUNIZ – é um planejamento bem sucedido porque a cidade já vem, como a Maria Luiza já estava falando, já vem se, perdão pelo termo, se capitalizando ao longo de algum tempo de

RUY LIMA – não fala mais em capital perto da Maria Luiza de novo

LUIZA FONTENELLE – pois é, quem fala que o capitalismo está morrendo, né!

AGDA MUNIZ – (risos) bom, mas Recife já vem aprendendo todos os conceitos de planejamento. Então, não é um modelo porque ainda não temos a concretização do planejamento que seriam realmente índices, indicadores urbanismo, indicadores sociais de qualidade de vida, indicadores econômicos. Por exemplo, hoje Barcelona, aí vou voltar pro modelo Barcelona, a gente pode considerar Barcelona como modelo. Barcelona no final da década de oitenta, início da década de noventa, Barcelona era uma cidade economicamente falida. Existiam, haviam muitas áreas degradadas.

RUY LIMA – toda aquela área do Cais do Porto, né!

AGDA MUNIZ – exatamente. Havia um índice de desemprego altamente elevado e hoje Barcelona, ela é chamada pelo Jorge Borge, que é um estudioso, que foi um dos pensadores desse modelo Barcelona, como um nó na rede mundial de cidades. Ou seja, ela é muito importante, ela hoje é a quinta cidade mais visitada no mundo.

RUY LIMA – agora, tudo isso a partir do esforço de quando foi realizada a olimpíada em Barcelona.

AGDA MUNIZ – exatamente.

RUY LIMA – isso prova que quando há vontade política, determinação e evidentemente dinheiro, você consegue fazer uma transformação na cidade em um passo de tempo muito curto ainda.

AGDA MUNIZ – exatamente. Quando há vontade política, de gestão mesmo e quando há também um conhecimento do que o planejamento representa pra gestão de uma cidade, isso é completamente factível. Porque o dinheiro vem por várias fontes de financiamento, inclusive a questão das parcerias do público e privado. Barcelona se fez muito o uso desse instrumento quando houve sua transformação na década de oitenta e noventa e dois para as olimpíadas.

RUY LIMA – agora, a gente pode estabelecer uma comparação entre Barcelona e Fortaleza, ou Recife, do ponto de vista de indicadores sociais? Porque alguns indicadores sociais que você se referiu, eles também são muito importantes nessa questão do planejamento urbano. Uma dessa questão dos urbanistas brasileiros ainda é a Ermínia Maricata, ela disse que o centro de todo urbanista é uma questão de justiça social. Ou seja, de como as grandes cidades, de como as metrópoles brasileiras precisam deixar de ser a impressão secular da discriminação contra os mais pobres.

AGDA MUNIZ – Rui, há uma pergunta que as vezes muita gente acha que é uma pergunta, toda vida se pergunta isso, o que nós queremos ser? E essa pergunta, na verdade, não é uma pergunta, é uma pergunta complexa, é uma pergunta que vai muito do interesse de cada um. O que nós queremos ser? Então, o que

nós queremos ser, os indicadores vão partir daí. Se nós quiséssemos ser uma cidade de alto nível de conhecimento, de educação, de alto nível de indicadores sociais, nos temos que começar com essa pergunta. Como Fortaleza quer está daqui a vinte anos? Então assim, eu só posso mudar, só posso transformar a cidade a partir desse questionamento e fortalecer os indicadores a partir do que eu quero ser. Eu posso querer ser a melhor cidade do mundo, mas se eu não tiver índices elevados de educação, índices de saneamento que são importantes pra cidade, saúde, eu não posso ter uma cidade transformada.

RUY LIMA – então, eu devolvo essa pergunta para você, que está assumindo agora a secretaria de urbanismo e meio ambiente, ta assumindo uma administração nova na cidade, qual é a cidade que você quer ter daqui a vinte anos?

AGDA MUNIZ – a cidade que eu quero ter daqui a vinte anos, aí é muito bom você falar daqui a vinte anos porque uma cidade não se muda em dois, três anos ou com uma gestão. A cidade se muda num processo.

RUY LIMA– você não está se contradizendo, uma vez que você foi a Barcelona e mudou em

AGDA MUNIZ – Barcelona não mudou em, era isso que eu ia dizer agora

LUIZA FONTENELLE – eu o que eu gostaria de afirmar, você tem uma experiência de uma cidade que é fruto do primeiro processo de grande movimento industrial que foi na Europa. Então, Barcelona é um exemplo disso e o planejamento que a Agda se refere é no sentido da reestruturação. Ou seja, você tem toda uma base que veio com o processo de capitalismo. No caso das cidades brasileiras, eu fazia referencia a Recife porque eu tive a oportunidade de ir a Recife na década de, não, no início da década de sessenta quando Miguel Arraes era prefeito daquela cidade. Ou seja, havia toda essa tradição já de planejamento e eu lembro do esforço do Miguel Arraes como prefeito no sentido de dá uma estrutura a mais na cidade. No caso de Fortaleza, o que, as cidades do Brasil e da América Latina são cidades que vieram nesse segundo momento de desenvolvimento dos países ditos subdesenvolvidos. O que é que você tem? Uma cidade, aqui nos temos a experiência de planejamento quando Lúcio Alcântara foi prefeito que instituiu o Fórum Adolfo Hebert. Não é isso? Eu quero só dá um exemplo aqui, que quando eu assumi a prefeitura de Fortaleza, que foi em oitenta e seis, você teve um acréscimo de população de trezentas mil novas pessoas na cidade por conta da problemática da seca. Então eu queria dizer que no caso do Recife, tem a mesma, o mesmo peso que tem a seca no Ceará para esse crescimento da cidade, Recife não tem. Além do mais, o Recife tem cidades de porte médio que seguram mais a população antes dela chegar

RUY LIMA – são cidades satélites

LUIZA FONTENELLE – é. Por exemplo, Feira de Santana, é um exemplo disso, grande cidade que sustenta a população migrante antes de chegar no Recife. E aí, Agda, eu queria dizer que daqui a vinte anos, se mantivermos a lógica de funcionamento do sistema, nós teremos uma cidade cada vez mais destruída. Porque planejar como com essa quantidade, eu te pergunto. Planejar como com essa quantidade de carro que entra permanentemente? O gestor da cidade não tem peso para decidir isso. Outra questão, como fazer, e aí a sua posição eu acho que é importante, como fazer para não continuar a degradação do rio que é central no pulmão da cidade que é o rio Cocó? Entendeu? Ou seja, continua o processo de construção dessas, nós estamos vivendo uma situação de calor insuportável, isso ta deixando as pessoas loucas, jogar essa quantidade de prédios que não existia isso. O código da postura da cidade não permitia.

RUY LIMA – Agda vai responder isso daqui a pouco, qual é o tipo de cidade que ela quer daqui a vinte anos.

AGDA MUNIZ– vou, eu queria só voltar na questão de Barcelona que não foi feito em seis anos, foram feito em de oitenta e seis a noventa e dois, a implantação da reforma para as estruturas das olimpíadas. Mas, até hoje Barcelona se transforma, se planeja. Lá eles estão na quarta versão ou na quarta evolução de todo o planejamento que foi feito em oitenta e seis. Então, esse planejamento é contínuo. E com relação a o que eu quero na cidade daqui a vinte anos, eu quero e assim como cidadã também, e agora como gestora pública, eu queria que Fortaleza, na verdade vou mudar o verbo, eu quero que Fortaleza seja um nó na rede mundial de cidades, seja mundialmente conhecida. Como fazer isso? Aí Maria Luíza levantou essa questão da acessibilidade, da mobilidade, do uso do solo. Você falou no código de obras, esse código de obras é de 1981, ele é quase da minha idade. Então, muito se mudou na cidade.

LUIZA FONTENELLE – risos

AGDA MUNIZ – aí a gente lê aí, vou fazer um detalhamento, você puxar o artigo vinte do código de obras hoje, ele fala em SUOP (secretaria de urbanismo e obras públicas de Fortaleza). Então assim, ele precisa ser atualizado, precisa ser atualizado mesmo porque as questões ambientais eclodiram a partir de oitenta e seis e oitenta e sete com o nosso futuro comum. E aí ele precisa ser atualizado, atualizado no sentido de postura, controle urbano e questões ambientais. Você ter indicações voltadas para o verde, as edificações certificadas, a manutenção e a utilização do nosso ambiente natural. A questão da mobilidade, o mundo inteiro hoje, as cidades, elas se planejam para que as viagens sejam zero, sejam reduzidas. Ou seja, o caminhar, a gente tem um problema aqui que é um problema, uma solução, o sol é intenso. Mas, assim, quanto menos você reduzir viagens, por exemplo, você ter sua moradia, seu emprego perto da sua casa, o seu lazer, você precisar menos utilizar o carro. Hoje uma pessoa sai do Bom Jardim, do Siqueira às vezes pra pagar uma conta ou fazer uma carteira de identidade no Centro da cidade e aí você tem o movimento, o deslocamento todo convergindo para o Centro. É importante? É, porque economiza a passagem no Centro. Mas, é desmedido. Se essa pessoa pudesse resolver o seu problema, o problema dela no seu bairro, não haveria tanto essa questão de deslocamento. Isso aí você já reduz a questão da mobilidade. E aí você tem também a questão do transporte público de qualidade também que é pra ser inserido na malha urbana da cidade pra que as pessoas possam se deslocar com mais conforto. Mas, o principal é a redução das viagens. Se você reduzir a viagem, você melhora e economiza até a economia de cada bairro. Porque as pessoas vão utilizar do comércio, dos serviços, do seu bairro. Então, isso foi planejado pra Fortaleza em 1963, o plano diretor que foi elaborado pelo urbanista Hélio Modesto, ele previa que Fortaleza fosse poli nuclear, para que as pessoas dependessem menos do centro da cidade.

RUY LIMA – você diz que seria a criação de shoppings de zonas comerciais, de serviços nos bairros

AGDA MUNIZ – eu diria mais.

RUY LIMA – de atendimento de serviços públicos nos bairros,

LUIZA FONTENELLE – aí você pega saúde, você pega escolas,

RUY LIMA – postos de saúde, escolas,

AGDA MUNIZ – eu diria nos bairros alto sustentáveis

RUY LIMA– bairros alto sustentáveis, a palavra é essa.

AGDA MUNIZ – e hoje você tem como fazer isso, posto de saúde, creches e já tem bem localizados. Você precisa redimensionar

LUIZA FONTENELLE – agora você dizendo isso. Pois não, Rui

RUY LIMA – vou fazer um intervalo, eu preciso fazer um intervalo, a gente volta logo com você Maria Luiza. Vamos ao intervalo, lembrando que você participa do programa pelo 3066.4030. A gente volta já!

VINHETA – DEBATES DO POVO

SEGUNDO BLOCO

VINHETA – DEBATES DO POVO, APRESENTAÇÃO RUY LIMA

RUY LIMA – Estamos de volta, estamos de volta com o Debates do Povo pela FM 95.5. Estou recebendo hoje aqui a Secretária de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza, Agda Muniz e a Socióloga e ex-prefeita de Fortaleza Maria Luiza Fontenelle. Estamos conversando sobre planejamento urbano, as vésperas de Fortaleza comemorar 287 anos, data que se comemora no dia treze de abril, no sábado. Você ouvinte participa do programa mandando perguntas, mandando comentários pelo telefone 3066.4030, fiquei com o telefone da televisão agora, 3066.4030 é o telefone pelo qual você participa do nosso debate. Como fez o nosso ouvinte Maicon lá do Conjunto Ceará, diz que *conhece Recife e que só tem organização na área nobre da cidade. Ele diz que até Natal é melhor no ponto de vista urbano. O Roberto Silva da Praia do Futuro diz também que Recife não é exemplo nenhum de urbanismo, ele diz que a cidade é péssima. O Luiz Barbosa de Messejana todos os índices relacionados a coisa ruim Fortaleza tá no topo, segundo ele planejar a cidade agora é bastante difícil. É bastante difícil, é um desafio. Mas,*

LUIZA FONTENELLE – Mas veja bem, nós temos o exemplo de cidade planejada no Brasil que é Brasília. Brasília é um caos. Entendeu? Então o que nós estávamos falando é que Recife teve um planejamento muito superior ao que ocorreu em relação a Fortaleza. Mas, não superior ao que ocorreu em Brasília. Agora, recentemente nós participamos de um debate Agda, estávamos lá, foi um lançamento de um livro não foi um debate, foi um lançamento que muitas perguntas foram feitas aos arquitetos e professores. Ordem e desordem, arquitetura e urbanismo no Brasil. E ele falava que um bairro modelo, um bairro alto sustentável em Brasília é o bairro dos Candangos. Ou seja, o bairro onde tinha toda a estrutura para o funcionamento que foi construir Brasília e que se tornou um bairro alto sustentável. No entanto, a dificuldade se reside em que? Eu estava lembrando, em Fortaleza, um dado em oitenta e cinco é que era a cidade mais mal, os piores índices dizem que em oitenta e cinco Fortaleza era a cidade mais mal servida, das mais mal servida de esgoto do mundo. Então, como planejar uma cidade se o que você tem hoje, nós sentimos uma chuvazinha, essa que deu essa semana, ali pertinho da Assembléia Legislativa parecia que tinha um rio e que ia levar tudo.

RUY LIMA – mas eu acho que já foi pior a cidade, porque eu lembro lá na década de oitenta, no começo da década de oitenta que aqui chovia, aqui na Eduardo Girão virava um mar, ninguém passava.

LUIZA FONTENELLE – pois é, então você tem além da ausência de infra- estrutura, que eu quero fazer comparando a Barcelona. Eu lembro que na época Agda que eu era prefeita fizeram uma reportagem comparando Fortaleza com Paris, pelo amor de Deus! Então eu digo a ausência de infra-estrutura básica, aí você amontoa a cidade de carros, de prédios. Qual é a tendência? É um processo de degradação permanente.

RUY LIMA – agora, Agda, a prefeitura

AGDA MUNIZ – eu só queria responder o Maicon e o Roberto Silva. A questão de Recife, e aí eu vou voltar o que a gente tinha conversado. Planejamento é diferente de gestão, né Maria Luiza. Você pode ter um planejamento, como eu estava falando aqui, do Hélio Modesto em 1963, era um exemplo de planejamento. Mas, cabe a gestão e aí é o desafio mesmo das gestões que se faz é implantar esse funcionamento. Então assim, e a gente estava falando aqui no começo, Recife não é modelo hoje. Mas, há uma tradição de planejamento e que vem sendo implantado sim a duras penas, o que foi diferente de Barcelona. Barcelona hoje é um modelo porque a gestão municipal na época entendeu que aquilo ali era o futuro, e conseguiu realmente implantar um modelo. E Natal é pequenininha em relação a Fortaleza.

RUY LIMA – é mais fácil, bem mais fácil

LUIZA FONTENELLE - não só como é um Estado econômico melhor que o Ceará.

AGDA MUNIZ – e urbanismo e meio ambiente em Natal andam juntos há muito tempo. Não existe secretaria de meio ambiente se ela for dissociada de urbanismo. O urbanismo tem que andar junto com meio ambiente. O ambiente construído ele nasce de um ambiente natural. Então, essa nova roupagem da secretaria na gestão onde une urbanismo e meio ambiente é essencial. E em Natal isso já acontece a algum tempo.

RUY LIMA – agora Agda, quando você fala da necessidade de se criar bairros auto dependente, significa que a prefeitura já está trabalhando nisso?

AGDA MUNIZ – olha Rui, a prefeitura, nos estamos a cem dias, existe uma ação regulamentação da lei do plano diretor, mas em termos, isso quem define os bairros auto sustentáveis, na regulamentação do plano diretor propor, conseguir implantar essa questão de você ter que, esses bairros auto sustentáveis. Mas isso é muito do próprio plano diretor, do conselho do plano diretor. E você falar em revisar um plano diretor que foi recentemente revisado, é muito complicado.

LUIZA FONTENELLE – eu, em quê que esse evento que vocês estão promovendo agora teria, digamos, reforçar essa pergunta que o Rui terminou de fazer, no sentido dessa proposta, de áreas sustentáveis, ou bairros.

AGDA MUNIZ – pronto.

LUIZA FONTENELLE – e que outros pontos desse seminário seria interessante para o conhecimento da população? Porque essa questão do meio ambiente também, ela tem muito haver com o comportamento das pessoas da cidade, também.

AGDA MUNIZ – também Maria Luiza, e é muito bom você ter tocado nessa questão do fórum. O fórum, ele é um momento pra se discutir, um momento pra ouvir as nossas cabeças pensantes, sejam elas empresárias, com ..., construção civil, investidores, mercado imobiliário, estudantes, academia. A universidade vai tá bastante presente nesse fórum. Então, é o momento pra se discutir, não é ouvir, é discutir. Esses exemplos de Barcelona e de Recife serão apresentados, a parte da tarde Fortaleza vai se fazer presente a partir do professor Romuelo Duarte com professora Vera Mamede, professora Margarida, professor Clovis da Universidade Federal do Ceará, vão fazer uma exposição histórica, toda a evolução do planejamento da cidade até os dias atuais e funcionários da prefeitura como a arquiteta Regina Costa e Silva e os arquitetos Francisco das Chagas Durval Sales, que a gente chama carinhosamente de Chiquinho, e o Prisco Bezerra que é arquiteto da prefeitura, são funcionários antigos de carreira da casa vão expor quais são as expectativas, as perspectivas pra esse planejamento da cidade de Fortaleza.

RUY LIMA – o nosso ouvinte Jackson Guedes lá de Pacatuba, ele pergunta se *é possível falar em planejamento urbano, se a lógica do capital determina que seis mil veículos entrem mensalmente no trânsito?* É complicado isso.

AGDA MUNIZ – se as pessoas tivessem, aí você fala, você vê: uma pessoa que sai do Servi Luz e que vai, sei lá, que vai ter um trabalho na Parangaba, ela passa duas horas, vai de um terminal para o outro, passa duas horas pra se locomover. Se ela tiver um dinheirinho a mais é claro que ela vai comprar um carro, porque é um conforto.

LUIZA FONTENELLE – ou pega um moto táxi.

AGDA MUNIZ – exatamente.

RUY LIMA – principalmente quando o governo federal estimula uma compra de carro diminuindo, zerando o imposto, zerando o imposto, o IPI.

LUIZA FONTENELLE – e carro e moto também. Eu acho as propagandas estimulando a compra de moto infernal. Porque soma com o ímpeto da juventude de vencer os espaços. E preocupa-me uma coisa sobre modo que é o fato da consciência humana. Quer dizer, os grandes estudiosos do pensamento humano estão dizendo que o que nós temos de consciente é muito pequeno. Então um sistema que é irracional, uma razão que não é uma razão do ponto de vista da preocupação humana, mas é uma razão funcional. Então, você tem uma desrazão que demanda esse processo. Então é muito difícil, quando eu toquei a questão da população eu queria aqui trazer a público uma iniciativa do pessoal do projeto do Parque Ecológico Rio Branco. Então, eles estão fazendo em comemoração a esta data de aniversário da cidade no próximo domingo, dia quatorze de abril. Uma discussão permanente lá no parque Ecológico Rio Branco. Há a necessidade da população refletir mais sobre essa realidade e participar mais. Essa coisa do lixo nessa cidade tem que ter uma consciência, tem que ter um comportamento diferente pra nos ter essa enxurrada d'água, porque os esgotos estão tudo cheio de lixo.

RUY LIMA – Agda, quando você assumiu a secretaria de urbanismo e meio ambiente, você imaginou traçar uma linha que você gostaria de, no final teria um objetivo do qual se teria que alcançar? Você sabe exatamente o que você quer na secretaria de urbanismo?

AGDA MUNIZ – sei. A gente tem como missão, a secretaria hoje, planejar e controlar o ambiente urbano, ambiente construído e o ambiente natural de Fortaleza. E a gente quer que ao final de quatro anos, isso aí é um planejamento da secretaria, é que a secretaria possa oferecer a cidade de Fortaleza, um planejamento adequado, inclusive integrando o sistema natural ao ambiente construído da cidade, seja uma secretaria estruturada com relação ao planejamento e controle ambiental no sentido de, você vai fazer uma reforma na sua casa, você vai tirar um alvará, não via demorar um ano e meio como se demora hoje. Você ter mecanismos de fiscalização

LUIZA FONTENELLE – que isso propicie

RUY LIMA – só pra ela concluir

AGDA MUNIZ – a gente quer que a fiscalização hoje que já é feita a partir de denúncias, a urbana e a ambiental, a fiscalização á controle urbano, a poluição sonora, poluição visual, a questão de fluentes e resíduos sejam efetivos e não somente a partir de denuncia. A gente vai ter um apoio, na verdade nós vamos apoiar as secretarias regionais a fazer isso, e aí eu gostaria de salientar a importância das

secretarias regionais no sentido de colaborar com essa fiscalização. Então, a visão que nós temos da secretaria é uma secretaria que vai planejar Fortaleza no sentido de regulamentar o seu plano diretor, de introduzir um sistema de parques naturais integrado na malha urbana da cidade e fiscalizar, se isto está ocorrendo de forma adequada.

RUY LIMA – a nossa ouvinte Silvana lá do bairro São Gerardo, ela diz que *se fala muito em meio ambiente, mas ela gostaria de saber quando é que vão resolver o problema dos esgotos no mar de Fortaleza, na beira mar, da lagoa de Parangaba, da lagoa da UFC que estão cheia de lixo, que muitas vezes lixo jogados por moradores, enfim*

AGDA MUNIZ – Rui, é uma vergonha Fortaleza ser uma capital onde sua orla é cem por cento saneada, existe cem por cento de saneamento na orla de Fortaleza. E todo domingo a gente verifica no jornal “praias impróprias para o banho”, não era pra haver praia imprópria. Então, é uma questão de fiscalização, a secretaria já está, existe um convenio entre as secretarias, a antiga Semam e Cagece, a Selma hoje, secretaria de urbanismo e meio ambiente está ampliando esse convenio para que a gente possa fiscalizar e autuar essas pessoas que são infratores mesmo, são pessoas que estão, que não tem sua rede ligada, por isso estão poluindo rios, riachos e próprio mar de Fortaleza.

RUY LIMA – mas quando você fala da beira mar, você tá se referindo a quem? Aos grandes condomínios milionários?

AGDA MUNIZ – também.

RUY LIMA – o que é uma vergonha.

LUIZA FONTENELLE – e grandes hotéis também

AGDA MUNIZ – a lei é pra todos.

RUY LIMA – os grandes hotéis também são condomínios

AGDA MUNIZ – A lei é pra todos, e aqui faz uma advertência. Vamos se regularizar, porque a gente já está planejando em fiscalizar e identificar quem são esses emissores de esgotamento na orla pra que Fortaleza até mesmo na, a gente pode até lançar esse desafio aqui. Na Copa das Confederações, Fortaleza tenha todas as praias da cidade próprias para banho. E não é irreal não, isso pode se tornar real a partir do momento em que todo mundo se regularizar. E nós vamos junto com Cagece e aí o André Facó, a gente tem tido várias reuniões, a gente já está avançando nessa questão de ampliar o convenio pra fiscalizar e monitorar os recursos da cidade, não só a orla, porque tem a Lagoa de Parangaba, Riacho Jacarecanga, Riacho Maceió, Lagoa de Messejana e demais rios, riachos e lagoas da cidade pra gente monitorar o que está acontecendo em termos de poluição nesses recursos.

RUY LIMA – eu quero registrar a presença do presidente do Instituto dos arquitetos do Brasil, do departamento do Ceará, Odilon Almeida que acaba de chegar no nosso Debate, no nosso estúdio, certamente vítima de mobilidade urbana da cidade.

LUIZA FONTENELLE – (risos) com certeza.

RUY LIMA – chegou quarenta minutos atrasado (risos) ao nosso debate. Obrigado pela presença Odilon.

ODILON ALMEIDA – obrigado, a mobilidade não foi a minha, foi a da pessoa que estava em reunião comigo, um grupo de quarenta estudantes que estavam no IAB e atrasou e por consequência gerou o atraso aqui.

RUY LIMA – está desculpado! Voltando ainda a questão da Beira Mar, e na Beira Mar a gente viu recentemente a retirada, a apropriação, a venda de alguns imóveis lá no final da Beira Mar, para a construção de grandes condomínios anunciados exatamente em cima do riacho Maceió. Aquela construção ali é

AGDA MUNIZ – Rui, vou te pedir desculpa

RUI LIMA – eu to errado?

AGDA MUNIZ – tá errado. Não está errado, você pode tá mal informado

RUY LIMA – ah

AGDA MUNIZ – aquela operação se chama operação urbana conssoviada do riacho Maceió.

RUY LIMA - o que é isso?

AGDA MUNIZ – operação conssoviada é um instrumento urbanístico previsto pelo estatuto das cidades, onde o poder público pode firmar parceria com o setor privado no sentido de transformar de forma estrutural, ambiental e social, áreas de uma cidade. Rio de Janeiro faz isso, São Paulo faz isso em maior escala.

RUY LIMA – mas eu não devo ta completamente enganado porque aquela questão lá inclusive está sendo objeto de uma investigação pública do Ministério federal.

AGDA MUNIZ – de forma nenhuma, de forma nenhuma. É uma lei

RUY LIMA – essa informação me desculpe, mas quem me deu foi o próprio procurador geral, procurador geral não, mas um procurador da república deu essa informação de que está investigando.

AGDA MUNIZ – a operação urbana conssoviada do riacho Maceió é uma lei aprovada no ano 2000, renovada se não me engane em 2011 pela prefeitura. O que é que rege o convenio? Convenio entre a prefeitura de Fortaleza e a empresa que está fazendo toda aquela obra. Eles vão dá um parque a cidade entre a Abolição e Beira Mar. Em contra partida, isso é totalmente, uma operação totalmente legal, constitucional, prevista em lei e a contra partida deles é ter o mesmo índice urbanístico que teria na Beira Mar.

RUY LIMA - mas, o quê que teria, o que vai surgir ali?

AGDA MUNIZ – um parque urbano pra Fortaleza e edifícios que ao invés de construir a Beira Mar é, são três torres residenciais, são implantadas entre o parque e a igreja de Nossa Senhora da Saúde. Qual foi o benefício que a empresa teve? Ter o mesmo índice urbanístico que a Beira Mar tem, só isso. E eles estão dando á cidade Fortaleza um parque, um parque onde ali e aí é o que a população tem que reconhecer aquilo ali era um antro de lixo, um terreno cercado onde muita gente, muitas ocorrências policiais, muitos índices de violência urbana aconteciam na Beira Mar. Os marginais fugiam para aquela área. Aquilo vai ser aberto, vai ter um acesso entre Abolição e Beira Mar. Então, aquilo ali é uma operação perfeitamente viável e correta.

RUY LIMA – ok. Vamos pro intervalo? A gente vai pro intervalo, lembrando que você participa pelo telefone 3066.4030. Agora eu disse o número certo, até já!

VINHETA – DEBATES DO POVO

TERCEIRO BLOCO

VINHETA – DEBATES DO POVO

RUY LIMA – estamos de volta, estamos de volta! São onze horas e quarenta e oito minutos. Estamos com o Debates do Povo na sua FM 95.5. Estou recebendo a secretaria de urbanismo Agda Muniz e o presidente, estamos agora recebendo o presidente dos arquitetos do Brasil do departamento do Ceará Odilon Almeida e a nossa debatedora de hoje é a nossa socióloga e ex-prefeita de Fortaleza Maria Luiza Fontenelle. Você em casa, você ouvinte participa do nosso programa pelo 3066.4030. Como fez a Marta do Bairro de Fátima que diz que *Maria Luiza você é uma voz clamando no deserto*.

LUIZA FONTENELLE – eita!

RUY LIMA – o Marcelo da Aldeota diz que *cidade desenvolvida não é aquela que o pobre anda de carro, e sim aquela em que o rico anda de ônibus*. E de metrô, acrescento eu, né Marcelo.

AGDA MUNIZ – verdade.

RUY LIMA - O Régis Lima do Jardim Iracema pergunta *o que está sendo feito a curto prazo em relação as ruas sem saída, que prejudicam a vida de muita gente*. O Jackson, vocês vão anotando aí porque eu tenho um monte de participação dos ouvintes. O Jackson Guedes da Pacatuba pergunta *se existe algum*

estímulo para a redução de IPI para o consumo, que estimula também o consumo também para uma cidade que não comporta. Bom não entendi direito a pergunta dele. Mas enfim. A Maria Isabel do Dionísio Torres, Fortaleza está destruída, o centro está em péssimas condições, na periferia parece que nem mora gente, as pessoas são tratadas como bichos, não a nada a nada o que comemorar na cidade no aniversário. Bom, vamos também ser mais otimistas. Ver os aspectos bom da cidade. Mário do Montese, Recife não tem planejamento, cidade que tem planejamento é Curitiba. O João Costa do Meirelles, os prédios não deveriam ser muito próximos uns dos outros, de acordo com sua altura e distancia, ao redor deveriam haver áreas livres entre os prédios. É tem toda razão. O Francisco Eron do José Walter, eu tenho certeza que daqui a trinta anos, não, como é que é? Tenho carteira há trinta anos, mas vou do José Walter para a Praça Coração de Jesus a pé?, De ônibus. Não porque está escrito aqui de ônibus. Vou do Conjunto Jose Walter para a praça Coração de Jesus de ônibus e o transito é horrroso. A Maria Eleni Araújo do Guararapes, a prefeitura deveria planejar uma maneira de recolher lixo, de lixo eletrônico, porque a população, para que a população não jogue lixo. Ela ta se referindo a um problema sério das grandes cidades é pilha, computadores que jogam fora. O Hebert lá do Meirelles diz que o secretário João Braga de Recife ta tendo enorme dificuldade com relação a mobilidade urbana da cidade que é péssima. Bom, tem uma série de questões colocadas aí pelos ouvintes. Mas, Odilon eu gostaria de saber de você Odilon uma pergunta, uma pergunta básica, você acha que existe um ponto em que a cidade se torna inviável?

ODILON ALMEIDA – eu acho que não existem problemas sem soluções, e nas cidades, na matéria de cidades, também acredito que não há problema sem solução. Soluções, elas vem a partir de decisões políticas e a partir também de tomadas de consciência da população. Então, participar junto aos governos das soluções que são ezequíveis. Se você pegar algumas cidades, algumas cidades européias no final do século XIV e início do século XVIII, Londre, Paris, eram cidades cheias de problemas, uma epidemia de cólera em Paris no século XVIII, se não me engane, matou vinte por cento da população em Paris. Então, os problemas existem e as soluções estão na tecnologia, e as soluções estão também na economia e na participação das pessoas. Eu gosto de ver, não olho como a moça que falou a pouco tempo sobre a cidade não tem o que comemorar. Eu moro nessa cidade há trinta e dois anos, sou de Russas no interior do Estado, adoro essa cidade, vim pra cá com um mundo de esperanças e realizei meus sonhos como pessoas, como ser humano, como cidadão nessa cidade. É, é uma cidade plena de oportunidades, não é a toa que ela é tão querida, tão buscada

LUIZA FONTENELLE – tão encantada

ODILON ALMEIDA – tão cantada pelas pessoas que vem do interior, como as pessoas que vem de outros estados nos conhecer. Agora o seguinte, quando a gente está vivendo a cidade, vivendo seus problemas. Se você sair daqui e for pra Nova York, for pra Madri, For pra Lisboa, você vai perguntar ao cidadão daquela cidade, ele vai apontar uma série de problemas

RUY LIMA – mas aí você mencionou umas capitais, enfim, eu to chegando de uma viagem também, visitei algumas capitais européias e fiquei imaginando como seria bom se a gente tivesse uma cidade em que tivesse calçadas pra caminhar, né? Agda, você acha, é uma pergunta pra Odilon também, pra Agda, esse problema das calçadas, dos espaços públicos pra gente poder caminhar pela cidade, é tão gostoso caminhar pela cidade, você acha que a cidade ainda tem solução para esse problema? Tem solução? Fechar algumas ruas, porque eu não vejo mais, não pode mais tirar os prédios que ocupam as calçadas de Fortaleza pra devolver as calçadas. Qual seria a solução?

AGDA MUNIZ – tem jeito. A calçada a gente vai falar desde o piso até o pavimento que é implantado nela. A gente tem aí uma herança da Pedra Portuguesa, é terrível caminhar na calçada com pedra portuguesa.

RUY LIMA – isso porque tem salto alto, deixa de usar salto alto, porque em Lisboa tem calçada portuguesa e

AGDA MUNIZ – ela é bem colocada

RUY LIMA – é, ela é bem colocada, mas é só uma questão de ser bem colocada

AGDA MUNIZ – mas, aí é o principal.

RUY LIMA – e vocês pararem de usar salto alto?

AGDA MUNIZ – não mas não é o salto alto, é pra qualquer pessoa que caminha. A dimensão das nossas calçadas vai muito da regulamentação, o que está, a gente tem como melhorar, na regulamentação, na legislação calçada de dois metros vai até em qualquer outra cidade. Pronto, citaram Curitiba.

RUY LIMA – Curitiba

AGDA MUIZ – você tem o espaço da calçada do transeunte, da pessoa que ta caminhando na calçada e você tem aquele que ficam aquelas cadeiras, mesinhas e aí as pessoas ficam no lado de fora de bares e restaurantes e aqui quando você vai num bar ou restaurante tem muito, colocam as cadeiras praticamente na rua.

RUY LIMA – na rua. Praticamente não, na rua mesmo.

AGDA MUNIZ – e aí tem como melhorar. É uma questão de educação, é uma questão de regulamentação e de fiscalização.

RUY LIMA – e você acabar com as calçadas que ficam na área do comercio, em frente as lojas, os lojistas usam de estacionamento, roubando o estacionamento da população. Isso é uma questão de coragem também. Isso é uma questão de coragem da prefeitura enfrentar isso.

LUIZA FONTENELLE – as calçadas que são públicas estão se tornando privadas. Então, isso é uma coisa que tem que ser corrigida, mas eu queria dizer que nós vamos ficar devendo viu Rui, vamos ficar devendo aos nosso ouvintes um debate mais aprofundado sobre essa questão do Pajeú. Eu enfrentei quando prefeita de Fortaleza um confronto com o então vice governador do Estado, que era o Castelo de Castro, meu querido Castelinho, para que não fosse construído a obra que estava projetada naquela região do pajeu próximo a avenida Beira Mar. De forma que há uma polemica com essa questão, questão que não dá pra discutir num programa que já está encerrado. Então, que o Odilon pudesse voltar aqui, num sei se juntamente com a Agda, pra dá continuidade a esse debate, porque os ouvintes com certeza vão cobrar sobre essa questão.

ODILON ALMEIDA – eu queria Rui, por favor. Nos vivemos, se você pensar coisas num médio e longo prazo, nos vivemos no século XX, um século, a população de Fortaleza cresceu cinquenta vezes. Saltou de cinquenta habitantes para duzentos milhões e meio. E agora a população de Fortaleza, segundo mostrou no último Censo que está se estabilizando. Então, o que nos construirmos agora nas próximas décadas ficará de legado para as futuras gerações. É a hora de entender que a cidade deve parar de crescer e a gente reformá-la, construí-la e deixar construções permanentes para o futuro. É hora da gente arregaçar as mangas e buscar soluções duradouras para esses problemas.

RUY LIMA – bom, a gente está chegando ao final do debate de hoje Agda, eu queria que você fizesse o convite aí para o fórum que começa amanhã, quem é que pode participar, onde é que vai ser? Convidar a população, se fosse o caso, a população pode participar também?

AGDA MUNIZ – a retomada do fórum vai iniciar amanhã, a primeira sessão. Haverá outra sessão em junho sobre o meio ambiente, em setembro sobre mobilidade e finalizando em novembro vai ser o fórum discutido o ano inteiro. Pra esse lançamento, as inscrições na primeira semana, que foi colocada no ar, no site, elas foram esgotadas. Mas, é amanhã, no dia doze, no CDL, a partir de oito horas da manhã. Vai ser o dia todo e a gente convida, quem quer participar é tentar ir lá que eu acho que vai ser muito bom.

RUY LIMA – legal! Nos estamos terminando o nosso Debates do Povo de hoje, eu quero agradecer a presença da secretaria de urbanismo e meio ambiente de Fortaleza Agda Muniz ao presidente do Instituto dos arquitetos do Brasil do departamento do Ceará Odilon Almeida e a nossa debatedora socióloga e ex-prefeita de Fortaleza Maria Luiza Fontenelle. Agradecer especialmente a você ouvinte que nos ouve e nos acompanha, ajuda a fazer o Debates do Povo de hoje que teve participação no áudio de Kiko Gomes, produção de Letícia Lopes, Sávio de Sousa, editoria executiva de Marryllene Freitas, direção geral de conteúdo de Arlen Medina Nery.

VINHETA – DEATES DO POVO

RUY LIMA – obrigado pessoal, bom dia, boa sorte!

TRANSCRIÇÃO

PROGRAMA DEBATES DO POVO / 12-ABRIL/ SEXTA-FEIRA

PRIMEIRO BLOCO

VINHETA – DEBATES DO POVO, APRESENTAÇÃO RUY LIMA

RUY LIMA – Salve! São onze horas e três minutos em Fortaleza. Está começando o Debates do Povo na 95.5 FM. Amanhã, dia treze de abril é dia do aniversário de Fortaleza. A cidade faz 287 anos. A história de Fortaleza é marcada de altos e baixos, a chegada dos primeiros colonizadores europeus foi muito problemática. A seca já naquela época foi um grande entrave ao desenvolvimento e os índios criaram grande resistência a ocupação do homem branco na região, além disso os europeus não se sentiram atraídos porque aqui não encontraram nenhum metal precioso. 287 anos depois da criação da cidade o que se pode dizer sobre Fortaleza? Qual a cidade que temos? Qual a cidade que queremos? Pra conversar conosco estão aqui dois especialistas da história da cidade, o Debates do Povo de hoje recebe a coordenadora do Laboratório de Planejamento Urbano da Universidade Federal do Ceará e integrante do Instituto Histórico e Geográfico do Estado, Clélia Lustosa e o professor de história, autor do livro “Fortaleza uma bela história” e deputado federal pelo PT, Arthur Bruno. Nosso debatedor de hoje é o sociólogo Marcos Colares. Você em casa, você ouvinte participa do nosso programa mandando perguntas, mandando comentários pelo 3066.4030. Ainda existem divergências históricas sobre a origem da fundação da cidade?

ARTHUR BRUNO – Bom, primeiro eu quero dá o meu bom dia a você Rui, Clélia Lustosa, Marcos Colares. Bom dia aos ouvintes da CBN O Povo. É um prazer muito grande está aqui na véspera do aniversário da nossa cidade, Fortaleza. Rui eu diria que Fortaleza sempre foi uma cidade muito polemica, né, muito complexa desde o seu principio, desde o seu inicio. É até complicado a gente falar quando se começa uma cidade, uma cidade ela vai acontecendo, não tem a data do começo. E Fortaleza, a data que nos comemoramos amanhã, na verdade, é a data que foi instituída oficialmente a vila de Fortaleza. Portanto, essa vila só vai se tornar cidade em 1823. Portanto, treze de abril de 1823 é quando foi instituída a vila de Fortaleza. Então desde o inicio tem uma polemica, porque na verdade os portugueses tentaram o primeiro povoamento através de um forte, o Forte de São Tiago com Pedro Coelho. Em 1611 Martins Soares Moreno, o guerreiro Martim do livro Iracema do José de Alencar, faz ali uma tentativa, aquele forte ali começa alguma coisa naquele forte e também não se sustenta. Na verdade, a maioria dos historiadores preferem achar que Fortaleza vai realmente começar um povoado que depois vai se tornar vila com aquele povoamento que foi ali se organizando em torno do Forte Chudenburg fundado por Matias Fordenbek em 1649, que logo logo vai ser tomado pelos portugueses em 1604 quando os portugueses são expulsos aqui do nordeste, os holandeses expulsos do nordeste pela junção ali de portugueses, índios. Então, sobretudo aquele movimento ali liderado por Pernambuco, mas que chega aqui também aqui a nossa região. Portanto, a polêmica existe, alguns defendem que Fortaleza na verdade começa lá na Barra do Ceará. Mas eu sou dessa corrente que, na verdade prosperou mesmo do Forte Fordensbuk em 1649.

RUY LIMA – Clélia

CLÉLIA LUSTOSA - Essa data, a escolha da data de treze de abril de 1726, foi uma demanda do Claudio Pereira. Ele pediu ao professor Liberal de Castro que era importante, que as outras cidades comemoravam seu aniversário e Fortaleza, né? E aí se diz: o que é que é uma cidade? A cidade está ligada ao urbano. Então já uma polemica querendo trazer lá Pero Coelho de Sousa, mas aquilo ali era cidade?

RUY LIMA – há dois, três anos atrás essa polemica era grande

ARTHUR BRUNO – é

CLÉLIA LUSTOSA – foi até o professor Liberal que foi na Câmara dos Vereadores defender a posição. E o que é uma cidade? Até mesmo se a vila já tinha característica de cidade, como o Arthur já mostrou, a questão econômica, a questão da localização de Fortaleza, o pouco interesse, não tinha zona da mata, não tinham atividades que interessassem a metrópole. Então fez com que Fortaleza ficasse meio fora do eixo. Até o próprio desenvolvimento do Ceará vem do sertão para o litoral. São as cidades grandes até meados,

no começo do século XIX é Icó, Sobral, Quixeramobim. E Fortaleza era insignificante na hierarquia urbana.

RUY LIMA – essa questão, o fato dos europeu, dos portugueses não terem encontrado metais preciosos aqui nessa região, realmente marcou muito a história da cidade no ponto de vista negativo, porque a região ficou abandonada durante muitos anos?

CLÉLIA LUSTOSA – o problema é a questão econômica. O que o Ceará produzia? O que Fortaleza produzia? E também a relação, se você for ver, a riqueza como eu já falei estava no sertão, era as cabeças de gado. A ocupação do Ceará, do semi árido, do sertão como Capistrano de Abreu mostra, existe o sertão de fora e o sertão de dentro. Então, a ocupação vem da Bahia, um pouco do sertão de Pernambuco que vai penetrando no interior do Ceará, acompanhando o Vale do Jaguaribe, o vale do Acaraú. Então, ocupação, a produção de riquezas ta no sertão. E a riqueza você vai ver nessa primeira fase da história do Ceará que é muito mais uma riqueza que produz gado, a animais de tração para atender a zona da mata. Então, não era economicamente de interesse da Europa, de Portugal por Ceará. O que Ceará oferecia? Não tinha cana de açúcar, não tinha pau Brasil, não tinha minérios, tem a questão dos minérios no Brasil que já vem depois da crise do açúcar no século XVIII, começa o surgimento da cidade lá em Minas, Goiás, a exploração do ouro, das pedras preciosas. Mas, no primeiro momento é pau Brasil e cana de açúcar. E o Ceará não tinha nem pau Brasil nem cana de açúcar, nem mesmo minério. Então, Ceará só entra mesmo na rota internacional do trabalho como exportadora de algodão. Então só no começo do século XIX que então Fortaleza começa a aparecer. È a separação da província do Ceará, de Pernambuco em 1799, a chegada do primeiro governador da província, a criação de algumas condições aqui em Fortaleza para que Fortaleza tivesse um papel econômico. Mas, só mesmo com o algodão produzido na Serra de Baturité em todo que passa por ser exportado por Fortaleza, é que Fortaleza entra um pouco nessa inserção na divisão internacional do trabalho produzindo para o mercado externo. Até o começo do século XIX não tinha nenhuma importância e isso mostra segundo a professora Auxiliadora Elemen, como também a política do império de fortalecimento das capitais da província. Então, com a chegada do primeiro presidente que é cearense, o primeiro presidente cearense, que o primeiro presidente da província vem do começo do século XIX. Em 1838, o senador Alencar que era ainda José Martins de Alencar, ele é que vai implantar a Assembléia Legislativa, vai ter uma política de fortalecimento da capital, vai ter um certo o poder das oligarquias que tem no interior vai fazer pressão, a partir daí Fortaleza com o senador Alencar que passa a ter um papel mais importante graças também a exportação do algodão, já tem o café nessa época, já tem exportação de couro. Então, já tem tentativa de melhorar o Porto que tem um grande trama, grande entrave no desenvolvimento do Ceará, de Fortaleza, esse tempo todo é o porto que, a existência de um porto, o porto que, até o porto Mucuripe era uma dificuldade para as exportações cearense.

RUY LIMA – Marquinho

MARCOS COLARES – Bom dia ouvintes, bom dia Rui, bom dia Arthur, bom dia professora Clélia! È, o que a gente vai vendo aqui na fala dos dois expositores, é que Fortaleza tinha muito pouco a oferecer. E como tinha muito pouco a oferecer, foi deixando paulatinamente no segundo plano. Agora, a aula de história que tanto o professor Bruno quanto a professora Clélia nos deram agora pouco, demonstra na verdade que boa parte da população social que o fortalezense tem com a sua cidade, se dá por conta do desconhecimento. Eu não sei se o Rui lembra, mas há alguns anos atrás, não sei precisar quantos, criou um caderno chamado a rua, perdão, desculpe. “A história passa por essa rua”.

RUY LIMA – lembro demais.

MARCOS COLARES – onde uma discussão era feita a respeito do nome daquela rua, do personagem histórico que a nomeava. A gente discutia aqui antes do programa começar, uma certa dificuldade que algumas, alguns políticos tem de se confrontar com o pensamento social vigente, ou pelo menos majoritário e por vezes também de tomar posições que são desfavoráveis. Então a gente encontra em Fortaleza as vezes o nome de um personagem nomeando mais de uma rua e mesmo assim as pessoas não se apropriam daquele nome. Outra coisa, a gente ver também algumas ruas que a cidade já se apropriou daquele nome e mudam, mudam inclusive sem nenhuma consulta maior daquela população, é o caso por exemplo da “Estados Unidos”, uma avenida consagrada do século XX que de repente ela passa a se chamar Senador Virgílio Távora. Sem nenhuma restrição ao governador, ex-governador do Estado, mas assim

RUY LIMA – mas você acha ruim isso?

MARCOS COLARES – acho, acho sim, porque na verdade

RUY LIMA – porque a cidade se apropriou do nome da avenida

MARCOS COLARES – porque a cidade se apropria

RUY LIMA – hoje se chama Estados Unidos

ARTHUR BRUNO – Marcos Colares, me permita aqui uma parte. Eu era vereador na época quando ocorreu, também fui contra por esse motivo, porque nos abrimos outras avenidas. Então, poderiam se chamar Virgílio Távora uma avenida nova, eu fiz uma lei nova e os vereadores conhecem as leis, não quero aqui generalizar Eu fiz uma lei que não se pode mudar nome de Ru, logradouro, a não ser que seja nome repetido, enfim, casos desse tipo. Essa minha lei deve ser de 1992.

RUY LIMA – mas, existe uma lei?

ARTHUR BRUNO – uma lei. Deve ser de 1992.

RUY LIMA - quer dizer que aquela discussão, aquela polemica que houve alguns anos atrás também sobre a mudança do nome da Avenida Beira Mar para Avenida Bom Wokshader

ARTHUR BRUNO – desconhecida na legislação. Eu fiz uma lei modificando o código de obras e posturas disso. E lamentavelmente, há um desconhecimento da legislação, porque não se pode mudar nome de rua, a não ser pra corrigir erro grosseiros, mas

RUY LIMA – mesmo que seja a Praça 31 de Março, se quiser mudar também não pode?

ARTHUR BRUNO – não pode. Não pode e veja bem, não pode e acho que isso tem que ocorrer porque se não a cada vontade de uma maioria na Câmara você muda tudo. Você cria praças novas e eu até no mérito da 31 de Março foi dado errado esse nome na época, mas as pessoas se acostumaram, as pessoas criam referências. Eu acho que Dom Helder Câmara, mudar 31 de Março pra Dom Helder Câmara, Dom Helder Câmara merece todas as homenagens do povo cearense. Agora, podemos criar outras praças. Então, por que se a gente abre uma exceção, como você vai justificar de não abrir uma outra e outra. Então, eu acho que nos temos que criar essas referências e elas têm que ser permanentes. Uma coisa

RUY LIMA – mesmo que homenageiem pessoas e, ou datas que não são muito queridas pra uma determinada época, mesmo que não sejam queridas por

MARCOS COLARES – eu brinquei com meu filho o seguinte: se o meu neto nascer no dia 31 de março ele tem que voltar pra barriga da mãe, porque tem até o dia 30 de março. Isso aí é uma coisa histórica, faz parte da minha história. Mas, não faz parte, por exemplo, da história dos jovens.

ARTHUR BRUNO – sem dúvida.

MARCOS COLARES – e naquela época quando ela foi instituída, foi em pleno vigor do regime militar ainda. Então, tinha sentido.

RUY LIMA – eu queria voltar pra história de Fortaleza, saber de vocês se a desigualdade social que a gente vê hoje na cidade, ela sempre existiu, ela é uma característica da cidade?

ARTHUR BRUNO - sempre existiu. Fortaleza no século XIX, só pra gente ter uma idéia do conhecimento da cidade Rui. Em 1900, Fortaleza tinha cinquenta mil habitantes. Cinquenta mil habitantes é hoje uma cidade pequena, média no interior do Ceará. Em 1945, após a segunda guerra mundial, Fortaleza tinha duzentos mil habitantes. Pra você ter uma idéia, Juazeiro está aí com seus trezentos mil habitantes. Então, Fortaleza ainda era uma cidade pequena, provinciana. Mas naquela época, desde aquela época já havia a elite, no início do século XIX e XX. Ainda vivia no centro da cidade, depois essa elite vai começar ali em Jacarecanga, ali na Praça da Lagoinha para oeste, por isso a gente vai encontrar aqueles grandes casarões ali perto do Liceu. Depois, parte dessa elite vai para o Benfica, mas não vai ser assim de forma predominante. Nos anos quarenta e cinquenta, essa elite incomodada com a migração porque, a partir sobretudo da seca de 1932, vai haver uma migração muito forte. Primeiro houve ali na seca em 1877 e 1879, houve ali uma seca de três anos, vai ali haver uma grande imigração. Em trinta e dois essa migração tensa e essa elite incomodada, que esses imigrantes ficavam, sobretudo ali pedindo

esmola, emprego no centro da cidade. Ela começa a se deslocar para a Aldeota nos anos quarenta, nos anos cinqüenta na praia de Iracema, mas, sobretudo para Aldeota. Então Aldeota passa

MARCOS COLARES – distante na época.

ARTHUR BRUNO – era distante. Porque Fortaleza ia até um pouco, até o Colégio Militar, um pouco mais ali. Fortaleza era uma cidade no centro. Veja que em 1875, essa cidade foi organizada, uma tentativa de organização por Adolfo Ester e Fortaleza praticamente era da Dom Manoel até a Imperador, da Duque de Caxias a praia. Fortaleza era praticamente isso até o início do século XX. Aí com essa migração intensa, vai haver por tanto um crescimento da cidade e aí vai se chamar “Povo das Areias”. Os pobres viviam perto do centro porque a cidade era praticamente o centro, em locais inadequados, não havia calçamento, era o povo das areias. Então já havia uma pobreza muito intensa desde o final do século XIX e início do século XX. E essa diferenciação vai continuar por muito tempo, então durante muito tempo se falou a Fortaleza do leste, ou seja, do centro ali para a Aldeota, a grande Aldeota, essa zona de Meirelles, essa zona da Praia do Futuro que é o que a gente diz de leste, a classe média e elite e Fortaleza oeste do centro para a Barra do Ceará e Fortaleza sul que vai até a fronteira com Maracanaú e Maranguape também, que é uma cidade pobre. Então, é uma cidade que foi apartada, que sempre foi muito dividida. E hoje é uma cidade imensa, quinta maior cidade do Brasil, dois e meio milhões de habitantes. Então, só pra fazer uma comparação. Hoje, Fortaleza deve está em torno aí de vinte e nove, vinte e oito por cento da população do Ceará. Em 1945, Fortaleza representava dez por cento da população do estado. Então, Fortaleza é uma cidade inchada, uma cidade extremamente grande, pessimamente grande, porque até essas migrações que estão indo para as médias cidade já não acontece em tanta cidade. Mas fortaleza cresceu demais, ficou inchada e muito difícil de

RUY LIMA – a ex-prefeita Maria Luiza Fontenelle lembrava ontem aqui no Debates do Povo que durante a administração dela, ela assumiu em 1985, se não me engano, só no período da administração dela a cidade naquela época devia estar aí com um milhão, um pouco mais de um milhão. Em cinco anos cresceu trzentas vezes com pessoas vindas do interior por conta da seca naquela época. Em cinco anos a população aumentou cerca de trinta por cento, um inchaço problemático. Eu vou fazer um intervalo e vou dar a palavra pra você logo em seguida. A gente vai fazer um intervalo e você participa pelo 3066.4030 A gente volta já!

VINHETA – DEBATES DO POVO ESPECIAL ANIVERSÁRIO DE FORTALEZA

SEGUNDO BLOCO

VINHETA – DEBATES DO POVO, APRESENTAÇÃO RUY LIMA

RUY LIMA – Estamos de volta, estamos de volta com o Debates do Povo, são onze horas e vinte e cinco minutos em Fortaleza. Estou recebendo hoje a coordenadora do laboratório de planejamento urbano da Universidade Federal do Ceará, integrante do Instituto Geográfico do Ceará, Clélia Lustosa e o professor de história, autor do livro “Fortaleza uma bela história” e também deputado federal pelo PT, Arthur Bruno. Nosso debatedor de hoje é o sociólogo Marcos Colares. Estamos conversando sobre o aniversário da cidade de Fortaleza que amanhã completa 287 anos. Você em casa participa do nosso programa pelo 3066.4030, como faz o nosso ouvinte assíduo, vereador pelo PSOL João Alfredo que está na linha questionando Arthur Bruno a sua lei que diz que não pode haver modificação no nome dos logradouros, ruas e praças da cidade porque segundo o vereador João Alfredo, ele quer sim mudar o nome da Praça 31 de Março. Bom dia vereador, tudo bem?

JOÃO ALFREDO – Bom dia Rui, bom dia Bruno, Marcos, Clélia, todo mundo aí meu amigo, então um abraço grande!

RUY LIMA – mas, como é que você quer mudar o nome da Praça 31 de Março se tem uma lei que proíbe a mudança de nome, João Alfredo?

JOÃO ALFREDO – não tem, essa lei, o Bruno foi vereador há muito tempo atrás. Eu faço o caminho inverso do Bruno, né, hoje eu sou vereador. A lei atual que está em vigor, ela prevê que a comunidade ela tem sempre que ser ouvida antes para essa mudança, ou através de um abaixo assinado, agora que to com

certeza com um número mínimo assinaturas ou percentual, ou através de uma audiência pública. Eu acho que não há problema em mudar o nome, tem todo um movimento hoje arquivando o Brasil que questiona as datas e figuras do regime militar, isso tem acontecido no Brasil todo. E aí, a Praça 31 de Março ela lembra um golpe de Estado, estou falando como um historiador que sabe mais disso do que eu. Ela lembra um golpe de Estado. E foi por sugestão do colega jornalista Gervásio de Paula, que, sugeriu que a mudança fosse simbólica, inclusive, não mudar pra qualquer coisa não, tirar 31 de Março e lembrasse Dom Helder Câmara. Então, nós já revogamos, aquela praça está sem nome e já foi revogada o nome 31 de Março e deverá ser votada o nome da praça Dom Helder que esse sim merece do Fortalezense todas as homenagens, até porque essa cidade que não preserva a sua memória, derrubou a casa onde ele morava, onde hoje é o Novo Mercado Central.

RUY LIMA – você não teme que a Praça 31 de Março acabe se transformando, que acabe acontecendo na Beira Mar que se chama Presidente Kennedy?

ARTHUR BRUNO – hoje é Beira Mar

RUY LIMA – mas ninguém chamava mesmo quando era Presidente Kennedy

ARTHUR BRUNO – é

RUY LIMA – você não teme que por cultura da própria cidade, continuem chamando de 31 de Março?

JOÃO ALFREDO – e a Rua Cachorra Magra? Ela ainda é chamada de “Cachorra Magra”? Não. É Marechal Deodoro, né? Então, tem casos e casos. Eu não colocaria como coisa absoluta não. Eu acho que o apreço da cidade, do fortalezense pela figura de Dom Helder pode mudar isso.

RUY LIMA – legal! Muito obrigado pela participação do vereador João Alfredo, muito obrigado João, bom dia pra você, bom fim de semana!

JOÃO ALFREDO – um abraço em todo mundo aí

RUY LIMA – lembrando que você aí em casa participa do nosso programa pelo 3066.4030 como fez o Cícero também lá de Pacatuba, que pergunta se os bairros de *Canindezinho* e *Jatobá são Maracanaú ou Fortaleza*? Vocês são geógrafos também para tentar explicar isso ao Cícero. Isso é uma questão complicada de ser respondida, né Arthur.

ARTHUR BRUNO – bom, essa questão ela é polêmica inclusive eu era deputado estadual quando se criou na Assembléia Legislativa uma comissão de deputados para juntamente com o IBGE, enfim, e com os outros organismos discutir a questão das fronteiras de Fortaleza. Aí uma, eu não sei se foi resolvido isso, mas, havia pontos lá, havia uma escola que era do município de Maracanaú, mas estava no município de Fortaleza. Posto de saúde, então, realmente há um problema ali de fronteira entre Fortaleza e Maracanaú, mas eu tenho impressão que isso já foi resolvido pela Assembléia Legislativa, acho que essas fronteiras foram bem definidas. Mas eu não tenho certeza, estou apenas lembrando que eu era deputado quando foi criada a comissão, fui pra Brasília e não estou acompanhando de perto isso. Mas me parece que já foi resolvido.

RUY LIMA – eu queria retomar com a Clélia o que a gente estava conversando no bloco anterior sobre o comentário do nosso ouvinte Luiz Barbosa de Messejana, Clélia que diz que *Fortaleza é a décima terceira cidade mais violenta do mundo e segundo ele não há o que comemorar, já que nossos governantes, segundo ele, não se importam com a segurança do seu povo*. Eu queria retomar com você essa questão que nós discutimos antes, dessa cidade apartada como disse o deputado Arthur Bruno, de uma cidade onde as diferenças sociais são muito profundas.

CLÉLIA LUSTOSA – cada vez mais essas diferenças aumentam, principalmente nas áreas urbanas, você quando fala de como era a pobreza no Ceará no século 18 e 19? Era uma pobreza remediada, era pobre, mas as pessoas viviam no campo, tinha caju, tinha manga, criavam galinha. Então, as condições de vida só eram mais terríveis pra essa população quando tinha a seca. Aí a situação era grave. O que era a pobreza naquela época e o que é a pobreza hoje? Hoje mesmo se você ver as políticas sociais que não existia no passado, hoje existe políticas sociais. Então, existe realmente essas grandes contradições, essa concentração de renda, populações que são realmente miseráveis e que a violência pode ser explicada. Não sei, só pela miséria, a Índia onde tem áreas miseráveis, mas pela questão religiosa e cultural, a

violência não é tão grande. Então, a violência vai ser explicada não só por fator econômico, mas pela questão da desestruturação da família, mas pela falta de expectativa dos jovens, mas pela

ARTHUR BRUNO – e o crack, né, que está envenenando a juventude.

CLÉLIA LUSTOSA – a droga que, um aluno meu disse aumentou Maracanaú, o crack que de dez reais passou a pedra para cinco, disse que tem até de três reais. Então isso generalizou na população de baixa renda, né, que ela tem acesso a essas drogas pesadas. E isso está desestruturando mais ainda as famílias. A própria política do estado que acabou com os hospitais psiquiátricos e que não tem como tratar essa população. Nem mesmo os que são problemas psíquicos, mesmo sem ser por drogas essa população pobre não tem como ficar com seus doentes em casa, porque trabalha e tem outras coisas pra fazer em casa. Então, eu acho que já foi muito feito nas políticas sociais, mas muito ainda tem que ser, esses tratamentos das drogas, dos doentes mentais, mas tempo na escola. Para as crianças Porque eu acho que essas políticas agora vai ser essas escolas em dois tempos. Por mais que as famílias sejam desestruturadas, mas as crianças estão lá na escola, passam o dia longe dos problemas e pelo menos tentam com o apoio da escola, dos amigos superar os problemas.

RUY LIMA – Clélia, a partir de hoje você e o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, o Observatório das metrópoles, enfim, vocês começam uma programação hoje em comemoração ao aniversário da cidade, com uma série de painéis, de mesas-redondas, enfim, é um grande seminário que acontece hoje e amanhã e você faz, é uma palestra que você faz com o título “O espaço de vida e morte”? O que que são espaços de vida e de morte na cidade?

CLÉLIA LUSTOSA – é, primeiro eu vou falar do nosso seminário, depois eu falo nisso daí. É, o primeiro momento a gente, todo ano o departamento de geografia, o departamento de história há muitos anos, há uns vinte anos a gente comemora o aniversário de Fortaleza com seminário e com trilhas urbanas. Com o tempo, cada departamento foi fazendo a sua programação e hoje o departamento de geografia faz essa atividade em conjunto com o Instituto Histórico Geográfico Antropológico do Ceará. Nesses últimos quatro anos a gente tem feito isso junto. E cada ano, a forma que a gente tem feito é um momento de refletir sobre a cidade. Ano passado discutimos sobre os projetos da Copa que é um mega evento, outra vez sobre a vulnerabilidade social, são temáticas. Este ano resolvemos valorizar um pouco a história de Fortaleza e a vivência das pessoas de Fortaleza. No Instituto tem pessoas competentíssimas, tem pesquisadores que contribuíram com a, produzindo, sistematizando com a história, geografia, antropologia do Ceará e que tem muito para falar, né. E hoje a tarde nos vamos fazer uma mesa sobre a Fortaleza que eu vi e Fortaleza que vivi com três grandes sócios importantíssimos na história do instituto, também na história aqui do Ceará que, ao professor Osvaldo Evandro que é um filósofo, o professor Liberal de Castro, arquiteto e fundador da Escola de Arquitetura e professor Pedro Alberto Oliveira que é o editor da revista, historiador, fez um excelente trabalho sobre a escravidão. Então, eles vão falar dessa Fortaleza que eles viveram nos anos 30, 40, 50, 60 que a gente vai poder discutir como era a pobreza naquela época? Como era o lazer? Como é que concentrava o poder? Como é que era o enterro no século 20, já estamos no século passado. Então acho que vai ser uma tarde memorável. Vamos tentar gravar porque não vai ser todos os dias em que pessoas

RUY LIMA – e espaço de vida e morte?

CLÉLIA LUSTOSA – pessoas como o professor Osvaldo que estava com seus noventa anos e se recuperou que vai falar sobre essa Fortaleza, o professor Liberal de Castro também com seus oitenta anos. Então, todo mundo com muita maturidade com muito conhecimento, e que muitas pesquisas serão realizadas. Então, a gente tem que aproveitar essas pessoas pra falar.

RUY LIMA – e o que são espaços de vida e de morte?

CLÉLIA LUSTOSA – aí nós fazemos no sábado trilhas urbanas, e as trilhas urbanas elas são feitas em cima dos trabalhos de pesquisas de professores, de pesquisas de mestrandos e doutorandos. E dentro dos vários temas a gente escolhe os espaços de lazer, a Fortaleza turística, a Fortaleza bela e vulnerável, a Fortaleza, os espaços do poder como já foi, o centro do poder religioso, o bispo, o poder executivo, o poder legislativo, a Câmara dos vereadores, a assembleia, o poder econômico, os bancos, o centro do lazer. Então, Fortaleza foi tudo isso. Com o crescimento da cidade, essa pólo nuclear, onde essas atividades se distanciam. E aí essas pessoas dizem que o centro de Fortaleza está morto. O centro de Fortaleza não está morto. O centro de Fortaleza está cada vez mais vivo, mudou as suas funções, renovou, alterou o público que frequenta. Hoje cada vez você ver a concentração de serviços médicos, de clínicas

populares, de escolas, festividades, festinhas na noite. Quem é que, a classe média que não frequenta o centro fica com essa imagem dizendo que tem que requalificar o centro, a gente tem que dá o melhor em condições de Fortaleza para ele se tornar cada vez mais vivo. Então, nessas trilhas, qual é o nosso objetivo? É levar, geralmente vem muitos alunos da escola pública, vários colégios levam duzentos trezentos alunos que vão fazer esse trabalho de campo. E o objetivo do trabalho de campo é criar realmente esse sentimento de pertencimento. Como é que você vai amar algo que você não conhece? Então, é importante conhecer a cidade, ouvir as palestras, ver o que era Fortaleza, a importância da cidade, da sua história, como Arthur Bruno já falou agora, a sua geografia, a sua estrutura que fez a população migrar, que fez descer do centro, quem está ocupando o centro, como Fortaleza hoje é o centro da metrópole, o centro que atende os vários municípios da região metropolitana que polariza, né, o serviço formal em Fortaleza hoje exporta. Nunca vi comércio informal exportando, mas o nosso exporta pra Goiana Francesa, Cabo Verde, né, pra zona norte do país. Então, é esse centro vivo que a gente quer tratar. Então, voltando a essa trilha, que inclusive sou eu que coordeno, que os meninos gostam muito, que é Fortaleza e os espaços de vida e de morte, eu tenho dentro da minha tese de doutorado um capítulo que eu falo de história do cemitério São João Batista, sua formação e que a grande questão é como há décadas está pra ser tombado, espero que o conselho histórico tombe, porque a história da cidade passa na história do cemitério. Quem conhece o cemitério da Argentina, China, Cuba, o Perla em Paris, você vai e o cemitério é marcante, agora mesmo em Indochina eu tive no cemitério no meio dos arrozais eu me assustava. Então, tem em cada um a função da cultura do povo, da relação que as pessoas tem com os mortos, a localização dos cemitérios. Então, nesses espaços de vida e de morte eu vou mostrar no centro de Fortaleza como era os espaços que eram pra festas, da Praça do Ferreira, do Passeio Público e ao lado disso como viviam e como morriam as pessoas.

RUY LIMA – Marcos.

CLÉLIA FEITOSA – onde é que as pessoas se enterravam? Na igreja do Rosário, na igreja da Sé, onde elas se tratavam? Na Santa Casa, no Hospital Militar, onde elas se enterravam? No São, depois foram expulsos os mortos de dentro da cidade, questão da saúde pública, e foram para o São Casimiro que fica na Estação Ferroviária e no Cemitério São João Batista. Então nosso trajeto é mostrar e terminar o cemitério João Batista, a gente mostra onde os vivos fizeram história no Ceará, os vivos famosos e não famosos, os que estão lá e que ajudam a gente a compreender essa cidade que a gente vive, esse estado esse país que a gente vive.

MARCOS COLARES – na minha infância, eu fui a um sepultamento lá no São João Batista e descobri que na época pra mim parecia ser lenda, na minha ignorância, que Cristino Cunha era mais do que um personagem do imaginário popular. Ele era na verdade um personagem existente da história popular do Ceará e daí em diante eu passei a ter uma preocupação, que a Clélia chamou atenção com a história dos mortos. E ela tem razão, na Argentina, por exemplo, faz parte do calendário você visitar lá. Agora, voltando a discussão, eu fico pensando o seguinte. Homenagear quem? O ex-deputado e hoje vereador João Alfredo chamava atenção pra homenagem a Dom Helder Câmara. Eu escrevi um artigo recente que uma das minhas glórias da vida foi ter ouvido Dom Helder Câmara numa palestra. Agora me pergunto: será que os habitantes daquela região tem a devida noção de Dom Helder Câmara? Será que se for pra mudar não seria melhor chamar de, sei lá, o Chico das quebradas que deve ter alguma relação na história daquele povo, ou outro nome, criei um nome fictício agora. Porque Virgílio Távora, na verdade, no outro exemplo que a gente discutiu também, é complicado. Se a gente falar da história da cidade de Fortaleza, a história de Fortaleza de expulsão da periferia da região produtiva para lugares inóspitos como na época era o Castelão, o Barroso e etc, começa por Virgílio Távora. Então assim, a história ela passa por requinte de mudanças social e cultural que por vezes o habitante do lugar, por vezes aquele que tem o olhar linear no horizonte naquele momento não tem a capacidade de ter a compreensão. Aí eu fico me perguntando seguinte, hoje uma série de problemas, o programa já está indo para o seu final e aí eu acho que era importante a gente discutir e aí é importante se dá conta que transporte, violência que foi chamada agora a pouco, lazer, a própria história com relação ao turismo, como a professora falou, a professora chamava atenção para os passeios pelo centro da cidade, a questão da habitabilidade, ela não nasce de uma hora pra outra. Ela faz parte de todo um processo que foi se acumulando e gerou isso que a gente vê hoje. Essa disputa, por exemplo pelo espaço urbano, onde você vai ver por exemplo dos usuários e motocicletas, fez com que a gente tivesse uma coisa mais violenta de quando tinham no Coliseu Romano. Porque lá estavam os mesmos gladiadores, no mesmo local em dias certos. Hoje em dia é uma luta diária entre motoristas, moto taxistas, pedestres. Como é que fica essa discussão que parece que se resolve sem trabalhar com a questão do trabalho coletivo?

ARTHUR BRUNO – bom, eu quero aqui parabenizar Marcos Colares por você ter levantado essas questões. Mas eu quero voltar um pouquinho a questão que a Clélia levantou muito bem. Primeiro eu quero elogiar ao departamento de geografia, ao Instituto Histórico, as duas instituições que a Clélia faz parte. Eu acho que tem dado uma grande contribuição, esses parceiros são fundamentais Rui, porque eu escuto muito as pessoas dizerem assim: ah Fortaleza não tem prédios históricos, não é como Salvador. Claro, Salvador é a primeira capital do Brasil de 1549 a 1763 quando Rio de Janeiro passa a ser a capital. Claro que Rio de Janeiro também foi capital do Brasil. Então, claro que tem prédio mais antigo, mas Fortaleza tem prédios históricos importantíssimos.

CLÉLIA LUSTOSA – Fortaleza tem história, Fortaleza tem a nossa história. A gente agora vai querer história de pirâmides do Egito, da Indochina.

ARTHUR BRUNO – e o pior Clélia que eu acho é que alguns empresários, não são todos, talvez por desconhecimento ou por ganância, ganhando dinheiro passando por cima da história, destroem os nossos prédios históricos. Quantos prédios históricos já foram destruídos?

CLÉLIA LUSTOSA – e é engraçado que

MARCOS COLARES – e já foi destruído mais um.

CLÉLIA LUSTOSA – e essa classe média, esses empresários eles se largam pra Europa, pra Ásia pra conhecer as velharias de lá. Nossas velharias são destruídas, as de lá, as velharias da Europa são patrimônio histórico. O que é que é o velho? Como é que você reconstrói a história? Eu acho que essa história, o papel da história e geografia é tipo de criar esse sentimento de pertencimento, que isso é importante. A casa do senador, sei lá, Alencar ou Tristão Gonçalves, onde estão, onde morou essas pessoas, as vezes também tem um certo preconceito contando história dos heróis. Mas, essas pessoas são importantes, todo movimento tem as suas lideranças, você não pode apagar o Senador Alencar e procurar só quem fez a Assembléia Legislativa. A gente tem que ver que essas pessoas foram lideranças, tiveram um papel importante.

ARTHUR BRUNO - perfeitamente

CLÉLIA LUSTOSA – foram criticadas, o próprio Virgílio Távora, não pode desperdiçar a modernidade do Ceará sem, não se pode pensar no Ceará sem Virgílio Távora, então, tem negativo tem. E a política também, você tem que contextualizar esses personagens porque naquele momento a política era desfavelamento. Hoje os estatutos da cidade, as conquistas, a população tem o direito de permanecer na cidade, mas aquilo era normal. A escravidão também era normal.

ARTHUR BRUNO – só concluindo. Nós temos prédios importantes na segunda metade do século 19, o mesmo no início do século 20, 30, 40. Nós temos prédios importantíssimos, praças, temos que guardar essa memória, isso é fundamental.

CLÉLIA LUSTOSA – o Palácio da Abolição.

ARTHUR BRUNO – pronto, o Palácio da Abolição na década de 70 e agora foi reformado, está belíssimo, é um prédio histórico que nos temos. Mas, eu quero aqui destacar que nos temos que ter alto estima. O fortalezense tem que ter alto estima, essa cidade é importantíssima. Recentemente numa pesquisa que foi feita por alguns pesquisadores revelam que Fortaleza seria a terceira cidade de maior importância do Brasil. Por que? Fortaleza polariza todo o norte do Brasil. Todo o norte busca estudar em Fortaleza, fazer compras, o nosso atacado é fortíssimo, pra vender, pra região norte parte do nordeste. Nós polarizamos, só perdemos em termos de polarização, de atração, para Rio de Janeiro e São Paulo. Fortaleza atrai mais as regiões do Brasil do que Recife, do que Salvador, do que Belo Horizonte. Então, essa cidade é importantíssima. Por isso, nos temos que resolver todos esses problemas ou pelo menos diminuir esse problema de mobilidade urbana como você colocou muito bem, de resgate, de patrimônio histórico. E primeiro que o povo goste de Fortaleza, acho que, só pra concluir, eu preciso fazer essa homenagem. A Clélia falou de uma pessoa que ainda, atenção prefeito Roberto Claudio, Câmara de vereadores de Fortaleza, ainda não foi reconhecido e valorizado um cidadão durante toda a sua vida, foi um grande promotor de cultura, que é Claudio Pereira. O Claudio Pereira quando era presidente da Fundação Cultural, presidente da cultura, ele colocava placas nas ruas pra dizer o que fez aquela pessoa, aquela data o que significou pra cidade de Fortaleza, isso tem que ser resgatado. Precisa retornar isso pra que as pessoas conheçam a história.

RUY LIMA – eu preciso fazer intervalo, eu vou pro intervalo e volto daqui a pouco. Até já!

VINHETA – DEBATES DO POVO ESPECIAL ANIVERSÁRIO DE FORTALEZA

TERCEIRO BLOCO

VINHETA – DEBATES DO POVO ESPECIAL ANIVERSÁRIO DE FORTALEZA

RUY LIMA – Estamos de volta, estamos de volta, são onze horas e cinquenta e um minutos. Estamos de volta com o Debates do Povo. Hoje conversando sobre o aniversário de Fortaleza, amanhã a cidade completa 287 anos. O Eduardo da Aldeota, ele diz que, ele *sugere trocar o nome do Cuca Che Guevara por Dom Helder Câmara*. A Socorro lá do Papicu diz que *independente da minha posição política, 31 de Março faz parte da nossa história*. A Estela Mares do Meirelles, *a história de Fortaleza também passa pelo reconhecimento da casa do Frei Tito*. O Jota Neto do Bairro de Fátima, *a Casa do Barão de Camocim está caindo aos pedaços e ninguém faz nada*. O José Francisco lá de Caucaia pergunta *por que várias escolas e pontos oficiais e comerciais levam nomes estrangeiros ao invés dos nomes da nossa terra*. A Silvana do São Gerardo, *o bairro Bela Vista não teve planejamento sanitário, os moradores jogam lixo e esgoto dentro da lagoa da UFC quando ela deveria ser usada pelos estudantes de engenharia de pesca, por que a UFC não toma providencia?* Tá feita a queixa Silvana. O Neto de Messejana, *o espigão do aterro está tomado de ratos e ainda comemoram, o certo é primeiro revitalizar a área pra depois comemorar*. O Dário Aragão lá de Maracanaú diz *que o pai dele era Batista Aragão, historiador que afirmava que havia duas datas de fundação de Fortaleza. Segundo ele, o livro “Fortaleza Bivibe” explica isso muito bem*. A Elisa Marlene lá do Papicu diz *que não podemos apagar a memória de um país, o golpe militar faz parte da nossa história*. Tá defendendo a Praça 31 de Março, o nome lá da praça. O Paulo do Dionísio Torres, *por que Fortaleza festeja o aniversário com artista de Minas Gerais e não artista da terra?* Também vai ter artista da terra, eu sei também vai ter artista da terra. O Paulo Melo da Parquelândia, *as fiações dos postes da cidade estão sobrecarregadas, os fios da cidade estão enfeitando a cidade*. O Vladimir Gomes lá do Cocó *os debates servem pra valorizar a cidade, sou carioca, mas amo Fortaleza*. Seria interessante que todos fizessem a mesma coisa. Arthur, as modernidades, como, por exemplo a chegada da luz, a chegada do bonde elétrico, a chegada do primeiro automóvel, elas demoraram muito a chegar em Fortaleza?

ARTHUR BRUNO – olhe, muito interessante essa sua pergunta. Na segunda metade do século 19, nesse período, nós até já mostramos, quando Fortaleza passa a ser a principal cidade do estado do Ceará. Durante muitos anos Aracati foi a mais importante cidade por causa do Porto, do charque, da carne seca que era exportada por Aracati. Já foi também Icó, Quixeramobim, foi uma cidade muito importante, Sobral, Camocim também porque tinha o Porto. Então, ali na segunda metade houve o formosamento de Fortaleza. Fortaleza passa a ter ruas com calçamento, ainda a ter na segunda metade do século 19, algumas ruas passam a ter água encanada, empresas inglesas que vinham fazer isso. Água, eletricidade, tudo isso, o bonde, tudo era empresa inglesa, a Light foi a grande empresa que dominava esses grandes serviços, hoje a gente chama de serviços públicos. Então aquilo foi uma novidade, o primeiro carro foi uma festa. O bonde elétrico, porque o bonde elétrico era puxado por burros por mulas, depois passamos a ter o bonde elétrico. Eu ainda peguei aqui, me lembro que encontrava trilhos aqui em Fortaleza porque nós tínhamos ali o bonde elétrico. Então, Fortaleza, ela é uma cidade que gosta de novidades. Nós fortalezenses gostamos de novidades. Agora, o grande desafio é: vamos continuar gostando das novidades, vamos modernizar cada vez mais nossa cidade, mas vamos manter a nossa história, porque a nossa identidade faz parte disso. Uma pessoa que não conhece a história da sua cidade, não conhece as personagens principais da construção dessa história, e aí eu não falo só de autoridades, políticos e grandes empresários, eu falo de líderes sindicais, eu falo de pessoas importantes do povo, essa pessoa ela não tem identidade. Então aí, isso que nós temos que discutir e refletir e comemorar. Eu acho que a gente pode comemorar a festa dos 287 anos e ao mesmo tempo refletir, criticar, isso também é comemorar, isso também é valorizar a cidade. Inclusive eu quero parabenizar aqui, a CBN O Povo por estar realizando esse debate, isso é uma forma de comemorar também, pensando melhor, refletindo. O Instituto Histórico que também está fazendo um belo seminário com pessoas tão relevantes para a nossa cidade como a Clélia colocou. Então, parabéns, eu acho que isso é comemorar também.

RUY LIMA – Marquinho, se você pudesse dar um presente pra Fortaleza amanhã, que presente você daria?

MARCOS COLARES – eu daria na verdade um resgate na história de Fortaleza. Alguns lugares, por exemplo, na cidade transformava-se em referencia pra isso. Por exemplo, a Leão do Sul, a Leão do Sul com painéis, fotografias,

RUY LIMA – com pastéis imbatíveis.

MARCOS COLARES – resgata parte da história, já está no terceiro proprietário mantendo alguns aspectos de qualidade. Mas por outro lado como diz Arthur Bruno, Fortaleza gosta muito do rápido, do célebre, e aí perde muitas vezes. Na minha infância que não faz muito tempo, parece que foi ontem, eu andei de ônibus elétrico. Pouco tempo depois Fortaleza deixou de ter. E eram linhas que podiam servir para.

ARTHUR BRUNO – aí nós estamos voltando para

MARCOS COLARES – pra passeio, passeios turísticos. Você vai ali pra São Paulo, ainda hoje se usa ônibus elétrico.

RUY LIMA – em algumas áreas sim. E você, a Clélia que acabou de chegar da Europa, Indochina, você vai na Europa e todas as cidades da Europa tem bonde elétrico até hoje. Não interfere no transito nem nada. Lisboa tem, Paris tem, enfim, Londres tem.

MARCOS COLARES – eu queria fazer uma homenagem bem rápida a um membro do Instituto que é o professor Eduardo de Castro Bezerra Neto que foi uma pessoa muito importante na minha contribuição histórica, serviu na minha formação.

RUY LIMA – é Clélia, o seu presente para a cidade de Fortaleza.

CLÉLIA LUSTOSA – é difícil, Fortaleza merece tanta coisa. Não sei, acho que um presente que a gente pode dar pra cidade é conhecê-la melhor, estudar melhor essa cidade, a sua história e a partir daí divulgar, mostrar o quê que tem de bom para o processo de educação de formação de uma imagem positiva da cidade, para os jovens. Que a gente tenha esse amor pela cidade, só podemos preservar o que a gente ama. Então, acho que o nosso presente é conhecer a nossa cidade, divulgar a história da cidade e fazer com que outras pessoas também amem e preservem a cidade.

RUY LIMA – Arthur, pra encerrar.

ARTHUR BRUNO – eu estou dando um presente aqui pra Fortaleza, amanhã, dia de Fortaleza, 13 de abril, nós convidamos o deputado Henrique Fontana que é do PT do Rio Grande do Sul, ele é o relator da reforma política. Então, nós vamos debater uma das reformas mais necessária do país que é a política eleitoral. Então amanhã, as nove horas da manhã, dia da nossa cidade, lá na Faculdade Sete de Setembro, todos vocês estão convidados, todos os ouvintes estão convidados. É um debate aberto ali na faculdade Sete de Setembro do lado da UNIFOR pra gente fazer um debate sobre a reforma política.

RUY LIMA – legal, a gente está chegando ao final do Debates do Povo de hoje, quero agradecer também a participação do Araújo lá da Granja Portugal, ao Régis Lima do jardim Iracema, ao Luiz Alberto do Bairro de Fátima, ao Jofram do Conjunto Ceará, ao José Jair do José Valter, ao Alaércio Flor do Demócrito Rocha, ao Damasceno de Messejana, ao Marlei da Sapiranga, ao Régis Lima do Jardim União, ao Paulo Melo da Parquelândia, ao Chagas do Meirelles, ao Gerson Guimarães, não diz de onde é, e agradecer a todos vocês que participaram do programa de hoje, agradecer especialmente a presença dos meus convidados ilustres de hoje. Oi? O que você quer falar ainda?

CLÉLIA LUSTOSA – eu quero lembrara todos de perder hoje a tarde o Seminário sobre Fortaleza que eu vi e que eu vivi no Instituto Histórico Geográfico e amanhã as trilhas urbanas a partir de oito horas da manhã, concentração ali no Instituto do Ceará na Barão do Rio Branco ao lado da Igreja do Carmo, que acho que esse é o presente que o Instituto do Ceará e o departamento de geografia da UFC estão dando pra Fortaleza. Então, eu quero que as pessoas usufruam desse presente, discuta e contribua, que mostram mesmo que Fortaleza eles estão vivendo e que Fortaleza eles viveram.

RUY LIMA – obrigado Clélia, eu agradeço a participação da coordenadora do planejamento urbano da UFC, integrante do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, Clélia Lustosa, ao professor de história e deputado federal Arthur Bruno e ao nosso debatedor de hoje Marcos Colares. Agradecer especialmente a você ouvinte que nos acompanha, nos ajuda a fazer o Debates do Povo de hoje e da semana que teve hoje

no áudio de Kiko Gomes, produção de Letícia Lopes e Sávio de Sousa, editoria executiva de Marryllene Freitas, direção geral de conteúdo de Arlen Medina Nery.

VINHETA – APRESENTAÇÃO RUY LIMA

RUY LIMA – sexta-feira pessoal, parabéns Fortaleza! Se você ama essa cidade trate bem dela. Comece por não jogar lixo nas ruas, porque jogar lixo na praia, jogar lixo na rua é uma tremenda falta de educação. Bom fim de semana, até segunda!

VINHETA – DEBATES DO POVO ESPECIAL ANIVERSÁRIO DE FORTALEZA